

R E V I S T A B R A S I L E I R A

D E

C · I Ê N · C I A S D O

ESPORTE



Volume 15 - Número 3 - *Junho* / 1994 - ISSN 0101-3289

Fundação: 17 de setembro de 1978

Endereço: Universidade Federal de Santa Maria — Centro de Educação Física e Desporto

Campus Universitário — Camobi — 97.119-900 — Santa Maria, RS

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE	EDITORIAL	225
DIRETORIA Biênio 94/95	ARTIGOS	
PRESIDENTE Valter Bracht	A EDUCAÇÃO FÍSICA A SERVIÇO DA IDEOLOGIA SEXISTA	226
VICE-PRESIDENTE Elenor Kunz	Prof. Dra. Elaine Romero	
DIRETOR CIENTÍFICO Silvana Goellner	A MULHER NO ESPORTE: O ESPAÇO SOCIAL DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS E DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	235
DIRETOR ADMINISTRATIVO Iracema Soares	Prof. Dra. Celi Nelza Zülke Taffarel	
DIRETOR DE DIVULGAÇÃO Sérgio Carvalho	O GÊNERO: CONFRONTO DE CULTURAS EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	247
DIRETOR FINANCEIRO Wilton Trapp	Prof. Ms. Maria do Carmo Saraiva Kunz	
EDITOR CHEFE Elenor Kunz	EDUCAÇÃO FÍSICA: ESCOLA DE ...FORMAÇÃO DO CORPO FEMININO	253
EDITORIA ADJUNTA	Prof. Ms. Eliane Chagas	
Ana Marcia de Souza	O ELOGIO À DIFERENÇA/O AVESSO DA SEGREGAÇÃO	263
Carlos Luis Cardoso	Prof. Ms. Carmen Lúcia Soares	
Giovani Pires	Prof. Ms. Silvana Vilodre Goellner	
Iara R. D. de Oliveira	O GÊNERO E O MOVIMENTO HUMANO	265
Julio C. S. Rocha	Prof. Fernando Luiz Cardoso	
Maria C. M. Mocker	RELATOS DE EXPERIÊNCIA	
Maria do Carmo S. Kunz	O TRABALHO CORPORAL COMO INTEGRANTE DO PROCESSO DE RESGATE DA AUTO ESTIMA EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	269
Paulo R. C. Capela	Helena Altmann	
Raquel S. de S. Siebert	Prof. Patricia Rodrigues de Borba Vieira	
CONSELHO EDITORIAL	Prof. Ms. Silvana Vilodre Goellner	
Aguinaldo Gonçalves	RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES	
Apolônio Abadio do Carmo	ESTUDO DA INFLUÊNCIA DE PADRÕES FUNDAMENTAIS DE MOVIMENTO NA APRENDIZAGEM DE UMA HABILIDADE ESPECÍFICA EM CRIANÇAS COM 10, 11 E 12 ANOS DE IDADE	271
Celi N. Z. Taffarel	Prof. Arno Krug	
Elaine Romeno	A COMUNICAÇÃO CORPORAL NA PRÉ-ESCOLA: CAMINHOS E DESCAMINHOS	272
Markus Vinícius Nahas	Prof. Eline Tereza Rozante Porto	
Maria Gláucia Costa	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO	273
Nelson Carvalho Marcelino	Solange Lacks	
Ricardo D. Petersen	A PSEUDOCONCRETICIDADE DA ESPORTIVIZAÇÃO ESCOLAR OU... A EDUCAÇÃO FÍSICA FORA DE FORMA	274
CNPq	Prof. Luiz Carlos Rigo	
APOIO	QUANDO A DIFERENÇA É MITO: ANÁLISE DA SOCIALIZAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS SEXOS SOB O PONTO DE VISTA DO ESPORTE E DA EDUCAÇÃO FÍSICA	275
CDS/NEPEF/UFSC	Prof. Maria do Carmo Saraiva Kunz	
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO	A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA: CRENÇAS E MITOS DE UM GRUPO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS	276
Imprensa Universitária UNIJUI	Maria de Fátima Araújo Souza	
	NATAÇÃO MASTER. RESISTINDO À VELHICE	277
	Prof. Leoná Vitoria Santiago	
	FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS DOS DIRIGENTES ESPORTIVOS	278
	Prof. Joaquim Antonio da Silva Amaral	
	CRIANÇAS SAUDÁVEIS. PAIS NEURÓTICOS? A INTERVENÇÃO DOS ESPECIALISTAS ENTRE 1940 E 1960	279
	Prof. João Guilherme Rodrigues Mendonça	
	QUALIDADE ESPORTIVA: PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES DAS FEDERAÇÕES ESPORTIVAS	280
	Marco Antonio Bechara	
	COMPROMISSO: A PROTEÇÃO DO EU — REPRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	281
	Prof. Maristela David dos Santos	
	PUBLICAÇÃO DE NOVOS LIVROS	282
	CARTA AO EDITOR	284
	INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	285

EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTES E A QUESTÃO DO GÊNERO

A partir do presente número, a REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, volta a se apresentar com uma temática específica. Temáticas selecionadas pelas secretarias estaduais do CBCE.

Este número 15(3), embora seja a primeira revista da gestão 94/95 com temática específica, a questão do gênero, contou com um grande número de colaboradores. Infelizmente, nem todos puderam ser contemplados com a publicação de seus trabalhos. Isto prova, mais uma vez, da atualidade e relevância das temáticas selecionadas para a revista, em especial o tema deste número.

Assim, pode-se perceber que a preocupação central dos nossos colaboradores é com a influência da Educação Física e Esportes na socialização específica para os sexos, com especial atenção à crítica desta socialização e com as chances de ações superadoras da mesma.

É realmente interessante observar, sem perder de vista o contexto histórico-social, o grande esforço empreendido pelas mulheres, com a participação em igualdade de condições nos chamados esportes masculinos, inclusive, tentando igualar-lhes os resultados. O mesmo não se pode dizer, no entanto, do inverso, ou seja, não se vê tanto esforço por parte dos homens em participar de esportes tipicamente femininos, como algumas danças, por exemplo. Notícias nos jornais esportivos deste ano confirmam: "Mais uma jogadora da seleção gaúcha FEMININA, foi vendida ao milionário futebol italiano: Milan" (Zero Hora 14/04/94).

Por outro lado, ainda é muito difícil, senão cada vez mais difícil, a um professor de Educação Física, administrar pedagogicamente uma modalidade esportiva em aula, com uma turma de meninos e meninas, denominada "mista".

Parece que o primeiro desafio, o de igualar mulheres nos esportes masculinos em termos de resultados, de alto rendimento, é mais fácil que o segundo, ou seja, superar *pedagogicamente*, o problema de ensinar esportes para meninos e meninas, numa mesma aula, sem discriminações, ou problemas com a socialização específica para sexos que já existe.

Para o caso das mulheres nos esportes de alto rendimento o processo de "igualamento" pode ser solucionado com um adequado "tratamento químico", ou melhor, intensificando o tratamento para as mulheres, que já existe para os homens. Treutlein (1991) analisando o uso do doping na ex-Alemanha Oriental, constatou que "às mulheres eram administradas doses mais elevadas que aos homens". E sabe-se, também, que o produto químico usado para o doping, o anabólico esteróide, provoca na mulher, exatamente, a sua masculinização.

Numa aula de Educação Física, parece que os recursos para "igualar" meninos e meninas, são pobres. O conflito de uma aula "mista" e a justificativa para a separação por sexo, é argumentado sobre o fato de que meninas não conseguem acompanhar, praticar com o mesmo empenho e competência o esporte, que os meninos. E ainda, que as meninas choram e reclamam muito (são mais sensíveis). E, os meninos, quando jogam com meninas, para não perderem o jogo, têm que se empenhar por eles e por elas. A busca de uma solução aqui parece ser a saída para a alternativa clássica: a ginástica e os esportes individuais.

No conjunto, isto significa que no esporte, seja ele de alto rendimento ou praticado numa aula de Educação Física, há uma interpretação masculina do Movimento Humano e cabe às Ciências do Esporte e da Educação Física encontrar elementos de sua superação, especialmente para o contexto escolar. Nossos colaboradores procuram mostrar alguns caminhos.

Por último, gostaria de comunicar que estamos procurando agilizar o processo de encaminhamento final dos trabalhos que nos chegam, até a editora para publicação, por isto estamos solicitando o envio de UMA CÓPIA do trabalho e o DISQUETE para o computador, de preferência nos programas WORD4, WORD5, WORD/WINDOWS, RPD, WORKSTAR.

Elenor Kunz — Editor

A EDUCAÇÃO FÍSICA A SERVIÇO DA IDEOLOGIA SEXISTA

Elaine Romero*

UNITERMOS: *Papéis sexuais
ideologia sexista
estereótipos sexuais
prática discriminadora*

RESUMO: *O propósito deste artigo é apontar a determinação e a manutenção dos papéis sexuais iniciados na família e reproduzidos socialmente pela escola. Procura ainda mostrar como a Educação Física através da prática do profissional corrobora e reforça a ideologia sexista imposta pela sociedade, fazendo com que sua prática seja discriminadora.*

INTRODUÇÃO

"(...) que é isso? Um menino chorando? ... mas parece uma menina!

*"(...) onde já se viu uma menina portar-se assim? Que modos! (...) parece um menino!"
(Fala comumente popular).*

As diferentes culturas esperam que homens e mulheres tenham papéis e comportamentos distintos na sociedade. Assim, meninos e meninas, antes mesmo de nascer têm suas vidas delineadas a partir das expectativas de seus pais, expectativas estas que variam de um sexo para outro. É a partir deste entendimento que uma criança cresce, comportando-se de acordo com padrões culturais e históricos dentre os quais é educado. É desde cedo que os pais ensinam a seus filhos quais os padrões de comportamento mais apropriado para este ou aquele sexo. O papel sexual que a criança vai desempenhar será punido ou reforçado, segundo a cultura e o contexto social no qual ela está inserida. A determinação e a manutenção do comportamento sexual para homens e mulheres criam e mantêm as desigualdades entre eles existentes na sociedade, quase sempre com prejuízos para a mulher que acaba desempenhando um papel de menor prestígio e valor.

Na escola, as expectativas, opiniões, percepções e mesmo as impressões que os professores têm a respeito

dos alunos também contribuem para trazer efeitos futuros sobre suas vidas. Essas expectativas, bem como os papéis sexuais advindos, foram caricaturados e criticados por Brown já na década de 60 (Brown apud Michel, 1975). Veja-se o quadro que segue.

- "OS VERDADEIROS MENINOS"	"AS VERDADEIRAS MENINAS"
- Sobem em árvores;	vestem bonecas;
- desprezam as meninas;	pulam corda;
- sujam os seus joelhos;	jogam amarelinha;
- brincam de soldado;	brincam de comidinha
- sua cor predileta é o azul.	sua cor predileta é o rosa.
- NA ESCOLA	
- preferem trabalhos manuais;	gostam de representações;
- gostam de ginástica;	estudam inglês;
- dão preferência à aritmética;	dão preferência à música;
- NA UNIVERSIDADE	
- fumam cachimbo;	mascam chicletes;
- tomam cerveja;	tomam refrigerantes;
- graduam-se em engenharia ou física	graduam-se em Belas Artes;
- NA VIDA ADULTA	
- tornam-se homens de verdade	tornam-se mulheres femininas;
- que jogam pôquer;	
- saem para caçar;	gostam de crianças;
- tomam conhaque e morrem na guerra	tomam chá e se entregam ao definhamento.

* Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo, Professora do Departamento de Ginástica do Centro de Educação Física e Desportos — CEFD e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Pedagógico — PPGE-CP, da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora do CNPq.

Apesar dessas críticas datarem por volta de trinta anos atrás, ainda na cultura atual continua-se a esperar comportamentos diferenciados para homens e mulheres. Essas diferenças existem e se perpetuam porque estão enraizadas em todas as camadas sociais, e também são encontradas, quer nas expectativas do professor de Educação Física, quer na sua práxis.

2. A SOCIALIZAÇÃO E OS PAPÉIS SEXUAIS

"As mulheres, possuem uma única tarefa, ou seja, o papel de coroar o vencedor com coroa de flores como era seu papel na Grécia Antiga" (Coubertin, Revue Olympique apud Klafs & Lyon, 1981).

Muitos dos comportamentos se tornam sexualmente tipificados e adquirem valor e significados diferentes para meninos e meninas durante a socialização. Isso ocorre porque ao nascer a criança já traz uma amplitude imensa de potencialidades comportamentais dispostas à sua frente. É nesta ótica que os comportamentos tipificados sexualmente podem ser definidos como "aqueles menos esperados e sancionados quando realizados por um sexo e, contrariamente, são considerados mais apropriados quando manifestados pelo outro sexo" (Mischel, op. cit.:3).

O "treinamento" social é diferenciado para cada um dos sexos e o adulto faz um julgamento sobre o modelo comportamental mais apropriado para si e para os seus semelhantes deste ou daquele sexo, em função de estereótipos de papel sexual existentes, os quais desde cedo os condicionam a se adequarem e a se comportarem da forma socialmente esperada. De acordo com o clima social em que as crianças crescem, meninos e meninas começam a seguir interesses distintos em linhas divergentes de desenvolvimento. Com o passar dos anos, tanto o homem quanto a mulher poderão tornar-se o adulto do tipo agressivo ou retraído, dependente ou independente, honesto ou desonesto. Dentro dessa linha poder-se-ia listar uma gama de dicotomias onde se enquadrariam as pessoas. As características de personalidades que o indivíduo vai adotar serão aquelas socialmente aceitas por seu grupo, seja ético, seja social, seja religioso. Pode-se dizer que uma criança nasce sob o treino socializador, iniciado na família que se torna rígido à medida que ela cresce e amadurece.

A aquisição do papel masculino ou feminino ganha consistência e importância a partir da premissa de

que a maioria das culturas espera que homens e mulheres tenham papéis e comportamentos diferentes na sociedade. É desde cedo que os pais ensinam a seus filhos quais os padrões de comportamento mais apropriado para este ou aquele sexo. Incentiva-se mais a independência no menino, recompensando-o por esse comportamento, ao passo que não se estimula à menina a esse mesmo comportamento. Do menino não é tolerado que expresse sua tristeza na derrota de um jogo, já das meninas se aceita, porque é um comportamento "adequado" ao seu sexo. Toleram-se mais a expressão de afeto em mulheres do que em homens, e se estimula o menino a revistar um ataque físico, ao passo que provavelmente se punirá a menina se tiver a mesma iniciativa.

Dentro dos padrões propostos, espera-se que os homens sejam fortes, independentes, agressivos, competentes, competitivos e dominantes. Para as mulheres, a expectativa é de que sejam mais dependentes, sensíveis, afetuosas e que suprimam impulsos agressivos sexuais.

Na sociedade brasileira, os papéis sexuais são bem distintos e determinados, caracterizando os comportamentos tipicamente masculinos e femininos. Ser homem ou mulher na cultura brasileira é fundamentalmente diferente, pois os papéis sexuais ainda são prescritos com muita rigidez. Assim, em nível de comportamento, vê-se significativas diferenças entre homens e mulheres. Por exemplo, a mulher realiza tarefas domésticas, o homem não. Em nível de reações emocionais espera-se que a reação do choro seja sempre por parte da mulher, mas não do homem: que o homem seja frio e corajoso, a mulher emotiva e insegura. Em nível de atitudes, a mulher deve manter uma postura social receptiva e submissa diante da agressão e do domínio masculino. Em nível de valores, a mulher deve colocar o lar e os filhos em primeiro lugar, o homem deve pensar na realidade através do trabalho fora do lar.

É inegável que a sociedade de hoje ainda seja organizada em função do homem e não da mulher. Nesse sentido, na cultura patriarcal, valores essenciais como a supremacia do sexo masculino, são colocados de um lado, enquanto a inferioridade do indivíduo do sexo feminino é colocada de outro, sendo compreensível que se proíba rigorosamente pôr em discussão o prestígio do homem. É oportuno aqui evocar Belotti que faz uma denúncia à sexualização das tarefas. Afirma a autora que as meninas fazem companhia em casa, pois ninguém espera que um homem o faça; assim que pode, vai para a rua. Elas ajudam nos trabalhos domésticos porque não é esperado que os meninos os façam, como são na maioria das vezes impedidos, pois são destinados a outras finalidades (Belotti, 1985:23).

A escola, como aparelho ideológico do Estado, é responsável por propiciar uma educação que transmite e reforça os padrões de comportamento culturalmente estereotipados, auxiliando na reprodução das desigualdades que existem entre homens e mulheres. A educação mesmo nos dias de hoje, continua conduzindo meninos e meninas para os papéis que a sociedade lhes reserva.

Observa-se, notoriamente, no ambiente escolar meninos e meninas apresentarem comportamentos distintos. Estes comportamentos são gratificados ou punidos, segundo as expectativas de modelo masculino ou feminino que o professor tem para um ou outro sexo. Dessa forma, a dicotomia agressivo-passivo, repercute no convívio social da criança.

Oportuno lembrar, que a responsabilidade dos cuidados com a criança, tanto em casa quanto na escola, está, principalmente, nas mãos de mulheres, simplificando, para as meninas, o processo de identificação. Analisando-se as crianças, pode-se notar que suas atitudes, hábitos e valores são apreendidos na família em primeira instância e, logo a seguir, em grupos de iguais, onde também aprendem atitudes em relação a si próprias. Se, por um lado, o menino é educado na família para ser obediente, no grupo de iguais poderá ser desprezado ou não apresentar um comportamento adequado para o grupo. A situação torna-se conflituosa em nível escolar, uma vez que a professora espera determinados comportamentos em nível escolar, ou que os meninos tenham maiores problemas do que as meninas, mas problemas de tipo diferente.

Notoriamente, na escola, os meninos e meninas apresentam comportamentos distintos, podendo ser gratificados ou punidos, segundo as expectativas de modelo masculino ou feminino que a professora tem para um ou outro sexo. Num conjunto de normas e valores estabelecidos e mantidos pelos agentes socializadores na forma de modelos reais e simbólicos, os papéis sexuais masculinos e femininos que permeiam na sociedade brasileira fazem com que a mulher, em nível de atitudes e valores, seja submissa e discriminada.

Repara-se que os adjetivos e rótulos (para atitudes) que mais indicam os estereótipos ligados ao sexo masculino são: competitivo, agressivo, egoísta, independente, dominante, corajoso e capaz; enquanto que para o sexo feminino, os adjetivos e rótulos mais apontados são: dependente, interessada (na vida familiar), emotiva, frágil, conformista, passiva e portadora de sentimentos maternos. E neste encaminhamento, os meninos, ainda nos

dias de hoje, são desde cedo socializados para as atividades profissionais e as meninas para o casamento. Nessa visão tradicional o corpo do homem e da mulher é preparado desde que nasce para a independência/dependência, opressão/submissão. É nesta ótica sexista que a sociedade se preocupa com frequência em avaliar a masculinidade e a feminilidade.

No seu papel de agente socializador, tanto o pai quanto a mãe não promovem uma educação igualitária para seus filhos e filhas, e na escola esse papel parece não assumir diferente dimensão. Nesta ótica verifica-se uma forte tendência do indivíduo a se comportar de acordo com seu sexo. Dentro de uma educação diferenciada, os mitos de virilidade e feminilidade assumem importante papel de suporte dentro de uma ordem de diferenças hierárquicas, sendo também básico no plano de formação de cada homem ou mulher. Esse processo se faz sentir especialmente na adolescência, onde as meninas recebem reprimendas por serem agressivas, fortes e ativas, ao passo que os meninos são por isso premiados.

Neste contexto é comum observar adolescentes do sexo feminino recusarem-se a participar das aulas de Educação Física na escola, pois seus corpos são preparados e educados para a dependência e submissão, aliados ao ideal de feminilidade. Nesta elaboração e assimilação do papel sexual adequado ao seu sexo, a adolescente, impregnada por signos tatuados,¹ precisa encontrar padrões de comportamento social capazes de serem aceitos pela sociedade. Desta forma, o conflito do desporto com padrões de feminilidade tornam-se intensos. É questionável a exigência que se faz à menina, cobrando-lhes uma postura competitiva na prática da Educação Física, no Desporto, no mercado de trabalho ou em outra situação de vida, uma vez que desde o nascimento não foram preparadas ou estimuladas para tal situação.

Acredita-se que a percepção do professor, de certa forma, influencia sua interação com os educandos, especialmente quando utiliza percepções imprecisas do "comportamento adequado e inadequado", tomando atitudes flexíveis em relação aos alunos. Neste entendimento, pelo fato de permanecer um período significativo do seu dia-a-dia na escola, a criança recebe por parte do professor importante contribuição no seu processo de desenvolvimento. No sistema escolar, o professor que mantém contato direto com a criança, torna-se um elemento decisivo na sua formação pois será ele a pessoa que vai veicular idéias, percepções e conceitos formados sobre a adequação ou não do comportamento de seus alunos.

¹ Expressão utilizada por Lino Castellani Filho em: *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papyrus, 1988.

3. A EDUCAÇÃO FÍSICA SEXISTA

“As mulheres não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball” (Documento n.2 da Deliberação do CND n.7/65 In: Castellani Filho, 1988).

A história da Educação Física mostra que ela foi sempre discriminatória mantendo os papéis sexuais distintos e determinados, caracterizando os comportamentos tipicamente masculinos e femininos, a serviço de uma ideologia sexista. Para melhor exemplificar, na época da República quando a Educação Física foi introduzida na escola, a idéia de estender a atividade prática também ao sexo feminino foi veementemente rechaçada pela opinião pública, inclusive por alguns pais que chegaram a proibir a prática de atividades físicas pelas suas filhas, mesmo com risco de vê-las perder o ano escolar. À luz da ética colonial, ainda prevalecendo, o pensamento preconceituoso impedia que se visse a Educação Física como uma atividade produtiva: o homem branco livre não podia imaginar-se exercendo uma profissão que lhe exigisse ocupação manual. O chefe de família digno não trabalhava, vivia de rendas ou da exploração do trabalho do outro. Portanto, a Educação Física servia à classe dominante, discriminadora social e sexual, como forma de ocupar o tempo livre e o ócio.

Durante o Estado Novo a Educação Física serviu de instrumento ideológico à ditadura instalada e a participação feminina ficou restringida às comemorações e desfiles cívicos, já que no campo esportivo, a maior concentração ficava por conta do sexo masculino. Um fato curioso a ser destacado diz respeito aos decretos emanados do poder público, que discriminavam a prática esportiva para o sexo feminino. Um exemplo claro é encontrado no Decreto-lei 3.199, de 14/04/41, especificamente no seu artigo 54 que proibia às mulheres “a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo para este efeito o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (Castellani Filho, op. cit.).

No cenário nacional, a participação feminina na Educação Física efetivou-se com o fenômeno expansionista dos cursos superiores, destinados a formar profissionais para inicialmente atuarem junto à rede escolar. Mesmo assim, as mulheres ficavam limitadas a atuarem junto à clientela feminina, enquanto os homens podiam trabalhar tanto com grupos masculinos quanto com femininos. Nos dias de hoje esse ranço ainda persiste, pois no corrente ano, numa cidade do norte do Espírito Santo, uma professora aprovada em primeiro lugar num con-

curso para magistério, não pode ter sua carga horária completa (conseqüentemente ficou com menor remuneração salarial), porque a psicóloga da escola na qual atuaria justificou-lhe a necessidade de um professor do sexo masculino para trabalhar com os meninos, posto que ela, a concursada, só poderia atender às meninas.

Em se tratando do profissional de Educação Física junto à rede escolar, julga-se que sua meta esteja voltada para a formação global do ser humano, numa perspectiva social, política, econômica, biológica e psicológica. E nesta perspectiva os objetivos, a prática das atividades deve ser igual para todos. No entanto, na prática, há uma diversificação de tratamento para meninos e meninas, perpetuando os modelos sexualmente tipificados pela família e pela sociedade. À título de comparação, observa-se comumente que os meninos são completamente livres e libertos. Jogam bola nas ruas, escalam muros, arremessam pedras, andam livremente de bicicleta, sobem em árvores e desenvolvem outras atividades que lhes favorecem o desenvolvimento da motricidade ampla. Essa conduta tem total anuência dos pais, vizinhos e amigos. Por outro lado, as meninas, de um modo geral, são decididamente desencorajadas e, até mesmo proibidas de praticarem essas brincadeiras e atividades. Ao serem incentivadas a costurar, pintar, auxiliar a mãe nas tarefas domésticas e a desenvolver outras atividades “típicamente femininas”, desenvolvem, como conseqüência, a motricidade fina.

No contexto escolar, principalmente, o professor de Educação Física assume uma postura dicotômica. No discurso aceita e advoga uma educação igualitária e transformadora, no entanto quando se analisa sua práxis docente percebe-se uma atitude que propicia a manutenção e reforço dos estereótipos diferenciativos de comportamentos. Esse profissional, como agente de transformação social, reproduz as desigualdades sociais, mantendo a força do estereótipo e da expectativa, que atuam como preditores e conseqüências de comportamentos. Assim, via atividade física, as atitudes agressiva-ativa para um sexo, e submissa-passiva, para outro, são mantidas e reproduzidas.

Através das atividades físico desportivas pode-se detectar uma discriminação sexual, quando meninos são conduzidos e incentivados às atividades que requerem em maior grau a motricidade ampla. No entanto, as meninas, nem sempre são encorajadas a essas atividades; ao contrário, educadas para hábitos e atitudes mais sociais, são conduzidas às atividades que mais exigem a motricidade fina.

Com tratamento diferenciado tem-se um quadro de desempenho motor igualmente diferenciado. Assim, se por um lado os meninos, através das atividades físicas, têm possibilidades de ampliar suas experiências motoras

no que diz respeito à relação espaço-tempo, por outro lado, as meninas, educadas num padrão de comportamento que reforça a atitude de submissão, vaidade, dependência e repressão ao corpo, passam a desenvolver menor possibilidade de domínio do corpo em relação à atividades motoras amplas, mas em compensação, adquirem uma motricidade fina mais apurada, melhor verbalização e melhor desempenho nas tarefas que requerem os pequenos músculos, coincidentemente exigidas nas profissões de menor prestígio social.

Estas afirmações baseiam-se nos estudos que a autora empreendeu ao longo de cinco anos nesta área de investigação, tendo entrevistado pessoalmente 407 professores de Educação Física da rede oficial de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Para melhor situar o leitor, o estudo desenvolvido buscou identificar a presença de estereótipos masculinos e femininos em professores de Educação Física. Os professores envolvidos deveriam evidenciar seu grau de concordância/discordância ao julgar alunos e alunas através de adjetivos. Escolheu-se como instrumento uma lista de adjetivos porque este procedimento tem sido um dos meios mais comuns para se descrever os estereótipos (Romero, 1990). A lista constou de 30 adjetivos ladeados por uma escala de cinco pontos tipo Likert, correspondendo a cinco níveis de concordância/discordância. Os resultados obtidos, analisados e julgados, permitiram, a partir do quadro ilustrativo a seguir, algumas inferências nesta temática que auxiliarão na compreensão da temática proposta neste artigo.

Embora o problema, a metodologia empregada, a análise efetuada e os resultados detalhados encontrem-se apenas nos originais,² pode-se aproveitar aqueles resultados para discutir e ilustrar as afirmações que ora se faz.

QUADRO 1 — Adjetivos que tiveram ou não respostas estatisticamente diferentes atribuídas aos alunos do sexo masculino e do sexo feminino pelos respondentes de ambos os sexos

Adjetivos	Resposta diferente	Resposta igual
agressivo(a)	M	
ambicioso(a)		X
ativo(a)	M	
atraente	F	
autoritário(a)	M	
capaz	M	
carente afetivamente		X
ciumento(a)	F	

Adjetivos	Resposta diferente	Resposta igual
companheiro(a)		X
compreensivo(a)		X
comunicativo(a)		X
corajoso(a)		X
decidido(a)	F	
dedicado(a)		X
dedicado(a) ao lar	M	
delicado(a)	M	
educado(a)		X
elegante	F	
esportivo(a)	M	
forte (fisicamente)	M	
habilidoso(a)		X
independente	M	
leal		X
líder	M	
machista	M	
leigo(a)	F	
realista		X
responsável	F	
sensível	F	
vaidoso(a)	F	

M = adjetivos atribuídos ao sexo masculino

F = adjetivos atribuídos ao sexo feminino

O quadro permite, grosso modo, inferir que professores e professoras não têm o mesmo grau de concordância/discordância no julgamento de alunos e alunas através de adjetivos. Assim sendo, constatou-se a presença de estereotípiia, definindo, de acordo com as expectativas, um perfil do aluno segundo o seu sexo. É nesse sentido que no comportamento masculino e feminino primeiro se aprende todo o caminho, mas à medida que se vai avançando, a tendência é apegar-se às trilhas marcadas e socialmente prescritas para cada sexo.

Em face da revisão bibliográfica realizada até o presente momento sobre a temática que se discute, e dos resultados desta investigação, pode-se levantar algumas importantes considerações que dizem respeito, não só ao estudo empreendido, mas também por considerar-se importante lançar um alerta ao professor, sobretudo, aquele que trabalha com escolares, para uma ação pedagógica que minimize as desigualdades entre os sexos.

O estudo supra mencionado revelou a presença de estereótipos masculinos e femininos na amostra dos 407 Professores de Educação Física da rede escolar de ensino do Rio Grande do Sul. Em outras palavras, constatou-

² Para maiores informações consultar a tese de doutoramento da autora cujo título é: Estereótipos masculinos e femininos em professores de Educação Física.

se que aqueles profissionais demonstraram não terem o mesmo grau de concordância/discordância no julgamento de alunos e alunas através dos adjetivos apresentados, o que comprovou a hipótese central da autora. Conforme se pode observar no quadro ilustrativo que se expôs, os respondentes divergiram de opinião em alguns adjetivos e concordaram em outros. As respostas estatísticas obtidas e traduzidas pelas preferências no Quadro 1, permitiram que se tivesse uma idéia do perfil do aluno, segundo o seu sexo. Desta forma, os alunos do sexo masculino tiveram os seguintes adjetivos considerados adequados ao seu sexo: agressivo, ativo, autoritário, capaz, dedicado ao lar, delicado, esportivo, forte (fisicamente), independente, líder e machista. Os alunos do sexo feminino tiveram o seguinte perfil: atraente, decidida, elegante, meiga, responsável, sensível e vaidosa.

Foi possível inferir também que os professores que compuseram a amostra não demonstraram ser, até o momento, os agentes de transformação social no que diz respeito à visão igualitária de seus alunos, e evidenciaram uma tendência à adoção de uma política segregacionista em relação às atividades escolares. Conclui-se que não só a escola atua como reprodutora da ideologia sexista dominante e discriminadora dos papéis sexuais, mas também o professor de Educação Física que tem uma atuação direta no reforço de padrões sexuais, permitindo acentuar, ao invés de minimizar, as desigualdades entre os sexos.

Admitindo que a escola reforça os estereótipos através de atividades curriculares, também estará fazendo por meio de atividades físicas, pois nem sempre o planejamento curricular de Educação Física é elaborado com previsão para as atividades sem distinção de sexos. As diferenças entre os sexos apontadas pelos respondentes fizeram supor que as pessoas, em geral, também esperem atitudes diferentes de homens e mulheres, o que conduz os adultos a socializar meninos e meninas em caminhos diferentes, perpetuando, desta maneira, os papéis sexuais na nova geração. Desta forma, os meninos têm a possibilidade de desenvolver sua motricidade ampla, aumentando suas experiências motoras que dizem respeito à relação espaço-tempo, não causando surpresa seu melhor desempenho nos esportes coletivos. Quanto às meninas, educadas de forma a se conformarem com o padrão estereotipado feminino lhes sendo reservado um papel mais expressivo do que instrumental, acarretando, desse modo, limitações nas expectativas e motivações quanto ao seu desempenho na vida adulta. Tolhidas no seu desenvolvimento intelectual e restringidas nas suas atividades físicas, as meninas desenvolvem mais sua motricidade fina. Assim, têm mais possibilidades de maior dissociação segmentária muscular e maior desenvolvimento da verbalização, não causando estranheza que recaia sobre os meninos, e não sobre elas, o maior índice de dislexia.

Conforme já se afirmou, a maioria das sociedades é organizada em função dos homens e não das mulheres. Em geral, confere-se ao homem a autoridade perante assuntos legais e morais, atribuindo-se de modo peculiar ao papel masculino maior prestígio e valor. O fato de inicialmente os pais, e posteriormente os professores, terem opiniões e percepções distintas, segundo o sexo de seus filhos e alunos, não contribui para a quebra desse condicionamento de papéis. A literatura tem evidenciado que a escola desempenha forte papel no controle social da criança, e a educação, o meio, as tradições, e os costumes desempenham um papel importante na gênese das diferenças médias entre homens e mulheres, de sentido variável, conforme os caracteres próprios sejam favorecidos ou tolhidos.

Neste encaminhamento as diferenças entre meninos e meninas quanto ao desempenho escolar podem ser explicados pelas diferenças de expectativas entre um e outro sexo, o que valeria à aceitação da premissa de que os meninos, ao demonstrarem uma capacidade vital na produção de energia e força muscular, necessitem de jogos mais ativos, e as meninas, que são mais passivas, requeiram atividades mais tranqüilas. O que se sabe é que meninos e meninas mostram considerável disparidade entre gostos e interesses, não diferem marcadamente em tamanho até a puberdade, os mecanismos homeo-áticos são mais estáveis nos meninos do que nas meninas. Embora, não difiram em termos de escores de inteligência, os meninos se saem melhor no campo das ciências exatas, ao passo que as meninas na esfera verbal. As meninas têm modelo de identificação mais disponível; porém há mais pressão social para que os meninos sejam mais masculinos do que para as meninas sejam femininas. Como o papel masculino tem maior prestígio, não é de surpreender que os meninos desenvolvam maior preferência pelo papel masculino do que as meninas pelo papel feminino.

Pelo fato de permanecer um período significativo de seu dia-a-dia na escola, a criança recebe por parte desta uma contribuição importante no processo de seu desenvolvimento. No sistema escolar, o professor que mantém um contato direto com a criança, torna-se um elemento decisivo na sua formação. Neste contexto o professor é a figura de importância fundamental já que é a pessoa que vai veicular idéias, percepções e conceitos formados sobre a adequação ou não do comportamento de seus alunos.

Numa observação da prática desse professor constatou-se muitas vezes, a insistência de discriminação entre os sexos para as atividades físicas. Isto leva a uma compreensão de o porquê da falta de habilidades motoras envolvendo os grandes músculos evidenciada pelo grupo feminino. Estas alunas, ao chegarem no 5º ano de esco-

larização, quando normalmente são trabalhadas por professores da área, apresentam um estágio de habilidades motoras significativamente inferior aos meninos. Muitas meninas não conseguem sequer lançar a bola, quicá-la contra o solo ou arremessá-la a um alvo determinado. Driblar com bola é, muitas vezes, penoso sacrifício para uma aluna e desoladora decepção para o professor. Quanto aos meninos, estimulados desde tenra idade a todo tipo de atividade ao ar livre, ao chegarem a essa mesma etapa de estudos, não apresentam qualquer problema, bastando-lhes os fundamentos e as regras específicas dos desportos.

Se no seu bojo, a Educação Física enseja que o aluno capte e vivencie uma mensagem de valorização da prática da atividade como forma de auto-conhecimento e libertação, então, através do movimento deverá ter a oportunidade de *descobrir-se a si mesmo, conscientizando-se de seu papel no mundo*. O que se quer dizer é que esse modelo de papel deverá ser necessariamente desprovido de estereótipos negativos, evitando um comportamento sexual padrão tanto para os meninos quanto para as meninas. O que vale dizer que a Educação Física deixe de ser sexista.

CONCLUSÕES

Com relação às idéias e colocações expostas, dir-se-ia que é importante que o professor de Educação Física tenha consciência de não ser mais possível permanecer com uma visão falseadora que resulta em conseqüências funestas não só na educação, mas também na prática social. Na perspectiva de haver diminuição das desigualdades entre os sexos, parece importante no momento uma reflexão sobre a Educação Física como meio de desenvolvimento integral dos alunos. Julga-se que muitos mitos acerca da feminilidade impedem que a mulher brasileira se libere da condição de marginalização socioeconômica e cultural. Urge que se rompa a idéia estereotipada negativamente de preparar a menina para "as prendas domésticas", iniciada na família e reforçada na escola. É preciso também que o pai-professor e a mãe professora se empenhem numa igualdade de oportunidade para ambos os sexos.

Em se tratando de mito masculino e feminino, é indispensável alertar sobre a tendência que tem o menino de refletir cada vez mais o seu auto-conceito na imagem que nossa sociedade considera adequada ao sexo masculino, que é de força, dominação e agressividade. E neste entendimento, o professor de Educação Física, reconhecendo que as diferenças dentro dos sexos são tão grandes quanto as diferenças entre os sexos, deverá advogar e assumir uma posição propícia de ajuda na prevenção e na possível resolução desses problemas.

O atual programa de Educação Física escolar, apesar do discurso dos mestres, não é na sua prática igualitário, deixando de permitir as mesmas experiências e oportunidades a ambos os sexos. Deverá, doravante, ser estruturado de maneira que cada aluno, cada pessoa, encontrem um lugar para si e que nesse lugar possa realmente auxiliar na compreensão do papel do sexo.

Os comportamentos de agressividade, exigidos desde tenra idade, reprimidos e punidos quando expressos pelas meninas, tolerados e aprovados para meninos, não deverão obter reforços nas aulas de Educação Física. Partilha-se da idéia de que meninos e meninas podem e devem ter igual liberdade de movimentos. É necessário reformular o modelo que adotam alguns profissionais quando diversificam as atividades de acordo com o sexo, desde as primeiras séries escolares, obtendo com essa postura um reforço à medida de masculinidade e de feminilidade construídas e endossadas pela sociedade.

Acredita-se que está nas mãos do educador, em especial àquele que pode fazer alguma coisa concreta diretamente com o corpo, enfocando a importância da experiência corporal e a participação na aprendizagem do uso de seu corpo, através de movimentos desprovidos de valores sexistas. O professor de Educação Física tem a possibilidade de contribuir para que a sociedade diminua a tendência de determinar os ideais estes, na maioria das vezes, fortemente comerciais.

É imperativo que o professor de Educação Física reconheça a origem de certas diferenças entre os sexos e não atribua a uma razão biológica e a fatores de origem cultural o desempenho de um ou outro sexo. A atividade prática, em si, não é uma variável influenciável ou na feminilidade ou na masculinidade, já que a sociedade está inclinada a determinar certos ideais de aparência atraente para cada sexo.

Finalmente dir-se-ia que se deseja dos professores de Educação Física no seu papel de educadores, que, aliados aos demais professores, de modo geral, que persigam a minimização da diferença psicológica entre os sexos, evitando assim que a Educação Física continue a serviço da ideologia sexista. Outorga-se a todos os educadores a responsabilidade de desempenho de papéis na sociedade. O que se espera e se deseja é que todos os indivíduos se tornem humanos plenos e que possam usufruir de todo potencial para uma sociedade melhor. Assim sendo, a escola como uma instituição social é o local onde a ideologia se sistematiza e, por esta razão, a posição dos professores necessariamente recai numa postura política, na maioria das vezes, negada por eles, entretanto, inquestionavelmente existente.

Se há interesse por parte dos educadores numa mudança de atitudes, é preciso rever o papel sexista da escola, tentando compreender como o modo pelo qual se

está educando os alunos tem ajudado a formar e manter os estereótipos sexuais. Para tanto, urge que se faça um plano de ação pedagógica na tentativa de conscientizar professores e pais sobre o prejuízo que, às vezes, não intencionalmente, causam quando punem e reforçam determinados comportamentos apresentados pelas crianças.

BIBLIOGRAFIA

- BANK, Bárbara, BIDDLE, Bruce J., GOOD, Thomas. Sex roles, classroom instruction, and reading achievement. *Journal of Education Psychology*, 1980, 72(2):119-132.
- BARROSO, Carmem Lucia de Melo. Diferenças Sexuais. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (21):47-60, jun. 1977.
- BELLOTTI, Elena Gianini. *Educar para submissão*. Petrópolis : Vozes, 1985.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (28):5-20, mar. 1979.
- CASTELANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas : Papirus, 1988.
- ENGELS, Frederick. *A origem da família, da propriedade e do estado*. 10.ed., Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1985.
- GRACIANO, Marília. Contribuições da psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo : (15):145-50, dez. 1975.
- _____. Aquisição de papéis na infância. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (25):29-44, jun. 1978a.
- _____. Homem-mulher: por que polarizamos os sexos? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (26):93-8, set. 1978b.
- KLAFFS, Carl E., LYON, M. J. Antecedentes históricos. In: _____. *A mulher atleta*. Rio de Janeiro : Interamericana, 1981.
- LA ROSA, Jorge. *Estereótipos masculinos e femininos em adolescentes*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1977.
- LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul*. São Paulo : Faculdade de Educação, UNICAMP, 1986. Tese (Doutorado em Educação).
- MELLO, Guiomar Namó de. Os estereótipos sexuais na escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (15):141-4, dez. 1975.
- MISCHEL, Walter. In: CHARMICHAEL. *Tipificação sexual e socialização*. São Paulo : EPU/EDUSP, 1975.
- MONEY, John, TUCKER, Patrícia. *Os papéis sexuais*. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- RODRIGUES, Aroldo. Estereótipo e preconceito. In: *Psicologia Social*. Petrópolis : Vozes, 1976.
- ROMERO, Elaine. O esporte e a discriminação sexual. *Reflexus*. Uberaba (13):38, ago-set. 1987.
- _____. *Estereótipos femininos e masculinos em professores de educação física*. São Paulo, Curso de Pós-Graduação em Psicologia da USP, 1990, 375p. Tese de Doutorado.
- _____. Masculino e Feminino, a polarização dos sexos pela atividade física. Comunicação apresentada no *Congresso Mundial da AIESEP-91* -- Rio de Janeiro — RJ — 22 a 26 de julho de 1991.
- _____. Educação Física, uma prática igualitária? Um estudo sobre estereótipos sexuais. Comunicação apresentada no *VII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*. Uberlândia, MG, 17 a 21 de setembro de 1991.
- _____. Estereotipia sexual na educação física. Trabalho apresentado no *III Congresso de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa*. Recife, 04 a 07 de setembro de 1992.
- _____. Diferença entre os meninos e meninas quanto aos estereótipos: contribuição para uma política de desmitificação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. V.14, n.1, set. 92.
- _____. Educação Física: masculino e feminino. *Horizonte*. V.VIII, n.52, nov./dez. 1992.
- _____. Educação Física: uma prática sexista. *Anais do 8º Congresso Mundial de Psicologia do Esporte*. Lisboa, junho de 1993.
- _____. Is physical education an equalized practice? Communication at *XII th Congress International Association of Physical Education and Sport for Girls and Women*. Melbourne, Australia. Proceedings, July-August 1993.
- _____. Male and female stereotypes in physical education teachers. Poster at *XIII th Congress International Association of Physical Education and Sport for Girls and Women*. Melbourne, Australia. 31, July to 06 August 1993.

ROMERO, Elaine. Educação Física e a desigualdade entre os sexos. Comunicação apresentada no *I Congresso Espírito-santense de Educação Física*. Vitória, ES, 26 a 29 de outubro de 1993.

_____. Corpo: ação e reflexão diante do 3º milênio. Mesa redonda apresentada no *I Congresso Espírito-santense de Educação Física*. Vitória, ES, 26 a 29 de outubro de 1993.

_____. O corpo no século XVIII. In: FERREIRA NETO. *Ensaio: educação física e esportes*. V.I, Vitória : CEFD-UFES, 1993.

ROSEMBERG, Fúlvia. A escola e as diferenças sexuais. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (15)138-40, dez. 1975.

STUDART, Holoneida. *Mulher objeto de cama e mesa*. 17.ed., Petrópolis : Vozes, 1987.

*UNITERMS: Sex roles
sex ideology
sex stereotypes
discriminative practice*

ABSTRACT: The purpose of this article is to indicate the determination and the maintenance of sex-role that begins inside family and is socially reproduced by school. At the same time, the article shows how the Physical Education through his professional corroborates and reinforces the sex ideology imposed by society that makes his practice to be discriminative.

A MULHER NO ESPORTE: o Espaço Social das Práticas Esportivas e de Produção do Conhecimento Científico*

Celi Nelza Zulke Taffarel**

Tereza Luiza de França***

UNTERMOS: *Mulher e Esporte,
Mulher e produção do conhecimento em Educação Física/Esportes,
Educação Física/Esportes e Gênero.*

RESUMO: *O texto apresenta o resultado da análise sobre a participação da mulher nos Jogos Olímpicos e na produção, crítica e difusão do conhecimento científico na área de Educação Física/Esportes, no âmbito do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. A categoria de análise privilegiada é a questão do gênero em uma sociedade de classes. Os dados analisados, a luz do referencial teórico que contempla as leis gerais que regem a produção da vida na sociedade, nos permitem reconhecer que, a situação da mulher no espaço político do CBCE apresenta singularidades, mas também, particularidades que não se diferenciam de outros espaços sociais nos quais a mulher, juntamente com o homem, vem lutando para assegurar, com emancipação, o seu direito de construir coletivamente, um novo processo civilizatório, onde as relações de poder, segregadoras, opressoras e exploradoras estejam suprimidas.*

APRESENTAÇÃO

*"As mulheres, freqüentemente, salientaram que os historiadores do sexo masculino no passado, inclusive marxistas, ignoraram, grosseiramente, a metade feminina da raça humana. A crítica é justa: este escritor aceita que se aplique a sua própria obra. Entretanto, se essa deficiência deve ser corrigida, não poderá ser simplesmente pelo desenvolvimento de um ramo especializado da história que lide exclusivamente com as mulheres, porque na sociedade humana os dois sexos são inseparáveis" (Hobsbawm, Eric. *Homem e Mu-**

lher: Imagens da Esquerda. In: Mundos do Trabalho. São Paulo : Paz e Terra, 1987. p.123).

O presente trabalho insere-se na temática "Educação Física/Esportes: a questão do Gênero" e trata, especificamente, da participação da mulher no espaço público e político dos Jogos Olímpicos e do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.¹

Pretende contribuir com elementos de duas ordens, para a reflexão acerca do desenvolvimento científico e tecnológico da área de Educação Física/Esportes. Uma que diz respeito à categoria de análise "Gênero" e sua relevância histórica, enquanto categoria básica para compreensão, tanto das relações de produção estabeleci-

* Para revisão dos dados coletados contamos com a colaboração dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Física e Técnico em Desportos da UFPE: Antônio Carlos Vila Nova Lobo (5º Período), Eduardo Luis Vitorio (4º Período), Indalécio Melo dos Santos (3º Período), Monica Rejane de Aguiar Silva (4º Período), aos quais agradecemos publicamente.

** Professora Dra. Adjunto 4. UFPE/CCS/DEF.

*** Professora Assistente 4. UFPE/CCS/DEF.

¹ A respeito do tema Mulher e Esporte, arrolamos alguns referenciais bibliográficos que nos reportam a outros estudos, dentre as quais destacamos: ARENO; W. *A mulher no esporte*. Arquivos da Escola Nacional de Educação Física. Rio de Janeiro, 49:24-9, 1945. MASSUCATO, J. G., HATA, Mário. Considerações da prática Esportiva da mulher no contexto sociocultural. In: *Seminário Internacional Ekiden*, 4 Osaka, 1988. MASSUCATO, J. G., HATA, Mário. Uma abordagem da participação esportiva feminina. In: *Revista Paulista de Educação Física*, Vol.3, N.4, Jun./1989. CASTELLANI, FILHO, Lino. Ensaio sobre a Mulher brasileira face à legislação da Educação Física e do Desporto. *Desporto & Lazer*, (8):18-21, 1982. TAFFAREL, Celi N. Z.; *Mulher, Esporte e Sociedade: A evolução e os conceitos das práticas esportivas*. São Paulo, Serviço Social do Comércio — SESC/SP, Conferência proferida dentro do Projeto "TÊNIS MULHER", (mimeo.), 1989. Nos fica evidente que, seguindo uma tendência mundial intensificada na década de 70, busca-se sistematizar no meio acadêmico da Educação Física & Esportes questões sobre a mulher. O destaque da temática para um número da RBCE é mais uma evidência dessa tendência.

das em nossa sociedade, quanto do processo de apropriação da realidade pelo homem, pelo ato de conhecer e interferir no mundo da cultura.² Outra que procura evidenciar, com dados da realidade, a participação da mulher em Olimpíadas Mundiais e na produção, crítica e socialização do conhecimento científico na área de Educação Física/Esportes.

A asserção básica de nossa investigação é de que a Educação Física/Esportes e sua teorização, enquanto prática social, historicamente construída reflete em si o todo em que está inserida. Essa possibilidade nos é indicada a partir da consideração das categorias de análise singular, particular, geral.³ (Cheptulin, A., 1982:191).

Para verificar a concretude dessa possibilidade, vamos observar e analisar a participação da mulher nos Jogos Olímpicos da era Moderna e, também, sua contribuição atual, no âmbito do CBCE — Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte —, entidade científica cujos objetivos estatutários são a promoção, crítica e veiculação do conhecimento científico na área da Educação Física/Esportes.

A exposição de nossa reflexão seguirá o seguinte roteiro: uma justificativa sobre a utilização da categoria de análise "Gênero" e a explicitação de elementos que constituem esse conceito, seguindo-se a exposição de dados sobre a participação da mulher no esporte competitivo de alto rendimento, especificamente nas Olimpíadas da Era Moderna, localizando-se a luta pelo espaço público e o discurso da diferença e da subordinação que buscava na ciência razões para limitar o espaço social da mulher e por último, a participação da mulher no CBCE e a luta pelo espaço político. A guisa de conclusão estaremos apresentando explicações a respeito dos dados encontrados, levando em consideração as relações sociais de produção capitalísticas, ora hegemonicamente vigentes.

*"Eu sou o poeta da mulher
tanto quanto o do homem
e digo que tanta grandeza existe
no ser mulher*

*quanto no ser homem,
e digo que não há nada maior
do que ser mãe de homens"*
(Whitman, Walt. *Leaves of Grass. Filadélfia* :
David Mackay, 1900).

1. A QUESTÃO DO GÊNERO

Ao aceitarmos o desafio de refletir acerca do tema "Educação Física/Esportes: a questão do Gênero" o fazemos tendo em consideração as discussões atualmente colocadas a respeito do Gênero enquanto uma categoria útil de análise histórica.

O que se busca é, a partir da descrição e da análise, apresentar explicações, promover articulações com uma dada referência teórica e levantar proposições para a intervenção social de sujeitos políticos coletivos.

A questão do Gênero assume o sentido e significado de representar a consideração da construção social e histórica dos sexos, enfatizando-se o caráter social e relacional dessa construção.

Um estudo clássico que evidencia esta perspectiva de abordagem da problemática da mulher é o trabalho de Scott (1990).⁴ A preocupação central dos seus estudos é

"...descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la" (Scott, 1990:5).

A intenção é clara, no sentido de inscrever a mulher na história, o que significa, ainda segundo Scott

"...a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto as atividades públicas e políticas" (Scott, 1990:6).

² Nossa tentativa é buscar uma aproximação possível com a referência teórica marxista onde o ato de conhecer é objeto de estudo do materialismo dialético e as relações sociais de produção são objeto de estudo do materialismo histórico.

³ Essa possibilidade nos é indicada a partir da consideração das categorias de análise singular, particular, geral. Isso significa que as formações materiais estão em correlação, em interação e modificam-se mutuamente. Nesse contexto reflexivo o singular diz respeito às propriedades e ligações próprias a uma dada formação e que não existem em outras. A singularidade determina uma forma particular de movimento que não é próprio apenas a uma formação material mas também a outras. Essas propriedades de ligações que se repetem nas formações materiais constituem o geral. Ver mais a respeito em CHEPTULIN, A. em "Dialética materialista". Leis e categorias da dialética materialista. São Paulo : Alfa-Ômega, 1982. p.191.

⁴ O texto de JOAN SCOTT "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica" pode ser encontrado In: Educação e Realidade v.15, n.2 Jul./Dez. 1990, cuja temática foi destinada a MULHER & EDUCAÇÃO. Podemos encontrar nesse número, ainda, os seguintes textos elucidativos. "Histoire des Femmes: Uma revisão bibliográfica" de Eliane Marta T. LOPES; "Lembranças de velhas colonas italianas: Trabalho, família e educação" de Guascira Lopes LOURO; "As mulheres professoras e o ensino estatal" de Helena Costa G. ARAÚJO; "E no princípio era o verbo... ou reflexões sobre a relação da mulher com a fala e a política" de Silvana Leal CÔSER; "A Caixa de Pandora: um olhar sobre os mitos e os medos na representação da mulher" de Cybele C. de ALMEIDA; "Estar no feminino: mal-estar?" de Mônica A. BELISÁRIO. Outra referência é a Teoria e Educação, N. 6, 1992, cujo tema é Dossiê: História da Educação onde encontramos os seguintes textos: "Uma Leitura da educação sob a perspectiva do gênero" de Guacira Lopes LOURO; "Fontes documentais e categorias de análise para uma história da educação da mulher", de Eliane Marta T. LOPES.

O uso da categoria “Gênero” rejeita a idéia de esferas separadas (homens — mulheres), designando sim, as relações sociais entre sexos, rejeitando explicitamente explicações biológicas utilizadas para assegurar diversas formas de subordinação, pelo fato da mulher gerar os filhos e o homem ter força muscular.

Ao discutirmos a questão do Gênero, enquanto categoria de análise, temos que estar cientes de que o surgimento e delimitação da própria categoria se dá dentro de dadas relações históricas.⁵ Precisamos portanto, verificar entre as leis e categorias do desenvolvimento do conhecimento científico, a propriedade de tal delimitação.

Entendemos que a capacidade da categoria de análise “Gênero” dar conta da história das mulheres, está na dependência dela ser reconhecida e assumida a partir das leis e categorias gerais que regem a história da produção do conhecimento. Nesse sentido temos que reconhecer os conceitos e seus conteúdos.

Como proposição de conceito Joan Kelly (1990), — citada por Scott (1990:14) em seu ensaio “A dupla visão da teoria feminista” —, sustenta que os sistemas econômicos e os sistemas de gênero agem reciprocamente uns sobre os outros para produzir as experiências sociais e históricas e que os dois operam, simultaneamente, para reproduzir as estruturas socioeconômicas e as estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular.⁶

Outro conceito interessante é o de Scott (1990:14), que inclui na sua definição quatro elementos que interagem e não operam um sem os outros. Esses elementos são:

- os símbolos culturalmente disponíveis;
- os conceitos normativos que põe em evidência as interpretações dos sentidos dos símbolos;
- o mercado de trabalho, o parentesco, a educação e o sistema político e por fim;
- a identidade subjetiva, onde a psicanálise fornece uma teoria importante para a reprodução do gênero, uma descrição da transformação da sexualidade biológica dos indivíduos à medida de sua aculturação.

O núcleo essencial da definição de Scott considera o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, sendo esse um dos primeiros modos de dar significado às relações de poder.

Segundo Sorrentino (1992:45) podemos situar três correntes feministas que polemizam o tema: — Uma que reconhece a questão de classe, mas subestima-a em detrimento das questões de gênero; — outra que nega simplesmente as classes reconhecendo apenas a questão de gênero e, por fim; — a que nega a questão de gênero e vê somente a questão de classes, negando a especificidade e a necessidade estratégica da luta feminina.

Reconhecemos aqui a necessidade histórica do redimensionamento dessas correntes em função do desvelamento da práxis social que evidencia o imbricamento das questões de classe e gênero.

Nesse sentido, nos interessa levar em conta essa categoria de análise histórica — Gênero — à medida em que a mesma amplie nossa faculdade de refletir a situação real das coisas, de reconhecer as leis do movimento e do desenvolvimento do mundo ambiente.

O que norteia nossa reflexão é a perspectiva de transformação das relações sociais em sua totalidade, tendo como meta uma sociedade socialista sem questão de classe, de sexo/gênero, de raça. E aqui fazemos uma ressalva. O que norteia, portanto, nosso esforço de compreensão e explicação são categorias e leis do desenvolvimento do conhecimento social e da prática. Para tanto valemo-nos da categoria de análise histórica “Gênero”, tendo em conta sua delimitação em função das relações sociais estabelecidas em uma sociedade de classes, vez que a exploração de classe é decisiva em relação à opressão de gênero.

Encontramos argumentos para sustentar tal asserção na própria história da civilização, observando como os homens garantiram a produção e reprodução da vida imediata e como essas formas foram se complexificando, em função de novos interesses que culminam na sustentação da divisão social do trabalho e na propriedade privada (Engels, 1971).⁷

⁵ Uma das obras clássicas que ilustram esse esforço acadêmico é o trabalho de PERROT (1988), “Os Excluídos da História, operários, mulheres, prisioneiros”. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988:167-184. Ver também LOURO, Guacira Lopes. “Prendas e Antiprendas”. Ed. Universitária, UFRGS, 1987. Guacira nos apresenta sua tese versando sobre o Instituto de Educação, enquanto escola formadora de mulheres no Rio de Grande do Sul, discutindo aí a formação histórica das mulheres educadoras. Outra referência importante é o estudo de FERNANDES, Alicia. “A mulher escondida na Professora: Uma leitura psicopedagógica de ser mulher, da corporeidade e da aprendizagem”. Porto Alegre : Artes Médicas, 1994.

⁶ Ver mais a respeito In: SORRENTINO, Sara. A classe operária e a questão do Gênero. In: *Princípio Revista Teórica, Política e de Informação*. Agosto/Setembro/Octubre/1992, p. 42-47, bem como em BEBEL, August. A mulher, o direito e a política. In: *Princípio Revista Teórica, Política e de Informação*. Dezembro/1986. p.20-27.

⁷ Ver mais a respeito da constituição primitiva da organização social do trabalho em ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo : Editora Global, 1984. A respeito da discussão sobre as relações classe e gênero sugerimos a leitura de CASTRO, Mary Garcia. Classe e Gênero. In: *Presença da mulher*. Ano VI, n.25, Maio/Junho/Julho, 1993.

Sem estabelecermos essas relações entre a produção de bens materiais e espirituais e a produção da vida, corremos o risco de reduzirmos a questão do Gênero a uma mera correlação de forças entre homens e mulheres ou a uma reflexão de cunho idealista.

Entendemos também, como Sorrentino (1992) que:

*"...a questão da mulher não se inscreve, como uma série de lutas setoriais, apenas na esfera dos direitos humanos, nem diz respeito, somente a elas, mulheres. As mudanças que ela exige estão na esfera do relacionamento individual, das leis, do Estado, da ciência, da cultura, das artes, das relações de produção, de todas as estruturas sociais, e é tão universal quanto a questão de classe"*⁸ (Sorrentino, 1992:47).

Esses esclarecimentos se fazem necessários para que fique explicitado o conteúdo dessa categoria de análise e não se incorra no equívoco de confundir essa discussão com posições feministas, muitas das vezes despolitizadas, que se reduzem "a guerra entre os sexos" — expressão folclorizada que trata da aparência trágica do fenômeno da violência⁹ do homem contra a mulher —, subestimando-se condições históricas que constroem, socialmente, o comportamento dos seres humanos, homens/mulheres, em uma sociedade dividida em classes sociais (Vygotsky, 1988).¹⁰

Tendo em conta a possibilidade inicialmente apontada, de que a Educação Física/Espportes e sua teorização, enquanto prática social, historicamente construída, reflete em si o todo em que está inserida, apresentamos, a seguir, alguns dados que delimitam a aparência de um fenômeno que necessita ser desvelado em suas últimas determinações, que é a participação da mulher na Educação Física/Espportes, no âmbito dos Jogos Olímpicos e

na promoção, crítica e difusão do conhecimento científico na área. O que aqui apresentamos são primeiras aproximações que devem ser aprofundadas.

2. A PRESENÇA DA MULHER NOS JOGOS OLÍMPICOS: Uma Luta Pelo Espaço Público

*"Eu canto o Corpo
da cabeça aos pés:
nem só o cérebro
nem só a fisionomia
tem valor para a Musa
— digo que a Forma completa
é muito mais valiosa,
e tanto a Fêmea quanto o Macho
eu canto"*

(Whitman, Walt. *Folhas das Folhas de Relva*. São Paulo : Ediouro, s.d.).

A presença das mulheres nos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna ocorridos em Atenas/Grécia foi tolerada nas arquibancadas, sendo proibida a sua participação nas competições.

Em 1900 em Paris/França, capital do liberalismo à época, a participação feminina nas Olimpíadas foi admitida formalmente, no entanto, com grandes restrições, competindo somente 11 (onze) mulheres em duas modalidades. O golfe e o tênis.

Em St. Louis/EUA, em 1904, participaram somente 6 (seis) atletas e nas Olimpíadas de Atenas/Grécia, em 1906, não passaram de 7 (sete) atletas.

O quadro a seguir nos apresenta o ano de realização da Olimpíada, a cidade, o número de países participantes e o número de homens e mulheres concorrentes às medalhas olímpicas.¹¹

⁸ Ao assumir a categoria luta de classes estamos de acordo com os que reconhecem a proposição básica que as classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe existem e desempenham papel fundamental na história. A sociedade de classes não foi superada. Ver mais a respeito dessa argumentação científica, In: HOBBSAWM, R. *Mundos do trabalho*. São Paulo : Paz e Terra, 1987, p. 35-55. No texto intitulado "Notas sobre Consciência de Classe" Hobsbawm dialoga com LUKACS e seu texto "História e consciência de classe", uma coletânea de estudos publicados em 1923.

⁹ No que diz respeito a violência do homem contra a mulher sugerimos consultar as pesquisas de RANGEL (1993). Seus estudos nos mostram que das 445 queixas registradas nos Boletins de Ocorrência na Polícia, 77% apontavam o marido como autor da agressão evidenciando com isso que, nesses casos, o lugar menos seguro para a mulher é o próprio lar. Ver mais a respeito da violência em RANGEL, Olívia. A família e a violência em relação à mulher. In: *Princípio Revista Teórica, Política e de Informação*. Agosto/Setembro/Outubro/1993, p. 38-41. Ver a respeito da humilhação da mulher operária, em LOBO, Elizabeth Souza. Mais valia feminina. In: *Teoria & Debate*. São Paulo, N.8 Out./Nov./Dez./1988, p.42-45. Ver também NEGRÃO, Télia. Tapas e Beijos. In: *Presença da Mulher*. Ano VI, n.25 maio/junho/julho, 1993, p.36-40. Ainda a respeito da humilhação das mulheres encontramos registrado o fato de que, para participarem do Campeonato Sul-Americano de Judô, na Argentina, atletas brasileiras alteraram seus nomes para nomes masculinos. (Folha de São Paulo. Caderno de Esporte. 21/09/87, p.A-17). Ver mais a respeito de análises sobre a legislação em CASTELLANI FILHO, Lino. Esporte e Mulher. In: *Motrivivência*. Ano I, N.2, Junho 1989.

¹⁰ Baseado no marxismo, VYGOSTKY sustenta a tese de que, mudanças históricas na sociedade e na vida material produzem mudanças na "natureza humana" (consciência e comportamento). Ver mais a respeito In: VYGOSTKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo : Martins Fontes, 1988.

¹¹ Esses dados foram levantados a partir do ATLAS OLÍMPICO: Todos os jogos da era Moderna 1896-1992. São Paulo : Editora Três, 1992.

QUADRO EVOLUTIVO DA PARTICIPAÇÃO DOS HOMENS E MULHERES NAS OLIMPIADAS				
Ano	Sede	Nº Países	Homens	Mulheres
1896	Athenas/GRE	13	311	0
1900	Paris/FRA	22	1319	11
1904	Saint Louis/EUA	12	681	6
1906	Atenas/GRE	20	877	7
1908	Londres/GBR	23	1999	36
1912	Estocolmo/SUE	28	2490	57
1920	Antuérpia/BEL	29	2543	64
1924	Paris/FRA	44	2956	136
1928	Amsterdã/HOL	46	2724	290
1932	Los Angeles/EUA	37	1281	127
1936	Berlim/ALE	49	3738	328
1948	Londres/GBR	59	3714	385
1952	Helsinque/FIN	69	4407	518
1956	Melbourne/AUS	67	2958	384
1960	Roma/ITA	83	4738	610
1964	Tóquio/JAP	93	4457	683
1968	México/MEX	112	4750	782
1972	Munique/ALE	122	5848	1299
1976	Montreal/CAN	92	4834	1251
1980	Moscou/URSS	81	4265	1088
1984	Los Angeles/EUA	141	5458	1620
1988	Seul/CSU	159	6983	2438

FONTE: Atlas Olímpico. *Todos os Jogos da Era Moderna*. Editora Três, 1992.

Constatamos que, somente em 1932 vieram a somar 10% dos atletas presentes à Olimpíada de Los Angeles. Em 1936 em Berlim, os alemães nazistas, apesar de restringirem as mulheres “à cozinha, criança, igreja”, inscreveram uma das maiores delegações femininas. Conforme destaca Soares (1988:37)¹² naquele momento era mais importante provar a supremacia ariana do que defender a inferioridade da mulher.

Vale mencionar ainda que, a participação restrita das mulheres pode ser evidenciada tanto a nível das provas atléticas, das competições esportivas, quanto a nível da dimensão organizacional, técnica, administrativa e científica.

As mulheres, na sua maioria, estão afastadas do poder de decisão, representando menos de 2% dos que detém poder político no Planeta.¹³ Somente em 1980 a primeira representante feminina foi admitida no Comitê

Olímpico Internacional (COI). Durante nove décadas a mulher esteve afastada das decisões.

O Comitê Olímpico Internacional (COI), nos Primeiros Jogos Olímpicos, presidido pelo próprio Barão de Coubertain, dirigia a política esportiva onde a participação da mulher não era bem vista, sob o argumento de que a prática do esporte era incompatível com a condição feminina.

Da legislação vigente no Brasil, a partir do século passado, também podemos abstrair verdadeiras “pérolas” que deixam evidente o que é a biologização do fato social.

Rui Barbosa, em 1882, ao relatar seu parecer no Projeto nº 224, que tratava da Reforma do Ensino Primário, faz alusão a adequação das práticas corporais — Ginástica —, “a harmonia das formas feminis e as exigências da maternidade futura”. Fernando de Azevedo sustenta esta mesma visão ao indicar para as mulheres práticas corporais “compatíveis com a delicadeza do organismo das mães”. Em 1941 o Decreto Lei Nº 3.199 vigente até 1975, e que estabelece as bases de organização do desporto no Brasil, incorpora esse espírito, evidente em seu artigo 54 onde reza que “as mulheres não se permitirão a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”. Em 1965 o CND (Conselho Nacional de Desportos) instrui as entidades desportivas do Brasil, através da deliberação nº 7, sobre a prática de esportes para as mulheres, onde ficou estabelecido que “Não é permitido a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo, halterofilismo e basebal”.

Vamos encontrar no discurso científico da época os argumentos que, no plano ideológico, sustentavam diretrizes de políticas públicas orientadoras dos planos de Educação, Saúde e Desportos.

3. O DISCURSO CIENTÍFICO DA DIFERENÇA E DA SUBORDINAÇÃO LIMITANDO O ESPAÇO SOCIAL DA MULHER

Teorias políticas e sociais, pretensamente fundadas na ciência, influenciaram para que a participação da mulher nos Jogos Olímpicos fosse nula ou ínfima, durante muitas décadas.

¹² SOARES, Gláucio Ary Dillon, do Centro de Estudos Latino-Americanos, da Universidade da Florida, nos apresenta dados sobre a participação da “Mulher nas Olimpíadas”. In: *Ciência Hoje*, Volume 8, N.43, Junho, 1988. p.34-43.

¹³ Dados estatísticos sobre a situação da mulher podem ser encontrados tanto em relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho), nos documentos das Centrais Sindicais bem como nos Relatórios do Banco Mundial.

Aos preconceitos raciais somavam-se os de sexo nas práticas esportivas.

Com base em uma ciência hoje severamente criticada, afirmava-se que, independente de qualquer fator contingencial, tudo o que exigisse força, rapidez e resistência não era próprio para uma mulher.

Assim, como os negros eram considerados, “por essência”, inferiores aos brancos, sobretudo no plano intelectual e moral, o chamado “sexo frágil” era incapaz de se aproximar ou superar as destrezas atléticas do masculino nas atividades esportivas.

Afirmava-se que os exercícios intensos prejudicavam a mulher e que barrá-las era uma forma de proteção.

A expressão dessa ideologia no Brasil deixa evidente como a ciência foi utilizada para discriminar a mulher, também na dimensão das práticas esportivas, na tentativa de reduzir a sua participação social ao “privado”, ao lar, aos filhos e marido, por ser essa a forma que mais favorecia a própria reprodução da força de trabalho expropriada e alienada.

Sylvia Maria da Costa¹⁴ em seus estudos de pós-graduação em história, defendidos na Universidade Federal Fluminense nos dá um exemplo elucidativo. A autora pesquisou teses escritas por médicos do Rio de Janeiro, no período de 1838 a 1887 e identificou como no discurso científico do século XIX buscavam-se razões científicas para limitar o espaço social da mulher.

Os médicos investigados por Sylvia explicavam todo o corpo feminino tendo como referência a “alteridade absoluta”, ou seja, tendo como referência o masculino.

“As mulheres não são feitas para correr” concluía o médico Antonio Pedro Teixeira, em 1845, atribuindo isso as características dos quadris, pois as cristas ilíacas acham-se mais separadas umas das outras e a cavidade da bacia é mais larga, com isso, conclui: “a mulher, ao contrário do homem, está biologicamente predisposta à imobilidade”.

Segundo o pensamento médico da época, a mulher sendo caracterizada como “frágil”, em consequência da formação óssea, dos músculos e do tecido celular, caberia a ela o espaço doméstico. Quando a mulher apresen-

tava temperamento sanguíneo característico do homem, perdia logo a sua graça, tornava-se uma amazona furiosa, aborrecendo-se com os trabalhos que a deveriam caracterizar e ficava um ser imperfeito, concluía o discurso científico à época.

Este tipo de idéia já era sustentada entre os gregos, IV Séculos a.C., e pode ser encontrada no livro de Aristóteles “Ética a Nicômaco”. Nos diz Aristóteles:

“E foi para melhor viver que a natureza dispôs, como fez, o homem e a mulher. O primeiro é forte, o segundo contido pelo temor; um encontra sua saúde no movimento, o outro é inclinado a levar uma vida sedentária; um traz os bens para casa, o outro vela sobre o que aí está, um alimenta os filhos, o outro os educa”.

Esta idéia era sustentada também no século XIX, na Europa, onde emerge com todo vigor a conjuntura capitalística, onde cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar predeterminado pelas circunstâncias, contingências da Revolução Industrial. Podemos verificar isso na linguagem do mundo do trabalho onde um delegado operário da exposição mundial de 1867 apregoavam “Aos homens, a madeira e o metal. À mulher, a família e os tecidos”.¹⁵

No Relatório sobre Desenvolvimento Mundial 1991 — O Desafio do Desenvolvimento —, divulgado pelo Banco Mundial (1991:62), encontramos, novamente, indicadores deste mesmo papel destinado à mulher, a ser assegurado por uma Educação Feminina voltada para a saúde, controlada em sua positividade pela taxa de mortalidade infantil e fecundidade atribuindo-se mais uma vez, à mulher, responsabilidades sociais que estão na dependência de esforços conjuntos de todas as forças que constituem a sociedade e do modo como as relações de produção estão estabelecidas em seu interior.

Segundo Perrot (1988:178) a economia política reforça essa visão truculenta das coisas, ao distinguir a produção, reprodução e consumo. O homem assume a primeira — produção —, a mulher a terceira — consumo —, e ambos cooperam na segunda — reprodução. Desenha-se aí uma economia doméstica feminina.

¹⁴ SYLVIA MARIA DA COSTA defendeu sua dissertação de mestrado na Universidade Federal Fluminense explicitando no discurso científico do século XIX a diferença e a subordinação da mulher. A respeito do pensamento médico higienista e a Educação Física consultar ainda, SOARES, Carmem Lucia. *O Pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil: 1850-1930. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.*

¹⁵ Podemos encontrar mais a respeito dessa destinação nos escritos de HOBBSAWM, E. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, especificamente o tema sobre “Formação da cultura da classe operária Britânica”, p. 251-272. Ver a respeito da situação atual da mulher no mundo a partir dos estudos do Banco Mundial, seus relatórios anuais, especificamente os de 1990 sobre Pobreza, o de 1991 sobre o Desafio do Desenvolvimento e o de 1992 sobre Meio Ambiente.

Esboça-se aí um triplo movimento, de grandes zonas de exercício do poder, afirma Perrot (1988:179), caracterizado por:

- relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público, com a ressalva de que nem todo o público é político;
- constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino, com a ressalva de que o poder principal continua sendo do pai, de direito e de fato;
- superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas, com a ressalva de que ocorre a extensão do poder social das mulheres e sua perda de autonomia.

A gravidade dessa conjunção é de que ela indica uma posição de inferioridade da mulher que tende a se confirmar em todas as esferas da vida, pois acentua-se o círculo vicioso que faz com que um indivíduo, grupo, gênero ou classe sejam mantidos em situação de inferioridade por terem assumido esta indicação de inferioridade. Indicadores dessa inferioridade podem ser constatados nas remunerações de mulheres e homens onde constata-se que, mesmo desempenhando as mesmas funções que os homens, as mulheres recebem salários menores.

Segundo Verucci (1986/1987).¹⁶

"Para provar a subalternidade da mulher apelou-se não somente para a religião, a filosofia, e a teologia do mundo antigo, mas também a biologia, a psicologia e o direito do mundo moderno" (Verucci, 1986/1987:100).

Apelou-se ao discurso científico para confirmar, no plano ideológico, a subalternidade da mulher.

Isso pode ser reconhecido no âmbito da Educação Física/Esportes por dados da realidade e por estudos científicos que buscam comparar as variáveis antropométricas entre homens e mulheres e que salientam os índices inferiores apresentados pelas mulheres. Esses estudos corroboram com a tese da inferioridade biológica. A tentativa de provar a inferioridade das mulheres, inclusive comparando o seu rendimento com o dos homens, em pouco mais de três décadas da participação das mulheres nas Olimpíadas foi derrubada. Em 1972, em Munique, nas provas de natação feminina as mulheres quebravam os recordes batidos pelos homens em 1936 em Berlim.

Para exemplificar a influência do discurso científico no plano ideológico contamos também com as contribuições teóricas de Chagas(1991) e Romero(1992).¹⁷

Chagas (1991) em seus estudos sobre, "Educação Física: Reflexo das concepções dominantes sobre o controle do corpo feminino", evidencia a influência da indústria cultural na formação do imaginário feminino e nos apresenta modelos de corpo feminino forjados no contexto capitalístico, sob os auspícios da igreja, da ciência, do Estado e da indústria cultural. Destacamos aí a influência do discurso científico na visão de corporeidade.

Romero (1992), por sua vez, aborda a questão dos estereótipos masculino e feminino em Professores de Educação Física. A partir de suas análises, a autora propõe a introdução de conteúdos curriculares que alertem para a questão da estereotipia na prática da Educação Física.

O que reconhecemos é que existem uma conjunção de fatores (biológicos e sociais) que se combinam para construir os sujeitos como homens ou mulheres. Isto significa que não se nasce homem ou mulher, mas sim constroem-se socialmente tal condição.

O que nos fica evidente é que a luta da mulher para participar das práticas esportivas, em igualdade de condições com os homens, mantendo-se suas diferenças ou a sua identidade especificamente feminina, tem o mesmo significado que a luta travada, por exemplo, no campo do desenvolvimento científico e tecnológico da área de Educação Física/Ciências do Esporte. Dados da realidade nos apontam isso, como veremos a seguir.

4. A PRESENÇA DA MULHER NA CIÊNCIA DO ESPORTE: Uma Luta Pelo Espaço Político

*"O que desejamos permanece em latente e perpétua espera,
Em todos os continentes".*

(...)

(Whitman, Walt. A um revolucionário Europeu vencido. In: Princípios, n.26, 1992).

Apesar de representarem 50% dos estudantes da Rede Nacional de Ensino, as mulheres representam 1/3 da força produtora de conhecimento científico do Brasil.

¹⁶ Florisa Verucci é advogada e foi assessora do Ministério da Cultura para a Política da Mulher. Seu texto "Ser-mulher e ser-mãe". In: *Humanidades*, N.11, Novembro/Janeiro 1986/1987, p.99-101, evidencia a subalternidade enquanto fenômeno cultural e não biológico.

¹⁷ Ver mais a respeito em: CHAGAS, Eliane Pardo. Educação Física: Reflexo das concepções dominantes sobre o controle do corpo feminino. Dissertação (Mestrado) UFSM/RS, 1991, e em ROMERO, Elaine. Diferenças entre meninos e meninas quanto aos estereótipos: Contribuições para uma política de desmistificação. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Volume 14, N.1, Setembro de 1992. p.24-28.

Representam 30,5% dos bolsistas do CNPq; 31,5% de autores de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e 27,3% em periódicos internacionais; 30% de autores de livros; 37,1% de mestrands e 34,2% de doutorandos em cursos no exterior com bolsa do CNPq.¹⁸

A nível dos órgãos de assessoria, ou seja no conjunto dos Comitês assessores do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico & Tecnológico —, e consultores da Finep — Financiadora de Estudos e Projetos/MC&T —, a presença da mulher é de 17,1% e 18,2%, respectivamente.

Em relação a participação nas áreas do conhecimento, ainda segundo os estudos de Azevêdo et alii (1989:275-283), temos que, na área de ciências exatas é incipiente (0-28%), na área de ciências sociais e da saúde é efetiva, sendo o percentual de participação entre 19%-43%, e nas ciências humanas é de até 63%. Esses estudos apontam ainda, que as oportunidades para a Educação da mulher brasileira não foge à regra geral das oportunidades para a mulher ocidental.¹⁹

Em pesquisa realizada por Cosenza (1993) — Presidente da União Brasileira de Mulheres —, sobre a Mulher Universitária, podemos encontrar os seguintes dados: 86,2% dos estudantes do curso de psicologia são mulheres. Em letras e artes elas representam 84,4%, ciências humanas e sociais 53,8%, Educação Física com 52,6%, ciências biológicas e da saúde 40,6% enquanto que nas ciências exatas e biológicas as mulheres representam 18,2%, constatando-se uma segregação do gênero por ramo do conhecimento. A situação da Mulher Universitária recebeu atenção especial no 42º Congresso da UNE, onde deliberou-se pela realização do Encontro Nacional da Mulher Universitária, em Vitória/ES, 1992.

Procurando desvelar como é a participação da mulher na produção, crítica e divulgação do conhecimento científico na área da Educação Física/Ciências do Esporte levantamos dados no âmbito de uma entidade científica da área, o CBCE, especificamente junto a seu órgão de divulgação, a Revista Brasileira de Ciências do Esporte.²⁰

A fonte de coleta dos dados que ora apresentamos foi a Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Delimitamos os períodos administrativos (biênios) a partir de 1979 e consultamos os 15 volumes com 45 exemplares da RBCE expedidos nesse período. Incluímos em nossa análise a atual administração 1993-1995 e suas publicações emitidas até a presente data (RBCE V.15, N.2, Janeiro/1994). Consultamos ainda, a listagem de sócios atuais, que nos foi gentilmente emprestada pelo Professor Dr. Valter Bracht, presidente do CBCE.

Desenvolvemos, inicialmente, uma matriz de análise, elaborada a partir da leitura dos dados da listagem de sócios e de todos os exemplares da Revista. Dessa pré-análise organizamos o material e identificamos o que seria possível abstrair, levando-se em conta o tipo e a natureza dos dados disponíveis e os propósitos do presente estudo.²²

Os indicadores delimitados foram:

1. Percentual de mulheres participantes do CBCE, a partir do quadro geral de sócios;
2. Percentual de mulheres na Diretoria;
3. Percentual de mulheres no Conselho Editorial;
4. Percentual dos textos publicados e áreas de conhecimento privilegiada pelas mulheres que publicaram na Revista — áreas do conhecimento: humanas/sociais, saúde/biológica.

¹⁸ Os dados aqui apresentados foram obtidos pela equipe de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, diretamente dos registros da FINEP, do CNPq, dos arquivos do SELAP/CNPq, do levantamento direto em periódicos nacionais e nos arquivos da Faculdade de Medicina da UFBA. Compõe essa equipe os seguintes pesquisadores: Eliane Azevedo, Cristina Fortuna, Maria Christina Pontes, Nelly Freire, Paulo Cesár Abdalla e Ernani Dórea. Ver mais a respeito In: *A Mulher cientista no Brasil*. Dados atuais sobre sua presença e contribuição. *Ciência e Cultura*, Volume 41, N.3, Março de 1989. Os dados sobre a Mulher Universitária foram colhidos indiretamente a partir dos estudos de COSENZA, Gilse, apresentados na *Revista Presença da Mulher*. Ano VI, n.24, Janeiro/Fevereiro/Março 1993. Sobre a mulher e a vida científica ver ainda, "Problema dos Sexos e o racismo na vida científica", em MEDAWOR, P. B. *Conselhos a um Jovem cientista*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

¹⁹ O Brasil, no entanto, sofreu fortes influências do conservadorismo das leis portuguesas. Somente em 1879, com a Reforma LEÔNICIO DE CARVALHO é que se estabeleceu o ensino aberto ao ingresso de mulheres. AZEVEDO nos relata o fato de que, já em 1561 os índios brasileiros reivindicavam escolas para as índias, sendo que o padre Manoel da Nóbrega encaminhou tal pedido à Coroa Portuguesa, o que não logrou resposta positiva. Os Portugueses criaram suas escolas femininas somente em 1815, o que evidencia a herança cultural a que estivemos sujeitos nos anos de dominação dos Portugueses.

²⁰ A respeito do CBCE já temos disponível o trabalho de dissertação de mestrado de Fernanda Simone Lopes de Paiva, defendido em 1993, junto à Universidade Gama Filho, que versa sobre "Educação Física/Ciências do Esporte: Resgates e perspectivas na luta dos sentidos dentro do CBCE". Outro estudo que contempla o CBCE está em elaboração por Carlos F. Brandão tendo sido preliminarmente apresentado no Seminário de História da Educação Física, promovido pela FEF/UNICAMP em 1993.

²¹ Segundo SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 17.ed., São Paulo: Cortez, 1991. A Revista Brasileira de Ciências do Esporte é uma "Publicação Quadrimestral do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, entidade que congrega profissionais e estudantes de diferentes áreas do conhecimento que se interessam pelo desenvolvimento das ciências do esporte. A revista divulga trabalhos relacionados com temas e problemas relevantes enfrentados na Educação Física, na atualidade, que se integram nas seguintes secções: Cartas do leitor, Pontos de Vista, Resenhas, Entrevistas e Debates, Relatos de Experiências, Artigos e Resumos de Dissertações e Teses".

²² Os procedimentos científicos aqui mencionados estão referenciados em TRIVINOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1990.

5. Percentual de mulheres apresentando trabalhos em congressos e simpósios: temas livres/comunicação oral, painéis/comunicação coordenada;

6. Percentual de mulheres convidadas para cursos/oficinas, simpósios/mesas-redondas, conferências/palestras.

Alertamos que não estamos apresentando uma crítica à produção do conhecimento veiculado pela RBCE, por não ser esse o escopo principal do presente trabalho, mas admitimos que, esse tipo de estudo de caráter epistemológico, se faz mister.²³

Uma vez levantados os indicadores para uma codificação, entramos em uma segunda leitura dos dados, adentrando no corpus dos documentos, agora procurando abstrair freqüências para constituir quadros de referências, os quais passamos a apresentar. Desses quadros de referências foi possível, a luz das categorias teóricas da análise, realizarmos uma interpretação referencial, levando em conta, tanto o conteúdo manifesto, quanto o conteúdo latente do corpus de dados disponíveis.

Conforme podemos constatar no quadro demonstrativo de sócios, coletado na listagem geral de sócios do CBCE — Quadro 1 —, dos 910 sócios atualizados, 472 são mulheres (51,9%). Deste total de sócios, 102 são pesquisadores (11,2%), sendo 46 mulheres (45,1%). Dos 561 membros efetivos (61,6%), 294 são mulheres (52,4%) e, dos 259 estudantes (28,5% do total de sócios), 146 são mulheres (56,3%).

QUADRO 1 — Demonstrativo de sócios por Estado

Estado	Total de Sócios		Pesquisadores		Efetivos		Estudantes	
	H	M	H	M	H	M	H	M
AL	2	0	—	—	2	—	—	—
AM	2	1	—	—	2	1	—	—
AP	8	9	1	—	7	9	—	—
BA	6	5	—	—	6	5	—	—
DF	15	11	—	—	13	7	2	4
ES	19	16	—	—	18	15	1	1
GO	9	11	—	1	5	5	4	5
MA	26	24	2	2	10	9	14	15
MG	39	64	4	7	19	47	16	14
MS	1	—	—	—	1	—	—	—
MT	10	10	—	—	8	8	2	2
PA	18	20	—	—	14	17	4	7
PB	4	4	—	—	3	3	1	1
PE	21	30	3	1	7	22	11	7
PI	8	9	—	—	7	5	11	4
PR	27	39	3	2	16	21	8	15
RJ	23	22	3	3	17	18	1	2
RN	8	14	—	4	7	8	1	2
RO	1	—	—	—	1	—	—	—
RS	47	45	13	7	25	19	9	19
SC	31	23	4	7	16	10	11	10
SE	6	13	—	—	4	7	2	6
SP	105	97	23	12	58	53	24	32
TO	2	5	—	—	1	5	1	—
Total	438	472	56	46	267	294	113	146

²³ Contamos atualmente com o trabalho de SOUZA E SILVA, Rossana Valéria. *Os mestrados de Educação Física: Pesquisando suas pesquisas. Dissertação (Mestrado). UFSM, 1990, que nos aponta indicadores nesse sentido.*

Para constatar o quantitativo de mulheres na composição das diretorias e Conselhos Editoriais — Quadro 2 —, consultamos as informações fornecidas nos 45 exemplares da RBCE expedidos do ano de 1979 a 1994.

Constatamos que na composição das diretorias o número de mulheres participantes é minoritário, reduzida a uma ou duas pessoas em um quadro de 06 a 10 membros, exceções ocorridas no biênio 87-89 onde, de uma composição de 07 membros, 03 eram mulheres e no biênio 94-95 onde constatamos que, dos 06 membros da diretoria, 02 são mulheres.

Quanto aos Conselhos Editoriais constatamos que predominam Conselheiros homens sendo que, do biênio 85-87 em diante essa margem de diferença vem sendo diminuída pela participação crescente das mulheres nos Conselhos Editoriais da RBCE.

QUADRO 2 — Demonstrativo da Participação da Mulher na Diretoria e Conselho Editorial do CBCE

	79-80		81-83		83-85		85-87		87-89		89-91		92-93		94-95	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
DIRET.	10	1	8	-	10	2	9	1	7	3	7	1	6	-	6	2
C. EDIT.	10	2	4	-	4	1	9	4	7	3	12	5	15	6	18	8
TOTAL	20	3	12	0	14	3	18	5	14	6	19	6	21	6	24	10

T: TOTAL DOS PARTICIPANTES

M: MULHERES

Quanto à participação das mulheres em publicações — Quadro 3 —, constatamos que dos 285 textos publicados na RBCE, 108 (37,9%) são textos de autoria e/ou de co-autoria de mulheres.

Destes 108 textos, 57 ou seja, 52,8% podem ser localizados como produção na área de ciências humanas/sociais e 43, que corresponde a 38,8%, na área de ciências da saúde/biológica.

QUADRO 3 — Demonstrativo da Participação da Mulher nas Publicações da Revista do CBCE

ÁREA	79-80		81-83		83-85		85-87		87-89		89-91		92-93		94-95	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
HUM/SOC	5	1	4	2	8	5	8	3	36	8	50	20	27	18	13	8
BIOLÓG.	33	9	22	4	25	9	14	6	16	1	14	6	10	8	-	-
TOTAL	38	10	26	6	33	14	22	9	52	9	64	26	37	26	13	8

T: TOTAL DOS PARTICIPANTES

M: MULHERES

Quanto aos Temas Livres/Comunicações Orais, Painéis/Comunicações Coordenadas — Quadro 4 —, qualificada por nós como “Demanda Espontânea”, ou seja, livremente apresentada para divulgação, constatamos que do total de 1.336 trabalhos expostos 631 (47,2%) correspondem a autoria e/ou co-autoria de mulheres.

QUADRO 4 — Demonstrativo da Participação da Mulher nos Congressos do CBCE — Demanda Espontânea

	79-80		81-83		83-85		85-87		87-89		89-91		92-93		94-95	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
IT./COORD.	117	10	87	31	203	77	95	43	83	63	155	70	337	234	-	-
BIOLOG.	22	3	49	19	20	10	14	4	10	-	83	36	61	31	-	-
TOTAL	139	13	136	50	223	87	109	47	93	63	238	106	398	265	0	0

T: TOTAL DOS PARTICIPANTES
M: MULHERES

Quanto aos Cursos/Oficinas, Conferências/Palestras/Simpósios e Mesas-Redondas — Quadro 5 —, compostos por convidados — “Demanda Dirigida” —, verificamos que dos eventos mencionados participaram 292 pessoas das quais 58 mulheres (19,9%).

QUADRO 5 — Demonstrativo da Participação da Mulher nos Congressos do CBCE — Demanda Dirigida

	79-80		81-83		83-85		85-87		87-89		89-91		92-93		94-95	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
CURSO/OFIC.	22	5	11	1	32	5	5	2	5	2	14	4	9	4	-	-
C/PAL/SIMP.	1	1	1	-	17	2	11	2	7	2	15	2	3	-	-	-
M. RED.	31	1	33	3	30	6	10	4	13	7	12	4	10	1	-	-
TOTAL	54	7	45	4	79	13	26	8	25	11	41	10	22	5	0	0

T: TOTAL DOS PARTICIPANTES
M: MULHERES

O que vamos privilegiar desse conjunto de dados é o seguinte: do total de 910 membros atualizados, o percentual de mulheres pesquisadoras representa 5,05%; dos convidados para conferências/palestras/Simpósios e Mesas-Redondas, representam 19,9% e dos cargos de direção e conselho editorial, as mulheres representaram até hoje, somente 4,3%, mesmo constituindo a maioria atual dos sócios, 472 membros ou seja, 51,9%.

A partir daí podemos constatar o quanto fica restrita a participação da mulher no processo de organização do trabalho científico a nível de uma entidade da sociedade civil, especificamente nos cargos administrativos/organizacionais do CBCE, nos eventos como convidadas dentro das programações científicas e na categoria de membro pesquisador.

Os critérios para ser admitido como pesquisador estão definidos no Estatuto da Entidade e são: ter publicado, nos últimos três anos, como autor, pelo menos um trabalho em periódico reconhecido pelo CBCE; a autoria de pelo menos três trabalhos apresentados em evento(s) científico(s) reconhecido(s) como tal(is) pelo CBCE. (Estatuto do CBCE ART. 3º Parágrafo Único Item II, letras a) e b). Para exercer cargo administrativo na Diretoria o sócio deverá ser membro pesquisador (Art. 5 letra c) parágrafo 1º).

Em não sendo pesquisadora a mulher também não terá direito a ser administradora da entidade científica, ou a participar como convidada nos principais eventos científicos da entidade.

Restringe-se aí o papel da mulher a coadjuvante no processo de produção, crítica e veiculação do conhecimento científico da Entidade.

CONCLUSÃO

“Coragem, apesar de tudo, meu irmão ou minha irmã.

Permanecei sempre na obstinação.

A liberdade exige nosso esforço, suceda o que suceder

(...)

Ânimo, portanto, homens e mulheres!

Não devêis repousar antes que tudo tenha terminado.”

(Whitman, Walt. A um revolucionário Europeu Vencido. In: Princípios n.26, 1992).

O desenvolvimento do pensamento científico tem sido predominantemente uma atividade dos homens. A versão do mundo que a ciência nos propõe é a versão predominante de um sexo, que, até agora, pensou o mundo e a cultura em nome dos homens e das mulheres. Pelo menos à predominância numérica fica evidente também no interior do CBCE.

Assim, como as mulheres atletas, as mulheres cientistas lutam no mundo contemporâneo para garantir seus direitos sociais, entre os quais consta, o de produzir atividades esportivas, o de produzir conhecimento científico, o de ser dirigente.

Nessa luta vem desempenhando papel importantíssimo mudanças históricas da vida material, que produzem mudanças na natureza humana (na consciência e

comportamento) (Vygotsky, 1988:8). Essas mudanças na vida material produzem crises no que Marx²⁴ denominou de "superestrutura" das idéias, da cultura e da civilização.²⁵

Na conjugação da crise atual pode ser identificado a luta do movimento operário feminino, que atribui-se a tarefa principal de lutar pela igualdade econômica e social da mulher.

As mudanças no processo de organização do trabalho, a reestruturação produtiva posta pelo sistema econômico-produtivo internacional, as mudanças na base técnica, novos paradigmas tecnológicos industriais com base na microeletrônica, novas formas de organização do trabalho, o enfrentamento com novos paradigmas ideológicos apresentados segundo a perspectiva neoliberal de modernização, a luta por melhores condições de vida, os movimentos reivindicatórios, as organizações e mobilizações populares, a expansão do conhecimento, o crescimento e divulgação dos movimentos feministas politizados, a comunicação via satélite, a contestação da base de alicerce da família patriarcal tradicional, são elementos de uma conjunção de forças que atuam na profunda crise de modo hegemônico de produção da vida, o capitalístico.

O que se coloca no centro são as relações de poder estabelecidas entre classes sociais. O que se coloca como questão para homens e mulheres é a atitude das próprias mulheres, principalmente em relação ao espaço social, público, em relação ao exercício do poder político.²⁶

A idéia de que a política não é assunto de mulher, ou é algo desprezível, não merecedora de nossas atenções é uma atitude conservadora e retrógrada. A depreciação da política, principalmente por parte das mulheres, somada à perda da autonomia intelectual substituída

pelo reencantamento do mundo, pelas ilusões, pelo místico e mítico, a perda do individualismo submerso no anonimato do consumismo e conformismo, o apego aos particularismos em detrimento do universalismo, são expressões, à nível da consciência e do comportamento, que refletem à base de exploração extrema em que ainda, produzimos a nossa vida, os nossos bens materiais e espirituais, as nossas relações de produção e reprodução.²⁷

Também nós entendemos que a construção plena da participação política das mulheres nos espaços públicos é um processo que não se restringe à sua participação equitativa nas direções de entidades, órgãos ou instituições (cota de 30%). Se fazem mister ações responsáveis afirmativas, ou seja, propostas que se contraponham à dinâmica de exclusão das mulheres nos espaços de participação política.²⁸

Praticar esportes em espaços públicos, produzir, criticar e difundir o conhecimento científico na área de Educação Física/Espportes, como ator principal e não mero coadjuvante, para além de ser um direito social da mulher, representa mais um indicador das alterações nas relações entre classes sociais e gênero. Da alteração dessas relações dependerá também, a efetivação de um novo projeto civilizatório superador.

Para tanto, é necessário investir na formação política das mulheres atletas e cientistas, o que lamentavelmente não é privilegiado, por exemplo, em nossos Cursos Superiores de Educação Física, problemas a que os homens, igualmente, estão sujeitos. Ainda são comuns em nossos cursos relações de dominação, submissão, exploração, asseguradas, também — mas não exclusivamente —, por professores, nas relações com alunos/alunas. O professor tem as "armas-poder" nas mãos para

²⁴ Para aprofundar a compreensão das leis que regem e configuram o sistema econômico capitalista sugerimos MARX, Karl. *A Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

²⁵ HOBBSAWM, E. Em seu texto *Crise da Ideologia: Liberalismo X Socialismo*, (In: UNAM/CNC. Encontro no México, 1991), nos aponta para três mudanças na vida material importantes que ocorreram nesse século. A mudança do foco de relação maior do homem que era até a década de 50 com o campo para a cidade; — a formação intelectual em grande escala e; — a posição das mulheres. Como principais problemas críticos aponta a expansão demográfica, a disparidade entre os países ricos e pobres, os problemas de ordem ecológica. Por fim, nos aponta que o desenvolvimento do capitalismo mundial cria problemas que não podem ser removidos porque é da essência do sistema criá-los, sendo talvez necessário um controle mais permanente e sistemático da livre busca do interesse pessoal.

²⁶ As mulheres representam hoje 35,5% da população economicamente ativa (PEA) do Brasil segundo dados apresentados pela Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Secretaria de Política Sindical da CUT, durante a realização do Seminário Regional da OIT — Organização Internacional do Trabalho, ocorrido em Santiago do Chile/Chile de 08 a 12 de março de 1993. Ver mais a respeito In: *Apostamentos sobre a situação da mulher trabalhadora diante dos impactos da reestruturação produtiva e do novo paradigma tecnológico no Brasil*. Outras duas obras úteis para ampliar a compreensão a respeito do processo de emancipação da mulher são: LENIN, V. I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980 e ainda, A MULHER E O SOCIALISMO. Antologia de textos marxistas com prefácio de Vitor Rêgo. São Paulo: Flaman-Rêgo, S/D.

²⁷ Sergio Paulo Rouanet em *Mal-Estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, nos apresenta elementos para analisar o Projeto Civilizatório da Modernidade tendo como ingredientes principais os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia.

²⁸ Ver mais a respeito da equidade: GODINHO, Tatau. *Mulher na Direção*. In: *Teoria e Debate*. São Paulo: N.14 Abril/Maio/Junho, 1991. p.36-39 e ainda, BORBA, Angela, PEREIRA, Dulce. *Máximo divisor comum*. In: *Teoria e Debate*. São Paulo, n.19, III trimestre 1992.

subjulgar alunos/alunas. A análise das formas de avaliação e trato com o conhecimento privilegiadas em nossas instituições de ensino superior, bem como, outras formas de pressão junto a alunos/alunas indicam isso. O comprometimento na formação política/científica/técnica/pedagógica/ética/moral da mulher, exercida principalmente pela segregação do conhecimento e pela violência simbólica dos “mais fortes”, inviabiliza a sua participação nos espaços sociais públicos e políticos.

A “ciência” da profunda crise pela qual passa o processo civilizatório, a consciência das possibilidades históricas, mediatas e imediatas, a sintonia com a luta da classe trabalhadora em geral para superação da sociedade de classes, são indicadores do devenir²⁹ da mulher/homem, ser humano. O interior do CBCE é um espaço social, público, político, propício para expressão desse devenir.

²⁹ Devenir é aqui assumido com o sentido de “Transformação incessante e permanente pela qual as coisas se constroem e se dissolvem noutras coisas; vir-a-ser. Ver mais a respeito em ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia* 2.ed., São Paulo : Mestre Jou, 1962. p.249-251.

O GÊNERO: Confronto de Culturas em Aulas de Educação Física

Maria do Carmo Saraiva-Kunz*

RESUMO: O presente texto propõe que as objetivações culturais que se expressam pelo movimento humano e que são tematizadas em aulas de Educação Física nas Escolas — prioritariamente, como se sabe, o esporte — sejam entendidas e problematizadas enquanto culturas de papéis sexuais diferenciados. Possibilidades superadoras são apresentadas pelo conceito de Androgenia, ou seja, enquanto cultura de gênero possível para orientar a prática pedagógica da Educação Física numa perspectiva de igualdade social de homens e mulheres.

INTRODUÇÃO

Na abordagem das questões sobre o gênero na Educação Física encontramos o sexismo¹ como um mecanismo irrefutável da discriminação entre meninos e meninas, rapazes e moças em aulas de Educação Física. Esse sexismo estimula concepções, interesses e formas de comportamento específicas para cada sexo e prepara condições polarizadoras para ambos em aulas, gerando o que, para além da discriminação na prática pedagógica, mina o desenvolvimento de

“uma cultura democrática e participativa, que reconheça e defenda os direitos e obrigações e ao mesmo tempo garanta o exercício pleno da cidadania para todas as pessoas”
(Parra, 1993:10).

Segundo Gonçalves (1994:13)

“as concepções que o homem desenvolve a respeito de sua corporeidade e suas formas de comportar-se corporalmente estão ligadas a condicionamentos sociais e culturais (...). O corpo de cada indivíduo de um grupo cultural recebe, assim, não somente sua singularidade pessoal, mas também tudo aquilo que caracteriza esse grupo como uma unidade”.

Na Educação Física tradicional é o corpo biológico do indivíduo que tem marcado seu “grupo cultural”, separando, portanto, homens e mulheres. É no sentido das possibilidades “desse” corpo que se tem analisado que o “uso” quase exclusivo do esporte na Educação Física escolar, tem sido um importante mecanismo de reforço dessa separação². Não só o uso do esporte, mas também a forma como são desenvolvidas (para quem) as outras culturas de movimento.

Para que se possa abordar como um confronto de culturas a distinção de sexo e/ou gênero³ na socialização específica que acontece na prática da Educação Física Escolar, precisa-se entender porque o esporte é um mundo “masculino”, assim como outras culturas de movimento podem ser vistas como “femininas” na cultura ocidental.

ESPORTE X GÊNERO: Excerto sobre o conteúdo

Tendo o esporte moderno se desenvolvido segundo a moderna sociedade industrial, assumido desta os seus princípios e o desenvolvimento dessa sociedade quase exclusivamente determinado pelos membros do sexo masculino, não é de se admirar que o esporte moderno seja cunhado por formas tidas como masculinas de movimento e manifestação.

* Maria do Carmo Saraiva-Kunz, é professora assistente do Centro de Desportos da UFSC — Florianópolis e integrante do Núcleo de Estudos Pedagógicos em EF.

¹ Segundo Amparo Parra (1993) sexismo refere-se aos conteúdos que condicionam a homens e mulheres no seu desenvolvimento vital e que geram conseqüências na vida cotidiana e no comportamento social.

² Discorro mais sobre esse assunto na minha dissertação de mestrado intitulada “Quando a diferença é mito: uma análise da socialização específica para os sexos sob o ponto de vista do esporte e da Educação Física”. Mestrado em Educação, UFSC, 1993.

³ Considero-me em busca de um melhor entendimento da categoria gênero, visto que são variadas as vertentes teóricas sobre o assunto, como a antropológica, filosófica, psicanalítica, etc. De forma simplificada, cabe o entendimento de “gênero” como uma interpretação cultural de sexo, como uma escolha de ser masculino ou feminino, que independe do sexo natural. Ou como “um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e através dessas normas, um estilo de viver nosso corpo no mundo”, conforme Butler (1987:142).

As características essenciais do mundo esportivo masculino têm sido transmitidas/reproduzidas na aula de Educação Física e têm recebido uma valorização social positiva. Entre outras coisas, freqüentemente nomeadas nas análises do esporte, temos a acentuada orientação a concorrência, à agressão e ao rendimento, como características do mesmo. Essas características fazem com que a escolha entre as possibilidades de expressão que se apresenta a quem vivencia o esporte — na escola, no amadorismo, no profissionalismo — resume-se à de expressão ufanista do vencedor ou à expressão desesperada do perdedor; é preciso uma situação mais grave de lesão para que se permita ao “masculino” apresentar sua dor.

Segundo Brodtmann/Kugelmann (1984) o mundo desportivo masculino fundamentalmente impede transformações espontâneas do jogo e das regras das competições, acentua as aspirações ao sucesso, impede o favorecimento dos mais fracos e a adequação às necessidades subjetivas dos seus participantes. No mundo esportivo masculino, o treinamento e a luta são racionalmente planejados e executados.

Nessa perspectiva, as mulheres que praticam esporte ou são atletas, em geral, são “masculinas”⁴, ou seja, a visão do esporte de rendimento como um domínio de quem tem o melhor desempenho, é bem caracterizada pelas possibilidades que os próprios atletas (homens e mulheres) vêm no padrão de ação e na condição física, que tradicionalmente são vistos como masculinos.

Enfim, o esporte como uma cultura de movimento hegemônica, tende a “dessensibilizar”⁵ a categoria “gênero humano”, na medida em que é “gênero masculino” e a sensibilidade característica predominantemente feminina. Nesse sentido, ainda, quem pratica esporte, assume o gênero masculino extrapolando as normas constritivas do seu “outro” gênero — se for o caso do gênero natural feminino — que atuam normalmente para reprimir o exercício da liberdade de gênero (Cf. Butler, 1987).

Assim como mulheres e homens não podem ser absolutamente definidos por seus corpos, apesar desses serem essenciais em sua situação no mundo, mas sim por suas atividades no seio da sociedade (Beauvoir, 1980) é por sua função social, num determinado contexto cultural, que o esporte se apresenta como um mundo masculino.

Em contrapartida, desde que os anseios emancipatórios engajaram a mulher em atividades físicas, o dire-

cionamento destas atividades tem sido mais voltado para os aspectos de saúde, da estética e do bem-estar consigo mesmo (Rose, 1992). Sendo assim, no que diz respeito à prática dos esportes normatizados, a participação feminina adquire uma outra conformação da dos esportes masculinos. Mesmo que o padrão de movimento do esporte praticado tenha um modelo técnico igual para homens e mulheres — o basquete, por exemplo — fora do esporte de rendimento, a orientação de sentido seguido pelos grupos femininos é outra. Nesses grupos, Brodtmann/Kugelmann (1984) verificaram que o espírito do “ter sucesso” não desempenha um papel importante. Os grupos esportivos femininos se encontram mais pelo prazer de estar juntos e realizar movimento, configuram um contexto onde é muito mais importante se entender em grupo e sentir simpatia pelo outro e, até mesmo demonstrá-lo. Nesses grupos, o relacionamento dos componentes de equipe não é determinado pelos objetivos neutros das ações conjuntas como no esporte de rendimento. Nesse mundo feminino de esporte, enquadram-se alguns grupos de homens que reúnem-se nos finais de semana para jogar uma “pelada”: com o prazer de se encontrar, realizar movimento, muito mais divertir-se do que vencer um jogo. Esse princípio não é exigido no jogo de lazer das mulheres, conforme Kugelmann (1984), Panafieu (1983), Rose (1992), entre outros. Nesse caso, são escolhidos jogos com baixa normatização, menos contatos agressivos e movimentos simples. Aceita-se, também, por isso, mais facilmente, tarefas e outras possibilidades de movimento às quais não se está acostumado. Isso esclarece porque em medida crescente busca-se hoje novos caminhos de vivências de movimento, que contradizem a compreensão tradicional do esporte, como Yoga, Dança, Treinamento, Autógeno, etc.

Entre outras características de um mundo esportivo feminino, Brodtmann/Kugelmann (1984) apontam a maior predisposição à expressão dos sentidos, o maior desenvolvimento da fantasia e da criatividade, maior ludicidade.

Na contraposição das possibilidades expressas pelos dois mundos esportivos — respectivamente para feminino e masculino: cooperação/competição, sensibilidade/racionalidade, criatividade/produzitividade, ludicidade/seriedade — evidenciam-se os “pólos” que o esporte, como praticado nas escolas, não deixa, por enquanto, conciliar.

A orientação ao esporte enquanto lazer, na prática pedagógica, deve passar pelo redimensionamento das

⁴ Não se trata aqui de um fenômeno de deformação de valores bem conhecido no senso comum, onde mulheres atléticas eram, e ainda são, frente a grupos conservadores, descritas como masculinizadas, mas trata-se, sim, de uma assunção (consciente?) de posturas masculinas, exigidas pelo esporte de rendimento, conforme a opinião dos próprios atletas (ver dissertação antes mencionada).

⁵ Refiro-me à perspectiva aventada por Marcuse (1978) de que a sensibilidade é uma das características — essenciais do ser feminino — que humaniza o ser e, como tal, deveria ser assumida por todos. Nesse sentido o mundo, para ser melhor, deveria se “feminilizar”.

possibilidades oferecidas por esses pólos e pela compreensão de que são culturas construídas em relação aos papéis sexuais, ou seja, pela reorientação de "sexo" como "gênero", como questões culturais.

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA À LUZ DE DUAS CULTURAS DE PAPÉIS SEXUAIS

A socialização específica para os sexos, tal como ainda ocorre nas aulas de Educação Física, gera a oposição e não a interação de ações nas práticas de movimento. Por isso, a prática conjunta de meninos e meninas pode ser uma das mais difíceis tarefas da Educação Física escolar⁶. Considerando-se as conseqüências da socialização do indivíduo, sabe-se que as meninas e os meninos já trazem para a Escola uma "história de vida" e que as imagens padrão de "menino" e de "menina" — mesmo que se encontrando desvios consideráveis dessa imagem no tanto quanto isso depende de condições diferenciadas de desenvolvimento, como, por exemplo, a classe social, o tipo de educação familiar, etc. — estão internalizadas.

No entanto, vários autores (Brodtmann, 1979; Kugelmann, 1980; Meinberg, 1984; e outros) mencionam diferenças maiores encontradas no âmbito de um mesmo sexo, do que entre alguns indivíduos de sexos diferentes. Isso é mais observável na faixa etária dos 10-11 anos de idade: pode-se comparar uma menina robusta, forte, ativa, que gosta de jogar futebol, muito mais com os meninos ativos da mesma idade do que com as meninas fisicamente mais frágeis, que não gostem de movimentos expansivos como os desse jogo. Da mesma forma, meninos tímidos e inibidos, que evitam contatos corporais mais fortes no jogo, possivelmente, têm mais afinidades com a forma de agir da média das meninas, do que com os de seu próprio sexo. Isso leva-nos à necessidade de consideração e respeito às respectivas capacidades dos até aqui "típicos" meninos e meninas e entender um mundo de movimento mais "masculino" e um mais "feminino" pode trazer luz à interação dessas capacidades na aula de Educação Física.

A vivência no cotidiano escolar mostra-nos que a "camaradagem", uma certa consideração pelos mais fracos, de alguma forma existe em grupos homogêneos por sexo. O que fazer para encaminhar ao outro sexo tal con-

sideração? "Compreender e avaliar um papel sexual não como uma característica de personalidade, mas como expressão de uma cultura" (Brodtmann/Kugelmann, 1984:12) pode ajudar a responder esta questão. Ou seja, professores e alunos devem começar a encarar e a problematizar em sala de aula o conceito de "papel sexual cultural", como uma série de diferenças entre homens e mulheres que são expressões de duas culturas desenvolvidas diferentemente para os sexos, através de hábitos de vida, objetos de uso, comportamentos, valores, etc.

As diferenças significativas entre essas duas culturas, em muitos campos de nossa vida social, já foram apontadas por vários autores. São, entre outras, os modelos de comunicação (diferenciadas formas de expressão mímica e gestual, como a expressão da alegria, tristeza etc.); o pertencimento a grupos; os objetos de uso cultural (diferentes brinquedos, diferentes acessórios e cuidados corporais, para homens e mulheres); jogos e funções sociais, como a profissão e as brincadeiras (estas, em geral, "podem" ser de maior risco entre os meninos, entre as meninas, não); capacidades (dos homens espera-se, por exemplo que desenvolvam habilidades mecânicas e das mulheres capacidades emocionais).

Em virtude dessas diferenças estabelecidas culturalmente, torna-se fácil reconhecer o pertencimento do indivíduo a uma ou outra cultura: "este é um menino!" ou "esta é uma menina".

Contudo, não se deve deixar de observar que movimentos culturais podem fazer vacilar características típicas de papéis sexuais. Na atualidade existem tendências fortes à aquisição de uma conduta mais feminina também para o homem, o que viria a contemplar a tese marcusiana da sensibilização do homem, daí a da sociedade. Por exemplo, em virtude do crescente engajamento das mulheres na vida profissional ("fora de casa") os homens começam a assumir tarefas mais "caseiras", como cuidar dos filhos e participar dos serviços domésticos. Cria-se aos poucos, então, em nossa sociedade, uma imagem de família que desconstrói aquela da família burguesa que nos foi legada pela civilização ocidental⁷.

Com relação à imagem de família e aos papéis sexuais estereotipados, a teoria psicanalítica feminista (Balbus, 1987) encaminha uma análise que pode ajudar na compreensão dessas duas culturas e para um encaminhamento a uma nova conduta: é a necessidade de parti-

⁶ Uma caracterização mais detalhada dessas dificuldades pode-se encontrar no primeiro capítulo da dissertação de Mestrado, já mencionada nestas notas. Entre outras pesquisas sobre o assunto, encontra-se, também, a tese de doutorado da professora Elaine Romero "Estereótipos sexuais em professores de Educação Física".

⁷ Lembro aqui a institucionalização da família, principalmente, a partir da revolução francesa e do evangelismo reformador na Inglaterra, pelo que tem de importante a formação de hábitos e costumes dessa família no condicionamento dos papéis masculino e feminino, vigentes ainda hoje em nossa sociedade.

ciação dos homens nos cuidados e na educação dos filhos. Essa análise pode servir à desconstrução da identificação masculina desfigurada, segundo essa teoria, pela separação da mãe. Esse, motivo pelo qual se desenvolve a autoridade masculina — origem do patriarcado — contra a “autoridade feminina”, que é o monopólio da criação dos filhos. Nesse caso, a autoridade da mãe torna-se o “recipiente de hostilidade” inconsciente, após a dissolução da identificação primeira que tinha com a mãe. O patriarcado seria, noutras palavras, o processo de dominação da dominação. O cuidado conjunto, por pais e mães, de seus filhos, descaracterizaria o objeto de hostilidade primeira, a mãe, e não exigiria contra ela (transposta a todas as mulheres), mais tarde, a dominação. Descaracterizariam-se também, os tipos de ação, que alojados no sexo, provocam uma cultura tão desigual.

Um olhar na existência de duas diferentes culturas desenvolvidas para homem e mulher, apresenta para meninas e meninos, moças e rapazes, assim como para seus professores, a necessidade de “incorporar-se” a outras orientações de valores e qualidades de comportamento de uma outra cultura de movimento — que é também uma cultura de movimento humano, para a prática conjunta. Segundo Brodtmann/Kugelmann (1984) cabe aos rapazes, em primeiro lugar, perceberem que não podem esperar das meninas que queiram praticar com eles, formas habituais que eles podem, porque, como acontece com outras atividades/participações sociais, o esporte masculino é mais “difícil”, recebe valorização e atenção especial na nossa sociedade. Por outro lado, a incursão noutra cultura é considerada mais difícil para os meninos que durante a aquisição de sua identidade de sexo, na nossa sociedade, apreenderam a olhar a cultura feminina como inferior.

Com isso, na necessidade de mudança de papéis (que aqui não significa uma simples inversão deles, mas a incursão em novos), o sexo masculino pode sentir a frustração de “descer” de uma posição privilegiada, enquanto atuante “só” no âmbito dos Cânones sociais masculinos. Entende-se, por aí, porque é mais fácil para as meninas ultrapassar os limites dos seus papéis tradicionais: a incursão nos Cânones masculinos significa uma “promoção”, de um “locus” social inferior para um superior.

A perspectiva de compreensão de duas culturas, coloca, basicamente, que a inferioridade feminina não existe, nas práticas de movimento, ou que não existe indiscriminadamente, para todos: o fato é que muitas meninas não têm a oportunidade de vivenciar e afirmar suas potencialidades, como os meninos as têm. O reverso é verdadeiro: os meninos, em geral, não são delicados e sensíveis, porque sua cultura não lhes oferece oportunidade de praticar tais ações.

O ideal seria que ambos os sexos aspirassem à incursão na cultura do outro sexo, como um alargamento de suas potencialidades. Ao mesmo tempo, como um aprendizado de que não existe uma superioridade e uma inferioridade nas diferentes formas de se praticar o esporte. Tal aprendizado, que incorpora a compreensão de duas culturas de gênero abarca novas possibilidades, que parecem inerentes à natureza do organismo humano. Segundo Singer (1990), essas possibilidades se geram nas dualidades psíquicas que caracterizam a presença do masculino e do feminino em todos os seres humanos. A dualidade primordial se expressa na Androginia, um conceito que pode ser culturalmente resgatado, para uma possível nova forma de interpretação dos papéis sexuais. Isso ensinaria uma possível nova forma de relacionamento entre os sexos, a ser transposta para o esporte, para o jogo e para as demais atividades da Educação Física.

ANDROGINIA: manifestações do gênero na sua alteridade

Segundo Singer (1990:28), existe hoje uma “tendência andrógina” no Ocidente, uma maior relação de similaridade entre os sexos, que se manifesta “nos hábitos e costumes sociais, na moral, ou na percepção de milhões de pessoas que buscam como expandir a consciência de si e do mundo em que vivem”.

Falar de Androginia não significa falar de hermafroditismo, nem de bissexualidade morfológica, entre outras errôneas e precipitadas possíveis interpretações, mas significa falar de um princípio fundamental inerente à natureza do organismo humano. A androginia corresponde, na transposição dos limites das normatizações atribuídas a ambos os sexos, a uma grande flexibilidade de comportamento, auto-realização e criatividade. Ela permite variadas manifestações por parte de ambos os sexos e ultrapassa a valoração dos papéis que têm sido socialmente caracterizados como negativos ou positivos (Liesenhoff, 1983).

Reconhecendo-se que hoje a anatomia não tem mais um peso enorme no destino do ser humano e cortando-se, com isso, os papéis e funções sociais de suas raízes fisiológicas, homens e mulheres tendem cada vez mais para um modelo único no desempenho de funções sociais. Por outro lado, o reconhecimento de atribuições diferentes de um e de outro sexo não pode ser polarizado.

“...que cada um faça alguma coisa que outro não possa fazer não deve ser encarado sob o ângulo da oposição, mas como uma troca mútua, que não deprecia UM para melhor valorizar o OUTRO” (Badinter, 1986:32).

Nesse sentido, a Androginia abarca com uma noção de equilíbrio entre as dualidades, polaridades, possibilidades de um mesmo indivíduo, equilíbrio este que seria o indício de sua verdadeira humanidade. Ou seja: poderíamos, em todas as instâncias da vida social, acabar com a idéia de que o ser humano só pode ser ou fraco ou forte, ou agressivo ou delicado, ou vencedor ou perdedor, ou egoísta ou solidário... Muito mais do que isso, o conceito de “dualidade na unidade”, permitiria compreendermos a necessidade de múltiplas alternativas de ação, de múltiplas alternativas de escolha a serem oferecidas aos indivíduos, principalmente nas ações educativas que se digam comprometidas com o ser emancipado.

Singer coloca a Androginia como arquétipo mais antigo do qual se tem experiência, como o Um no qual estão contidos todos os contrários. A idéia de que esses contrários, configurados no masculino e no feminino, sendo ambos criadores, não têm validade um sem o outro, sugere aquela necessidade de equilíbrio entre as polaridades constituintes do ser humano — atividade/passividade, competição/cooperação, independência/dependência, lógica/intuição, etc. É o equilíbrio, então, do ser Andrógino, que pode proporcionar uma consciência humana — aquela que abarca com todos os pares de contrários.

Mas é necessário reconhecer, que o conceito de Androginia “põe em cheque diversos pressupostos acerca da nossa identidade enquanto homem ou mulher e, portanto, ameaça a nossa segurança” (Singer, 1990:31). Com isso ameaça os interesses adquiridos nas atitudes convencionais diante do sexo, como virilidade e feminidade, e diante do gênero, como masculinidade e feminilidade. Torna-se importante, para o entendimento da concepção aqui adotada do Andrógino, enfatizar que neste não se exclui uma sexualidade masculina, espontânea e desinibida, para os homens, nem uma sexualidade totalmente feminina para as mulheres. Mas nenhum tenderia a extremos: os homens não ostentariam uma atitude machista, nem as mulheres fingiriam um caráter ingênuo e dependente. Dessa forma, a concepção do Andrógino pode ser-nos útil se associada à idéia do aproveitamento do potencial da mulher e do feminino em nossa sociedade. As exigências de emancipação têm sido consideradas necessárias para a mulher e, nesse sentido, as transformações se fazem visíveis através do movimento feminista. Este tem transposto obstáculos, pelo menos em relação às normatizações limitantes das possibilidades e do papel da mulher. Constata-se, no entanto, um crescente aprendizado de especificidades instrumentais, tradicionalmente masculinas, como independência, objetividade, preparação ao risco e à concorrência, entre outras, que perpetua o equívoco social sobre a competência das capacidades expressivas ditas femininas, que são

mantidas no conceito de deficitárias. Além disso, deve-se considerar que as mulheres podem assumir o que Liesenhoff (1983) chama de “aspecto patológico” das exigências de rendimento e dominação: as mulheres, quando inseridas em campos e postos de trabalho tradicionalmente tidos como “territórios” masculinos, agem tal qual eles agiriam, com atitudes de dominação para se impor.

Em relação ao esporte, que na cultura ocidental é definido como atividade masculina, constata-se tal apropriação: a emancipação da mulher tem significado, aí, o direito às modalidades esportivas masculinas. Pilz (1982) provou em sua investigação sobre a utilização da força por mulheres nas modalidades coletivas, um aumento de força instrumental. Este é um outro exemplo de que os anseios de emancipação correm o risco de serem reduzidos à compreensão de igualdade formal e dogmática. Dessa forma, reprime-se o desenvolvimento de novos valores de qualidades e necessidades que, possivelmente, são “remotos”, mas existem também para o homem, mesmo que na cultura ocidental tenham sido reprimidos e emudecidos. Para Singer (1990) o Andrógino foi expungido da tradição judaico-cristã por ameaçar a imagem patriarcal de Deus.

“O sonho humano da Androginia, trazido do reino mítico da fantasia ao reino da racionalidade científica, abre também para o esporte novas possibilidades. O mundo próprio dos esportes e seu caráter lúdico (não pensando o esporte de rendimento), permite, apesar da normatização cultural e social, um espaço livre para a experimentação de novos e abrangentes papéis dos sexos” (Liesenhoff, 1983: 103).

Isso significa que, orientado no princípio da Androginia, o esporte pode ser emancipatório: uma “utopia concreta”. Pois, apesar da carga instrumental que o esporte tem, o esporte escolar pode se orientar segundo princípios expressivos, que pressupõem um processo sensitivo-criativo de movimento.

Trata-se de concretizar aquilo que tanto é propagado nas Diretrizes e propostas de Ensino oficiais da Educação Física escolar, acerca das capacidades lúdicas e expressivas dos jogos, da dança, da ginástica e do esporte. Para se comprometer com a “valoração do corpo humano e seus movimentos expressivos, no contexto sócio-político-cultural” (Proposta Curricular, SC, 1990), a Educação Física precisa oferecer outras vivências nos seus conteúdos, inclusive vivências estéticas para meninos e meninas.

Se o “espírito instigante” da androginia ainda não se tornou totalmente evidente entre nós, ele pode vir a

tona lentamente como fonte de idéias novas; pode resgatar as duas naturezas, ativa e a receptiva, coexistentes no mesmo indivíduo. No espírito da Androginia, a moderna Artemis pode amar a dança e a luta e Prometeu pode reconciliar o princípio do prazer e o do rendimento.

BIBLIOGRAFIA

- BADINTER, Elisabeth. *Um é o Outro*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986.
- BALBUS, Isaac D. Mulheres disciplinantes. Michel Foucault e o poder do discurso feminista. In: BENHABIB/CORNELL (Orgs.). *Feminismo como crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1987. p.121-38.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980. v.I.
- BRODTMANN, Dieter, KUGELMANN, Claudia. Maedchen und Jungen im Schulsport. In: *Sportpädagogik*. Seelze : Friedrich/Klett, n.2, p.8-12, março, 1984.
- BUTLER, Judith. Variações sobre Sexo e Gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB/CORNELL (orgs.). *Feminismo como crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1987. p.139-54.
- GONÇALVES, Maria Augusta Silva Salin. *Sentir, pensar, agir*. Corporeidade e educação. Campinas : Papirus, 1994.
- KUGELMANN, Claudia. *Koedukation im Sportunterricht*. Band 4. Bad Homburg, Limpert Verlag, 1980.
- LIESENHOFF, Karin. Geschlechtsmythen und Utopien im Sport. In: KLEIN, Michael (org.). *Sport und Geschlecht*. Reimbeck bei Hamburg: Rowohlt, ps.89-104, 1983.
- MARCUSE, Herbert et alii. Weilichkeitsbilder. In: *Gesprach mit Marcuse*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, ps.65-87, 1978.
- MEINBERG, Eckhard. *Hauptprobleme der Sportpädagogik*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1984.
- PANAFIEU, Christine Woesler-de. Aussen-und Innenaspekte Weilicher Koerper. In: KLEIN, Michael (org.) *Sport und Geschlecht*. Reinbeck bei Hamburg: Rowohlt, ps.60-74, 1983.
- PARRA, Amparo. Educação Humana Não Sexista — por uma sociedade igualitária. In: *Contexto & Educação*. Ijuí : UNIJUÍ, n.30, Abr./Jun., p.9-14, 1993.
- PILZ, Gunther. *Wandlungen der Gewalt im Sport*. Ahrensburg bei Hamburg : Czwalina, 1982.
- PROPOSTA CURRICULAR/Estado de Santa Catarina, 1990.
- ROMERO, Elaine. Estereótipos masculinos e femininos em professores de Educação Física. São Paulo : USP, Dissertação de Doutorado, 1990.
- ROSE, Lotte. Sportwissenschaft und feministische Koerper-Debatte. In: *Sportwissenschaft*. Schorndorf : Karl hoffmann, ano 22, n.1, ps.46-59, 1992.
- SINGER, June. *Androginia*. Rumo à uma nova teoria da Sexualidade. São Paulo : Cultrix, 1990.

ABSTRACT: This text proposes that the movement culture that is the theme to the physical education classes in the schools — mainly the sport — are understood while culture of different sexual roles. Possibilities to overcome this problem are presented by the androgyny concept, while a possible culture of gender to orient the physical education pedagogic practice in a social equity perspective to men and women.

RESUMO. A finalidade do presente estudo foi procurar analisar os aspectos relativos às formas e meios de como o corpo feminino padroniza-se na sociedade de consumo, especificamente na brasileira, através da aquisição de modelos hegemonicamente estabelecidos e assumidos, consciente ou inconscientemente.

Para tanto, procuramos desvendar e explicitar alguns dos inúmeros efeitos da impregnação de tais modelos representados no imaginário feminino que, por sua vez, geram um fenômeno peculiar de discriminação e controle social exercido de fora para dentro da mulher e, por outro lado, uma forma de auto-controle e auto-reforço que visa a própria manutenção e cristalização da padronização do corpo feminino na sua totalidade orgânica, psicológica e cultural.

Objetivamos também, estabelecer uma relação crítica entre esta padronização do corpo feminino e as práticas da Educação Física, enfatizando os seus impactos particularmente nas instâncias onde predomina o culto ao corpo.

Tentando pontuar algumas formas de como se estruturam os modelos de corpo feminino através da mídia, especificamente da publicidade na época atual, e de que forma eles atuam produzindo subjetividades femininas inseridas nas esferas da produção e ou do consumo, procuramos discutir as funções atribuídas à Indústria Cultural na sociedade moderna contemporânea, sua origem e lógica de atuação.

Visamos finalmente, estabelecer algumas relações que se travam entre esses modelos de corpo e algumas práticas da Educação Física que extrapolam os muros escolares, mais especificamente onde o culto ao corpo está na ordem do dia (academias de ginástica). Nesse sentido, nossa análise centralizar-se-á com maior ênfase nos aspectos da disciplina imposta ao corpo, da moda e do controle da sexualidade feminina e como esses fatores auxiliam de forma incisiva na produção do imaginário feminino.

Refletimos também, como esse fenômeno está sendo abordado pelas discussões acadêmicas da Educação Física e da necessidade de incorporá-lo definitivamente ao horizonte das mesmas no sentido de buscar novas alternativas para as práticas corporais que perspectivem a valorização do homem e das suas relações com o seu corpo e com o mundo.

O MOMENTO APOLOGÉTICO DO CORPO OU... O DUALISMO ÀS AVESSAS

No final dos anos 70 e sobretudo anos 80 assistimos perplexos ao afrouxamento da censura sexual no país.

Como nos coloca Mantega (1979), parece que finalmente estamos amadurecidos para encarar de frente a nudez e mesmo para ver de relance os pêlos púbicos "que se insinuam nos cantos mais escuros das telas dos cinemas e nas páginas dos play boys caboclos".

Nos vídeos das tevês já se fala em aborto, necessidades sexuais, Educação sexual nas escolas e outros assuntos apimentados.

Por outro lado, proliferam-se os corpos nus que agora vendem do amortecedor ao sapato, passando por meias, iogurtes, peças íntimas e outras mercadorias.

Parece-nos que a princípio, uma grande revolução desencadeou-se nessas últimas décadas anunciando o fim dos tabus, dos preconceitos e que colocou finalmente, a descoberta do corpo na ordem do dia.

No lugar do tão divulgado jargão "mente sã em corpo são" vemos surgir outras aclamações do tipo "saúde é o que interessa, o resto não tem pressa", propagados pela mídia, onde o conceito de saúde esgota-se, confunde-se com a espessura dos músculos, com a capacidade de resistir com fôlego às intensas atividades ginásticas propostas nas academias e nos comerciais de televisão, com os contornos modelados do corpo, com a medição e controle das dobras cutâneas.

O discurso antes com bases na pureza da raça, na higiene do corpo, passa a radicalizar-se a partir da propagação do bem estar físico, das formas anatômicas perfeitas.

A Educação Física por sua vez, no que diz respeito ao corpo, mostra-se deveras interessada em participar, dar a sua contribuição (mais uma vez) a essa nova onda que, finalmente, poderá perspectivar novas opções para as suas práticas.

* Professora Ms. UFPEL/ESEF.

Visualizando em seu horizonte uma possibilidade de valorização do corpo, insere-se na discussão, prende o seu grito de revolta contra o obscurantismo em que permaneceu durante tanto tempo e aborda o currículo em níveis de análise que muitas vezes deixam a desejar em termos de radicalidade nas questões cruciais por nós consideradas. Questões como o mercado de trabalho, as relações capital/educação/trabalho, o perfil profissional, a visão de corpo e movimento ora evidenciados, muitas vezes não avançam além do aparente e reduzem funcionalmente o currículo à grade curricular voltada para o atendimento das "necessidades" imediatas do mercado de trabalho, colocando-o à mercê dos modismos passageiros que caracterizam a fluidez dos tempos modernos.

Perguntamo-nos então: em termos de apologia do corpo, será a revolução sexual que está em voga? São os valores retrógrados da tradicional família brasileira que caem por terra? Ou ainda, como mais uma vez nos coloca Mantega (1979), tudo é efeito colateral da redemocratização lenta, gradual e restrita?

Porém, precisamos de qualquer forma estar alertas, desconfiar do óbvio e revirar do avesso algumas certezas aí colocadas, pois a razão instrumental não cessa de provar-nos a sua eficiência em generalizar valores, pensamentos, comportamentos.

Compreendemos o corpo, suas múltiplas expressões, como uma questão de valores e, os valores bons e maus, continuam sendo também uma questão de Estado e, se maus, sob essa ótica, uma ameaça à segurança nacional e um risco à ordem e manutenção da família.

Nesse sentido, quanto mais autoritário for o país, mais o corpo será reprimito porém,

"nem sempre o autoritarismo veste uniformes militares e encarcera os indivíduos em plena luz do dia. Ele pode ser sutil, invisível, estar incorporado em cada indivíduo, mesmo nas sociedades de aparência a mais democrática... Do mesmo jeito que a nudez, por si só, não é sinônimo de liberação da sexualidade. O autoritarismo e a repressão sexual mais eficazes, não são vistos a olho nu" (Mantega, 1979:15).

Acreditamos ser necessário estar alertas, por tudo o que já vivemos, pelo que a história já demonstrou nas suas entrelinha mas contudo, os avanços existem, o movimento de 68 deixou suas marcas na sociedade contemporânea, os movimentos sociais, e neles inserido o movimento feminista, conquistaram garantias evidentes e já não há tanto espaço para a repressão direta e coercitiva. Porém, assim como os movimentos sociais avançam em suas formas de luta, também o Estado renova seu arsenal

de coerção, atualiza seus discursos em nome da razão, da emoção, troca os uniformes verde-oliva pelas vestes "colloridas", estas mais adequadas às necessidades impostas pelo momento histórico atual.

O Poder, antes bastante claro e direto exercido pela Igreja, pelo Estado autoritário militar, agora dispersa-se pelo cotidiano, invadindo-o ínfimo e sutil, penetrando nos aposentos mais íntimos do imaginário sob a forma de discursos permissivos que pregam a liberdade sexual, o culto ao corpo, a exaltação do belo, a fidedignidade da ciência.

Estes discursos, chamados por Guattari (1986) de produtores de subjetividades, transferem o controle antes exercido via repressão negativa, para o próprio indivíduo, traduzindo assim, uma espécie de repressão positiva (Foucault, 1988) onde, pela assimilação do discurso apologético do corpo, cada um, individualmente, exerce a função de controle e responsabilidade por seus atos.

Como podemos perceber, as entrelinhas dos discursos não explicitam claramente seus objetivos, mas estão presentes no nosso dia-a-dia, traduzidas numa "apologia do corpo", invertendo o dualismo cartesiano (mas nem tanto assim), priorizando o corpo, exaltando a nudez e refletindo na sua base, os constantes extremos que perpassam as relações sociais de uma sociedade de classes.

É dentro desse quadro que tentaremos abordar as questões relativas ao corpo feminino e sua padronização na sociedade brasileira moderna, as formas e mecanismos pelos quais produzem-se subjetividades femininas em série para que, a partir de suas normatizações, atendam às exigências colocadas pelo sistema capitalista de produção.

A INDÚSTRIA CULTURAL E A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

A industrialização, mais especificamente, o avanço desta, trouxe consigo uma forte economia de mercado, isto é, uma economia baseada na produção e consumo de mercadorias onde esta é

"antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia" (Marx, 1982:43).

A riqueza das sociedades capitalistas configura-se em imensa acumulação de mercadorias e, portanto, essa, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Núcleo central do modo de produção capitalista,

a mercadoria para circular no mercado necessita não somente de mão-de-obra para produzi-la, mas de toda uma população predisposta a consumi-la, revitalizando, assim, o ciclo produção/consumo e estabelecendo, na era das relações de troca de mercadorias, relações sociais que ficam reduzidas a relações mediatizadas pela mercadoria (caráter fetichista da mercadoria) onde

“uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que sempre está grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadoria. É inseparável da produção de mercadorias” (Marx, 1982:81).

Dentro dessa ótica, coloca-se como prioritário para alimentar o sistema produtivo, a criação de novas necessidades, de novos gostos, a universalização e homogeneização dos mesmos e a transformação e substituição constantes destes, tornando-os cada vez mais passageiros, etéreos, fugazes.

Nesse contexto, a Indústria Cultural,¹ aliada do desenvolvimento tecnológico, coloca-se como uma das mais ousadas tentativas de produção de subjetividades universais. Produz os modelos sociais que abarcam da infância ao idoso e que deverão ser estimulados a serem copiados pela maioria dos “simples mortais” (vide ídolos propagados pelos meios de comunicação de massas).

Na perspectiva consumista, criar as novas necessidades e universalizar os gostos passou a ser tarefa atribuída à Indústria Cultural e estes anseios devem provir, não somente do estômago, mas também do imaginário, da fantasia, do inconsciente.

Segundo Adorno e Horkheimer (1986), teóricos críticos da Escola de Frankfurt, o poder da Indústria Cultural provém de sua identificação com a necessidade produzida não cessando de lograr seus consumidores quanto àquilo que está continuamente a lhes oferecer:

“a promissória sobre o prazer, emitida pelo enredo e pela encenação é prorrogada indefinidamente, maldosamente, a promessa a que afinal se reduz o espetáculo significa que jamais chegaremos a coisa mesma, que o convívio deve se contentar com a leitura do cardápio” (Adorno e Horkheimer, 1986:138).

A sedução para o consumo via imaginário se dá, como podemos perceber na citação dos autores, pela manipulação do desejo, eternamente insatisfeito porém, com a promessa de que a cada instante ele poderá concretizar-se. Nessa busca incessante pela plena realização do princípio do prazer, os trabalhadores muitas vezes deixam de perceber a irracionalidade e injustiças a que estão submetidos nas relações de produção capitalistas.

Ao abranger o universo subjetivo do homem, as técnicas empregadas pela Indústria Cultural colocam uma cortina de fumaça na consciência humana e a dominação, a repressão, a discriminação já não são percebidas tão claramente. O desejo humano é excitado continuamente por nomes e imagens cheias de brilho e o que enfim se serve ao homem é o “simples encômio do quotidiano ao qual ele queria escapar” (Adorno, 1986).

Chauí (1980), ao tentar explicar como operam os mecanismos de controle na sociedade moderna, articula em sua argumentação, a repressão e a racionalização e considera que a repressão, recuperando a abordagem de Foucault (1983), não reduz-se aos aspectos proibitivos ou negadores mas, pelo contrário, só pode operar graças aos aspectos positivos (procedimentos criados por uma sociedade para realizar a repressão, tanto em idéias como em instituições).

Cria-se a nível da sociedade como um todo, um clima de instituições consensual dos valores disseminados pelas instâncias propagadoras da ideologia do consumo (o desejo de beleza, os anseios da comunidade, a renovação do contato com a natureza, o enriquecimento do espírito e as honras da criação pela criação).

Estabelece-se uma espécie de “contrato narcisista” entre o sujeito e o meio social (Aulagnier, 1974), caracterizando um espaço de confluência do social e do psíquico quando temos de um lado, os modelos padronizados de corpo feminino, como ideais identificatórios que buscam propiciar a estabilidade narcísica dos sujeitos e, de outro lado, a instituição de um sentimento de pertença coletiva, mantenedor de um mínimo de coesão social

¹ Este termo é empregado pela primeira vez por HORKHEIMER e ADORNO, em 1947, com o objetivo de tentar caracterizar a evolução tecnológica, o progresso técnico, que atingiram os países desenvolvidos após a Segunda Guerra. A Indústria Cultural serve para caracterizar como, nestes países, a razão instrumental do capital se apropria dos fenômenos culturais, originariamente não materiais, para transformá-los em produtos, mercadorias que são vendidas da mesma forma que os produtos materiais, ampliando a esfera de apropriação ou da extração da mais-valia e incentivando o consumismo como sublimação, como meio de apaziguar os conflitos sociais.

(Fernandes, 1988). Esse espaço de confluência no capitalismo moderno deu nova versão aos contratos narcísicos tradicionais e foi assim definido por Costa (1983):

“se, através do contrato narcísista, a cultura, entre outras coisas, legitima os álibis que permitem ao indivíduo inocentar a si e ao corpo da responsabilidade pelo sofrimento e morte, o capitalismo moderno teria quebrado o contrato tradicional e assim, na atual cultura urbana, para que a demência consumista se preserve, o EU é cada vez mais coagido a considerar-se autor ou cúmplice destes crimes contra o corpo, corpo que se torna objeto persecutório e que o EU tenta dominar e controlar, à custa de um crescente sentimento de culpa e de uma ansiedade infundável” (Costa, 1983).

Para realizar seus intentos, a Indústria Cultural mantém relações muito próximas com os meios de comunicação de massa que se responsabilizam num ritmo alucinante pela “humanização” dos bens materiais (erotização dos produtos) e pela coisificação das esferas subjetivas (corpo que se transforma em objeto).

Mantendo sob tutela o subjetivo humano, a Indústria Cultural transforma o homem da era tecnológica em um animal consumidor em potencial e para isso lança mão de técnicas sofisticadas que abarcam do marketing à pesquisa motivacional, a pesquisa de opinião, a publicidade.

É especificamente na esfera da publicidade que iremos nos ater para tentar levantar algumas questões importantes a respeito da padronização do corpo feminino, da sua utilização para a venda de produtos e para a criação de todo um ritual que abarca fundamentalmente a esfera do desejo e que possui, como uma de suas consequências mais diretas, a utilização do corpo e o controle da sexualidade feminina.

FORJANDO UMA “PEDAGOGIA” INFORMAL DA IMAGEM

A publicidade atinge a sociedade como um todo, é uma das instâncias que divulga a moda, grande formador de gostos generalizados e instigadora do consumo.

A mulher na sociedade capitalista é considerada a consumidora em potencial e há uma propaganda maciça à ela dirigida passando a ser a mesma objeto de manipulação constante pela sociedade de consumo.

Fundamentada na pesquisa do psiquismo humano, desejos, afetos, emoções inconscientes, quando dirigida à mulher, apela para a sua “sensibilidade natural” às mensagens do consumismo e para a sua “capacidade” de difundí-las entre os filhos, maridos, namorados, amigos.

Dessa forma, utiliza a mulher para conseguir seus objetivos e, em inúmeros anúncios publicitários, seu corpo aparece associado à saúde, à natureza e em alguns outros, à uma idéia de prazer erótico, ligando o produto a ser consumido com momentos de prazer. O corpo nu ou seminu da mulher, utilizado para vender sorvetes, roupas esportivas, aparelhos, descaracteriza o jogo da sedução, que para Baudrillard (1991), é da ordem do feminino porém, nunca na perspectiva do consumo e da modelização do ato sedutor.

Além disso, fragmenta o corpo enquanto unidade, ou seja, o nu nas telas e páginas coloridas possui um sentido de profanação dos corpos onde já não é mais ameaçador na medida que o corpo enquanto unidade não existe mais (Marcuse, 1981).

É sob essa ótica que a propaganda trabalha com a esfera do desejo. Para Chauí (1988), através da propaganda, podemos acompanhar mais de perto a questão da repressão na sociedade administrada, não só porque nela

“o sistema de equivalências, próprio do mercado, exhibe-se a si mesmo, qual imenso espelho, mas também porque nela, a domesticação e a manipulação do desejo atinge momentos de perfeição” (:159).

Adorno e Horkheimer (1985) colocam-nos a publicidade como o elixir da vida da Indústria Cultural para fazer ver nas pessoas, a todo instante, o desejo e a necessidade de consumir objetos ou esferas subjetivas transformadas em mercadoria.

Sobre esse processo, Guattari (1986) utiliza o termo “subjetivação” para denominá-lo, buscando designar com maior amplitude a compreensão que as forças sociais que administram as sociedades capitalísticas² possuem da questão da formação do imaginário. Coloca-nos o autor:

“as mutações da subjetividade não apenas registram ideologias, mas estão no próprio

² Modos de produção capitalísticos: setores do Terceiro Mundo do capitalismo periférico, mais as economias socialistas do Leste Europeu que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. Tais sociedades, em nada se diferenciariam do ponto de vista do modo de produção da subjetividade. Funcionam, segundo uma mesma cartografia do desejo no campo social, uma mesma economia libidinal-política.

coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas” (:22).

Nesse sentido, estão registradas também na forma como as mulheres percebem seus corpos, as relações que estabelecem com eles, as questões de gênero, suas próprias vivências enquanto sexo feminino nas esferas do trabalho, da sexualidade, dos movimentos sociais.

As representações são injetadas nas mães, crianças, jovens e idosos como parte do processo de produção subjetiva (economia coletiva do desejo) e esta questão não se esgota se for abordada apenas como um caso de “superestrutura”, pois na verdade, constitui matéria-prima da evolução das forças produtivas, uma espécie de mais-valia subjetiva em suas formas mais desenvolvidas, onde cria-se uma vontade (lucro) de potência produtiva e consumidora reforçada pelos discursos da ciência e pela mídia.

Ao propor a discussão sobre a produção da subjetividade, o autor contrapõe à idéia de uma suposta natureza humana colocada por algumas linhas teóricas da filosofia e ciências humanas com a hipótese de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, fabricada, modelada, recebida e consumida, produzida em escala internacional nos modos de produção capitalísticos.

Nesse sentido, discorda, também, da idéia de que a produção da subjetividade venha preencher espaços vazios supondo a idéia de interiorização, internalização ou subjetividade a ser preenchida.

Através da cultura de massas, produtora de indivíduos normatizados, articulados uns com os outros, segundo sistemas hierárquicos de valores e submissão, produz-se uma subjetividade social encontrada em todos os níveis da produção e do consumo que acarreta uma sujeição subjetiva a qual extrapola a publicidade utilizada apenas para a produção e consumo de bens.

É a própria essência do lucro capitalista que vai além do campo da mais-valia econômica, ela está também na tomada de poder da subjetividade.

É na produção dessa subjetividade, esfera onde atua o desejo que a publicidade busca concretizar seus ideais consumidores e produzir o que poderia ser chamado de “mais-valia subjetiva”.

O desejo, diferentemente da necessidade, estabelece uma relação ternária ao envolver aquele que deseja, o outro desejado e o objeto imaginado como capaz de trazer a satisfação plena da relação desejante-desejado. Porém, no desejo, jamais temos a garantia de que ele foi realizado, diferentemente do prazer, caracterizando assim, um núcleo infinito no qual a propaganda vem tocar (Chauí, 1988).

Segundo Adorno e Horkheimer (1986), ao expor repetidamente o objeto do desejo, a Indústria Cultural, através da publicidade, “excita o prazer não sublimado que o hábito da renúncia há muito mutilou e reduziu ao masoquismo”. Nessa ótica, a propaganda não sublima, mas reprime, apresentando a satisfação como uma promessa cumprida.

Em relação aos papéis sexuais, a propaganda atua no sentido de reforçá-los na medida que padroniza comportamentos via manipulação do imaginário, onde os produtos são anunciados de modo a manter e legitimar o que é próprio do homem, da mulher, da criança, do adolescente e do idoso.

A mulher, pelas suas características “naturais” de sedução, cabe anunciar produtos que, por um lado, enfatizem o seu papel preponderante na esfera privada enquanto mãe e esposa dedicada e, nesse sentido, assume papel de núcleo integrador da família e seu corpo assexuado e asséptico não comporta o jogo da atração. Seduz, pela sua “capacidade” de administrar a esfera do privado sem perder a elegância e beleza “singela, pura e discreta”, como geralmente cabe às mães.

Por outro lado, em outras esferas, normalmente públicas, são ressaltados seus “poderes diabólicos” de atrair pela forma, de seduzir pelo aparente, pelo inatingível, aliás, a via única que permite o acesso chama-se fantasia. Dessa forma, erotiza os produtos pela mediação de quem os oferece.

Ao anunciar produtos relacionados à busca da beleza estética, a saúde do corpo, reforça nos sistemas hierárquicos de valores, a beleza enquanto ponto alto dessa hierarquia, ocasionando muitas vezes uma competição estéril entre as mulheres na busca de ascensão social, profissional ou mesmo afetiva onde suas “armas” reduzem-se normalmente à aparência física de seus corpos.

Para as mulheres torna-se “aparentemente” mais acessível o caminho que leva à “fama” na medida que em sendo “agraciadas com o dom da beleza”, disputarão com maiores vantagens o seu “lugar ao sol”, independente de suas condições sociais, intelectuais ou profissionais (vide anúncios solicitando mão-de-obra feminina, requisito básico: boa “aparência”).

Essas conquistas importantes para as mulheres se dão, muitas vezes, via atributos que, se não possuem, buscarão adquiri-los com o consumo da parafernália de produtos e de alternativas corporais colocadas à sua disposição pela mídia que a tudo facilita e, por outro lado, se já possuem, trata-se de conservá-los, aprimorá-los. A vaidade e a sedução normatizadas se confundem com os processos maquínicos de produção de uma subjetividade altamente lucrativa em termos econômicos e sociais de manutenção da ordem vigente.

O desejo de beleza então, opostamente à vaidade, passa a ser moldado de fora para dentro, nos moldes masculinos, do homem, pelo homem e para o homem.

Nesses padrões, segundo Muraro (1990), em relação às mulheres, a luta pelo desejo se dá através da forma exterior e “o corpo é sempre um corpo relativo ao desejo do outro e, portanto, a beleza é uma obrigação”. O desejo é um desejo que entra pelo olho e é atributo animal. Portanto, falar do corpo, é apenas falar de estética.

ACADEMIAS DE GINÁSTICA: Espaços de Materialização do Desejo

A repressão positiva que se dá em grande parte via apologia do corpo, na época atual, e que reforça os micropoderes nos indivíduos de tal forma que eles mesmos passam a exercer o controle sobre os seus corpos, auxiliados pela mídia, encontra um espaço fértil de solidificação nas clínicas de estética, nos concursos de beleza, nas academias de ginástica.

Em relação às academias desportivas, podemos constatar que elas, na sua versão moderna, proliferam-se nos EUA, particularmente a partir da década de 70. Constituem um dos privilegiados locais da moderna sociedade de consumo, onde podem ser observados os efeitos e conseqüências do profundo impacto causado pela penetração maciça dos meios de comunicação nas subjetividades femininas em termos de disciplina corporal, de padronização dos gostos e de controle da sexualidade (a obrigação do prazer, os modelos de beleza), entre tantas outras categorias.

Ao produzir subjetividades femininas voltadas para a busca do corpo belo, jovem e saudável, a mídia alerta para a necessidade de uma rígida e controlada disciplina corporal que abarca desde o controle alimentar até os exercícios físicos cientificamente recomendados.

A publicidade, através dos anúncios de alimentos para a regulação de dietas, de aparelhos de ginástica, de musculação ou redução de peso, prescreve, atividades através de corpos jovens que nos ditam a receita para obter sucesso, prazer e felicidade, compondo um quadro de extrema complexidade onde a disciplina corporal constitui categoria central de investimento por parte do Estado, via meios de comunicação de massa, para a sedimentação dos ideais consumistas e de controle dos indivíduos.

A necessidade de disciplina corporal encontra suas justificativas nos discursos científicos que acompanham o marketing em suas inferências sobre o corpo.

Segundo Chauí (1989), a “comunicação de massas vive sob a magia da informação, que por sua vez, é co-

mandada pela crença na objetividade científica”, onde os discursos dos especialistas fazem supor que a informação passada pelos meios de comunicação de massa não se reduz ao aspecto do consumo nem ao da persuasão, mas se assenta no desejo de sedução.

A sedução, segundo a autora, decorre da capacidade da mídia de nos convencer de que estamos ouvindo e vendo a “produção coletiva de idéias e valores”, formando assim, através da informação, uma sólida opinião pública informada, que pode julgar e decidir, estabelecendo os contratos narcísicos onde por um lado, temos uma democratização da informação, na medida que aqueles que não se enquadram nos contratos, ou mesmo que discordam dele, passam a sofrer o processo de intimidação social, que o outro lado da moeda.

Maria Rita Khel (1979) coloca-nos as conseqüências desse quadro na seguinte afirmação:

“vivemos numa sociedade cuja ordem se funda na culpa individual e social, inseridos numa classe ainda mais culpada por sua constante indefinição no campo das relações de produção, da distribuição de explorações e privilégios. Sociedade cuja ordem se funda não tanto na repressão brutal da força física, mas, sobretudo, na responsabilização do indivíduo”.

Nesse sentido, cada mulher é responsável pela “sua” sobrevivência, pelo “seu” trabalho, pela “sua” aparência física. A essas mulheres responsabilizadas não resta mais que disciplinar-se. Do contrário, estarão condenadas (e todas as que não se conformam estão, a menos que se rebelem em conjunto) à solidão dos desajustados.

Dessa forma, os discursos que acompanham os informes publicitários à respeito da necessidade de praticar exercícios físicos, geralmente estabelecendo as normas, regras e locais apropriados para isso, onde a academia surge “naturalmente” como um desses espaços, acabam por forjar um consenso coletivo altamente lucrativo em todos os níveis, à respeito da necessidade de disciplina corporal.

Em relação às mulheres, este quadro é bastante revelador na medida que, atrelado ao discurso da saúde, somam-se as imagens de corpo que devem ser buscadas através da disciplina corporal que inclui as atividades físicas normatizadas, as dietas, etc.

Impõe-se ao corpo, pela imagem, a rigorosa disciplina acobertada pelo discurso do investimento na saúde onde a ciência prescreve os mínimos detalhes da eficiência de determinado exercício ou produto ou aparelho para reduzir culotes, firmar glúteos ou melhorar a capacidade cárdio vascular.

A academia, nessa perspectiva, passa a ser um espaço privilegiado de possível concretização do desejo, de abrandamento das frustrações do eterno espelho a lembrar às mulheres que é preciso entrar em forma, não só para ir à praia, mas para sentir-se melhor, mais saudável para amar, "curtir seu corpo", ser feliz.

Buscam, então, as mulheres as academias, na ânsia de encontrar saída para seus corpos indesejáveis, para amenizar a longa luta contra a balança, substituta moderna das fogueiras da Inquisição, que as condena regularmente. O direito ao prazer é uma obrigação e associa-se ao corpo belo. Enroladas em plásticos para suar e diminuir o peso, ou apertadas em malhas coloridas que as tornam tão semelhantes, sonham com os resultados de 50 minutos diários de muita perseverança, muito gasto de energia e algumas miligramas a menos.

A disciplina imposta aos corpos das mulheres nas academias não difere muito daquelas analisadas por Foucault no interior das fábricas, hospitais, presídios, que se instauravam por ocasião do processo de solidificação do capitalismo.

Historicamente, a diferença imposta na disciplina corporal das mulheres radica no fato de que, dentre outras coisas, na Era Vitoriana, constituía-se numa forma de repressão direta aos corpos e à sexualidade onde os discursos da Igreja, aliados aos discursos médico-higienistas eram permeados constantemente pela ameaça e o terror das chamas do inferno e da presença da morte.

Na modernidade contemporânea, a disciplina corporal resulta de um pacto entre indivíduos onde, nas academias, as palavras de ordem da professora, o suor, os saltitos, as ameaças do verão que se aproxima, as roupas que não servem mais estão acompanhadas de uma positividade que, adentrando o privado, via meios de comunicação de massa, forja a opinião pública traduzida nos sorrisos de satisfação do final de cada sessão de ginástica onde a balança registra algumas miligramas a menos.

Os significados institucionais, relativos aos valores intrinsecamente assimilados pelas rotinas quotidianas do mundo vivido dentro das academias, são impressos poderosa e inesquecivelmente na consciência das mulheres. Segundo Luckmann e Berger (1985), como os seres humanos são freqüentemente preguiçosos e esquecidos, devem haver também procedimentos perante os quais estes significados possam ser reimpressos e memorizados, se necessário por meios coercivos, geralmente desagradáveis. Além disso, como os seres humanos tendem a ser simplificados no processo da transmissão, de modo que uma determinada coleção de "fórmulas" institucionais possa ser facilmente aprendida e guardada na memória pelas gerações presentes e sucessivas, o caráter de fórmula dos significados institucionais relativos à disciplina corporal asseguram sua possibilidade de memori-

zação, através da utilização de um verdadeiro arsenal de meios para garantir a assimilação de seu sentido e seu significado.

Um outro fenômeno que assola fortemente as academias é o modismo, que por sua vez, resulta na padronização não somente dos corpos, mas também dos gostos e necessidades.

Através da moda, presente no dia-a-dia das academias, nas cores, nas roupas, nas músicas e aparelhos que surgem a todo o momento, oportuniza-se a criação de um terreno fértil para a sugestão atuar, que constitui por sua vez, o mecanismo psicológico ativado pela publicidade.

A mídia, através dos anúncios publicitários, dos discursos sobre o corpo, cria nas espectadoras, via imagem corporal, o desejo do corpo belo, atrelado ao ideal de prazer e juventude onde estes constituem a promessa que jamais será cumprida e que o enredo tratou de garantir indefinidamente.

Estes corpos, coisificados nos anúncios, vendem não somente o produto anunciado, mas transformam-se, eles próprios, em produtos forjadores dos ideais de ego, enunciantes e detentores das fórmulas mágicas do sucesso e da idéia de vida feliz. As mulheres vendem seus corpos ao sistema produtivo e produzem ao mesmo tempo, subjetividades massificadas, voltadas para o consumo do supérfluo, para o reforço dos "poderes" historicamente atribuídos às mulheres nas sociedades patriarcais, entre eles, o da sedução (na ordem do atributo externo) em todos os níveis sociais (público e privado).

A possibilidade de satisfação do desejo atrela-se ao produto a ser consumido que vende também a esfera não material, no caso a atividade física, onde esta, unida ao modelo, forma um quadro onde saúde e felicidade podem ser adquiridos em "pacotes promocionais" com a compra dos produtos e das práticas corporais que por conseqüência levarão às academias, às clínicas, às práticas espontâneas ou à frustração mais imediata por não poder adquirir nenhum dos produtos. O pacote pode ser comprado em prestações, o certificado de garantia é por tempo indeterminado e o prazer e o sucesso são os resultados a que, inevitavelmente, os produtos lhe levarão.

Atrelados aos corpos femininos, o discurso científico controla, reforça a garantia de venda e ao mesmo tempo forja uma pseudo-liberdade e instaura a repressão positiva na ordem dos discursos. Pela sugestão, toma forma na mente feminina o desejo de amar, de ser amada, o sentimento materno, de sucesso profissional, o desejo de ser bela, como a moça da tela...

Buscam, então, as mulheres as academias, as malhas coloridas, os tênis para correr, outro para saltar e vamos malhar...

Malhar portanto, está na ordem do dia e, através de sua participação nas atividades da academia, a mulher sente-se atuante no quadro do consenso social.

Adquirindo as malhas da moda, os produtos todos, a mulher passa a buscar uma nova visão de si mesma, onde o modelo do belo na tela é a projeção vitoriosa da pessoa que eu queria ser.

Sobre essa projeção falam-nos Adorno e Horkheimer:

"a starlet deve simbolizar a empregada de escritório, mas de tal sorte que, diferentemente da verdadeira, o grande vestido de noite já parece talhado para ela. Assim, ela fixa para a espectadora, não apenas a possibilidade de também vir a se mostrar na tela, mais ainda mais enfaticamente a distância entre elas. Só uma pode tirar a sorte grande, só uma pode se tornar célebre e, mesmo se todas têm a mesma probabilidade, esta é, para cada uma, tão mínima que é melhor riscá-la de vez e regozijar-se com a felicidade da outra, que poderia ser ela própria e que, no entanto, jamais é" (:136).

Utilizando os autores, poderíamos traçar um paralelo com o papel de modelo que exerce a professora da academia e como esse processo pode estar auxiliando na produção da subjetividade feminina.

Em frente ao espelho, a professora não somente instrui as atividades mas também dita a moda, faz lembrar a todo o instante que as mulheres todas podem chegar a ser como ela, basta muito esforço e disciplina mas, ao mesmo tempo que convida à uma identificação ingênua, desmente-a imediata e constantemente pela presença dos espelhos que deixam transparecer a distância entre o desejo e a possibilidade de sua realização.

Há nessa dualidade espelho — professora, a sensação da eterna promessa rompida onde as palavras assépticas de ordem para ficar em forma confundem-se com o corpo "escultural" da professora e com a sensação indelével de estarmos longe de chegar a ele.

Além disso, a própria imagem diante do espelho, o reflexo do que eu sou e do que eu gostaria de ser, fazemos questionar, a título de reflexão, o reforço do prazer narcísico, o prazer individualista, que poderia estar sendo acionado nesse processo dual.

As imagens despertadas pela professora, assim como as imagens publicitárias, somadas aos movimentos, à música, abarcam a exigência de sair de si mesma para crescer, ser outra, encontrar o outro e as conseqüências, como podemos perceber, levam ao encontro do

aparente, do puro mundo das ações, onde não há lugar para as sensações, que extrapolam em muito os gestos mecânicos que são praticados nas academias.

A vivência da sexualidade também depende, em grande parte, do sucesso que a mulher terá ou não com as atividades físicas por ela praticadas nas academias, onde o prazer atrela-se à aparência do corpo, reforçada pela presença da professora.

Essas e muitas outras questões aqui levantadas levam-nos a refletir sobre o que leva às mulheres às práticas nas academias, quais são as causas da alta rotatividade nesses espaços, qual o discurso que realmente sustenta a manutenção das mulheres nas academias, a saúde, o estético, ou ambos?

Como as mulheres que não têm acesso às academias refletem essa realidade? Estarão elas sofrendo o processo de intimidação social por sentirem-se destituídas de um saber "verdadeiro" a respeito da saúde de seus corpos? Sentir-se-ão essas mulheres despojadas de uma humanidade válida por terem acesso à informação e no entanto não lhes restar tempo e possibilidades financeiras de participarem das atividades físicas nas academias?

Consideramos importante para o aprofundamento dessa temática que sejam buscadas, a partir de questões como estas, novas perspectivas, novos horizontes para tentar encontrar senão respostas, pelo menos caminhos que apontem para a superação e que visualizem num futuro próximo condições mais dignas para as relações corpo feminino e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos refletir no decorrer desse estudo, as formas e meios de como o Estado, referendado pelos discursos da ciência, principalmente a médica, veiculados pela mídia e atrelados à modelos de corpo, de saúde e de estética femininas, forjou uma subjetividade propícia à lógica do sistema produtivo e aos interesses da manutenção das discriminações de gênero.

Porém, partimos do pressuposto de que esse investimento e controle sobre o corpo em nenhum momento se deu de forma pacífica.

A luta das mulheres, apesar de não se encontrar contemplada, nos manuais de história "oficial", esteve sempre presente em maior ou menor grau, dependendo de cada momento histórico.

Uma das mais fortes demonstrações de resistência feminina podemos visualizar nos julgamentos da Inquisição onde, somente com a morte de milhares de mulhe-

res nas fogueiras, a Igreja conseguia calar a voz e as práticas femininas que insistiam em se fazer presentes na construção da história.

Acreditamos não ser tão róseos os tons utilizados pelos homens para escrever a história; mesclam-se com sangue e luta demonstrando que, a opressão nunca se dá de forma pacífica porém, adquire diferentes formas a depender das condições dadas na sociedade.

As mulheres, de uma forma ou de outra, clamam a serem ouvidas na sua linguagem, gritam pelo direito ao público, de pensarem nas mesmas, rebelam-se no cotidiano contra a disciplina das panelas traduzindo, muitas vezes nessa revolta da "administração do privado", um quadro de resistência capaz de, organicamente articulado, ampliar o pipocar das revoluções moleculares de que nos fala Guattari.

A ruptura portanto, pode se dar em diferentes esferas da sociedade civil que abarcam do privado ao público, sob diferentes formas, caracterizando gritos isolados (avanços, se forem somados) ou grandes organizações de mulheres com vistas à sua libertação.

Apesar do forte caráter de denúncia contido nesse estudo, inserimos o mesmo na perspectiva da resistência e da possibilidade de um vir a ser feminino que, a duras provas, está sendo construído no decorrer da história.

Nossa análise procurou pautar-se nas formas de como o poder se materializa nos corpos femininos padronizando-os esteticamente e culturalmente com vistas a manter sob controle, não somente a reprodução da espécie como também todo um ideal de mulher referendado nos mitos da maternidade, da feminilidade, da fragilidade, das diferenças naturais.

Tentaremos nesse momento, refletir algumas questões no sentido de pensar alternativas de superação, especificamente no âmbito da Educação Física, nossa área de estudos.

Acreditamos que a Educação Física poderá vir a contribuir para a libertação corporal da mulher, sob muitos aspectos, principalmente, por ela ter o privilégio de trabalhar mais diretamente com o corpo em movimento.

Dentro de uma proposta pedagógica crítica para os cursos de formação em Educação Física, que abarcasse uma fundamentação teórico-prática do movimento corporal humano, acreditamos que as práticas corporais poderiam adquirir um valor significativo na luta contra a discriminação e a exploração corporal, se tentasse englobar em suas práticas questões como:

— a própria denúncia do sexismo o qual ela normalmente reproduz acriticamente, reforçando os papéis sexuais que atribuem ao homem o poder sobre todas as coisas, caracterizado nas práticas físicas que exaltam a força, a energia e a resistência muscular e à

mulher, os poderes submersos que se encontram na fragilidade de suas formas, na flexibilidade e harmonia dos seus movimentos;

- a abordagem madura e fundamentada teoricamente das questões da sexualidade, implícitas no movimento humano, poderiam trazer contribuições valiosas, tanto para o pleno desenvolvimento da criança como para os adolescentes e jovens. Normalmente o que tem permeado as práticas físicas são concepções retrógradas que reforçam os papéis sexuais onde vemos os modelos televisivos (exemplo Xuxa, Herman) servirem de subsídio para a elaboração de atividades para crianças. Para os adolescentes e jovens, por sua vez, o esporte ainda adquire caráter de sublimação sexual e portanto, de controle dos sexos;
- a discussão com os alunos das relações do corpo feminino nas esferas do trabalho, do lazer, sua exploração, uso e manipulação;
- a reflexão sobre problemáticas que envolvem o corpo feminino na própria esfera do privado, suas relações com os meios de comunicação de massa, com a publicidade.

Em relação às práticas corporais femininas nas academias levantamos alguns questionamentos tais como:

- as práticas corporais nas academias permitem e potencializam um trabalho de conhecimento do corpo feminino onde a mulher poderia descobrir, através das práticas corporais, o poder que emana de seu corpo quando livre e conscientemente assumido? E o que isso representa para o avanço das lutas feministas mais amplas?
- o ritmo das práticas das academias, lembrando aquele do trabalho industrial e da sociedade moderna, na medida que define e controla o tempo dos indivíduos, homogeneizando-os, consiste realmente em um ritmo que permite as vivências corporais mais amplas?
- a rotatividade e esportivização dos conteúdos da academia colocam critérios de desempenho, eficiência e eficácia aos movimentos corporais nessas esferas, e lançam também na escola a sua lógica onde, com reflexões acríicas, são ministrados na perspectiva de que constituem novas alternativas aos antigos conteúdos já gastos e sem atrativos. Essa realidade reflete a continuação de um estado de coisas aqui refletido por nós. Será que estão devidamente aprofundados pela Educação Física?
- qual o caráter pedagógico que permeia as práticas nas academias, o papel do profissional que ministra aulas e da instituição enquanto reivindica para si a responsabilidade pela "saúde" dos indivíduos que freqüentam as academias?

- o pseudo relaxamento dos tabus sexuais, presente no discurso apologético do corpo, não estará transferindo o controle antes exercido pela família, especificamente pelo pai, para a administração privada dos gerentes das academias que, muitas vezes encarnam a autoridade social com muito mais eficiência do que o pai, e acaba regulando grande parte das atividades humanas desde a vida pública, privada, lazer, etc.?
- o conceito de vaidade e o poder de sedução característico das mulheres não estará sendo desviado e normatizado pela lógica do mercado e, nesse sentido, em nada contribui para a emancipação e libertação do corpo feminino?

Finalizando, é interessante salientar que essas questões levantadas na esfera da Educação Física, em relação ao corpo feminino e as propostas alternativas que porventura venham a surgir daqui para a frente, ou mesmo as que já existem, necessitam de toda uma luta interna que envolva os profissionais na área que acreditam na Educação Física como instrumento de emancipação.

Essa luta não é de hoje, nem fácil e muito menos passageira e, somente vemos possibilidade dessas novas perspectivas solidificarem-se se a Educação Física mudar, inverter a sua matriz teórica, tanto a nível de primeiro e segundo graus, como dos currículos de formação de seus profissionais.

Percebemos um movimento hoje que vai ao encontro de uma busca de legitimação da Educação Física a partir dessa onda apologética do corpo que dificilmente será passageira e, portanto, é necessário refleti-la nos seus vários aspectos para que no futuro não estejamos lutando, não mais para pensar propostas alternativas em relação ao esporte de alto nível, ao estilo comando e outras ondas que fizeram a história da Educação Física, mas de uma onda que, introjetada de fora para dentro, dificulte em muito as perspectivas de reflexão crítica e transformação.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T., HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1985.

AULAGNIER, P. *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro : Imago, 1974.

BAUDRILLARD, J. *Da sedução*. Campinas : Papyrus, 1991.

CHAUL, M. *Repressão sexual: essa nossa desconhecida*. São Paulo : Brasiliense, 1988.

_____. *Conformismo e resistência*. São Paulo : Brasiliense, 1989.

COSTA, J. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro : Graal, 1983.

FERNANDES, H. Temporalidade e subjetividade. In: FERNANDES, H. *Tempo do desejo*. São Paulo : Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis : Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1983.

GUATTARI, F. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis : Vozes, 1986.

KEHL, M. A razão depois da queda. In: FERNANDES, H. (org.). *Tempo do desejo*. São Paulo : Brasiliense, 1989.

LUCKMANN, H., BERGER, P. *A construção social da realidade*. Petrópolis : Vozes, 1986.

MANTEGA, G. *Sexo e poder*. São Paulo : Brasiliense, 1979.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.

MARX, K. *O capital* (crítica da economia política). São Paulo : Difel, 1982, V.I.

MURARO, R. *Os seis meses em que fui homem*. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1990.

PERROT, M. *Os excluídos da história: mulheres, operários, prisioneiros*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

O ELOGIO À DIFERENÇA

o Averso da Segregação

Carmen Lúcia Soares*

Silvana Vilodre Goellner**

*UNITERMOS: gênero humano, masculino,
feminino,
virtude,
fato, diferença,
segregação, desigualdade.*

RESUMO: Homens e Mulheres apresentam caracteres comuns ao gênero humano e extensivos a todas as partes do planeta onde vivem. Mas apresentam também, e aí reside um fator importante de análise, singularidades, diferenças. As singularidades demarcam a distinção entre integrantes do gênero humano e deveriam afirmar uma relação de alteridade e não de desigualdade.

Homens e Mulheres, em suas marcas inscritas na cultura, expressam vícios e virtudes do gênero humano; experimentam desejos, paixões, sentimentos, exercitam sua inteligência e suas linguagens, aprimoram ou embrutecem seus sentidos, desenvolvem ou mutilam sua sensibilidade e imaginação criadora.

Homens e Mulheres apresentam caracteres comuns ao gênero humano e extensivos a todas as partes do planeta onde vivem. Mas apresentam também, e aí reside um fator importante de análise, singularidades, diferenças. As singularidades demarcam a distinção entre integrantes do gênero humano e deveriam afirmar uma relação de alteridade e não de desigualdade.

A diferença, a particularidade, a singularidade de gostos, sentimentos, desejos, hábitos, ações não poderiam estabelecer uma relação de desigualdade entre seres humanos pertencentes ao gênero humano.

A diferença entre humanos (iguais enquanto gênero) é um fato, é algo que realmente existe, é real: Homens, Mulheres, Grupos Étnicos, etc. Não é possível, nem desejável excluir a diferença enquanto fato, mas parece necessário fazê-lo enquanto virtude, uma vez a diferença ideologizada, ou seja, tomada como virtude não merece qualquer idealização.¹

Pensando exclusivamente em homens e mulheres, a anatomia pode ser eleita como traço diferenciador entre ambos e isto é real, visível e constatado. É um fato. Esta diferença de natureza anatômica, quando ideologizada, pode transformar-se em virtude e determinar o lugar de homens e mulheres a partir de sua singularidade anatômica, abandonando a universalidade própria e os caracteres próprios do gênero humano. O elogio à diferença acaba por configurar-se, por vezes, em segregação.

Exemplo clássico de segregação pela exaltação da diferença pode ser encontrado no adágio médico do século XIX: "*mulier tota in utero est*".² Esta expressão latina é decifrada por Rouanet, em ensaio que busca elucidar análises em torno do gênero humano, pontuando as possíveis segregações em nome da diferença.

"... como ser puramente biológico, a mulher é um feixe de outras particularidades, radicadas em última análise na particularidade de seu corpo. Ela é caprichosa, porque está sujeita a variações cíclicas, ritmadas por sua periodicidade mensal. É intuitiva, enquanto o homem é racional; sua inteligência está em esconder sua inteligência, para melhor poder dirigir o homem; suas características somáti-

* Faculdade de Educação — UNICAMP

** Escola Superior de Educação Física — UFRGS

¹ Sérgio Paulo ROUANET. O mal estar na modernidade. p.69.

² Ibidem.

*cas e psíquicas a habilitam para ser esposa e mãe, educadora e enfermeira, para ser essa grande presença de bastidor, forte e discreta, meiga e resoluta, que permite o pleno desenvolvimento do macho solar, o pensador e o guerreiro — a grande mulher que existe atrás de todo grande homem”.*³

Dentro de um universo de diferenças é que o espaço privado — o lar — passa a ser colocado como de domínio da mulher, fixada ainda por um estatuto de particularidades que exige-lhe o isolamento para exercer, em plenitude, a sua diferença enquanto virtude.⁴ “Ela deixa de ser cultura e passa a ser destino: um destino determinado pelo corpo, que a fixa num particularismo sem história”.⁵

A diferença, a particularidade se transformam em negação do direito ao universal, próprio do gênero humano, dos lugares pelo e para o gênero humano. Opera-se, a partir da diferença, a segregação... “pela expulsão da mulher do universo público (masculino) e por sua inserção num gueto biológico”.⁶

Na tentativa de minimizar a segregação no gênero humano, a relação entre os sexos, historicamente baseada na inferioridade do feminino, passa a ser observada pelo equívoco da igualdade. Homens e Mulheres, mesmo sendo diferentes, são vistos como iguais, desconsiderando-se suas singularidades. A igualdade impõe-se não como a aceitação do diferente sem hierarquias, mas pela capacidade que o feminino tem de assemelhar-se e fundir-se ao masculino. A mulher rompe com seu “destino”

e, ultrapassando as fronteiras do privado, conquista o espaço público, aceitando como definição de um mundo igualitário aquele em que acrescenta a sua própria vida, experiências, atitudes e comportamentos até então culturalmente próprios do universo masculino. O mito da igualdade expressa-se na desigualdade, visto que parte da desvalorização do universo feminino... segregando-o.

Às portas do século XXI, a mulher vive ainda a ambiguidade dos espaços que lhe foram destinados pela exaltação à diferença biológica e, embora ocupando o espaço público, culpa-se pelo “abandono” do privado — o lar, os filhos — entendido como “realmente” seu.

A diferença, própria do gênero humano, quando tornada virtude, ideologiza-se ora porque elogia, ora porque nega o diferente, tornando desigual a relação entre homens e mulheres. Quando tomado fato e encarado como tal, aproxima-se do universal do gênero humano que, ao pautar-se pela alteridade, não se dilui na similitude mas na aceitação da diferença, sem hierarquia e/ou segregação.

BIBLIOGRAFIA

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa : Livros Horizonte, 1977.

ROUANET, Sérgio Paulo. *O mal estar na modernidade*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

UNITERMS: Human kind,
masculin,
feminine,
virtue,
fact,
difference,
segregation, desiquality.

ABSTRACT: Men and Women present features that are common to human kind and expansive to every part of the planet they live in. But they also present, and here lies a significant feature of our analysis, singularities, differences. The singularities mark off distinction between human kind integrants and should affirm a relation of diversity instead of desiquality.

³ Sérgio Paulo ROUANET. Op. cit., p.67.

⁴ A palavra virtude, do latim virtude, etimologicamente significa o conjunto das qualidades que dão valor ao homem, moral e fisicamente... caráter distintivo do homem, mérito essencial, valor característico..., qualidades morais, qualidades viris, vigor moral, energia, bravura, coragem, valentia, perfeição moral. José Pedro MACHADO. Dicionário etimológico da língua portuguesa. p.987.

Esta palavra parece estar ligada a atributos culturalmente definidos como masculinos: virilidade, coragem, valentia. Pelos opostos e extremos, no fundo, será que não se deseja uma mulher com os atributos masculinos, exaltando duplamente a diferença?

⁵ Sérgio Paulo ROUANET. Op. cit., p.67.

⁶ Ibidem.

RESUMO: Este "paper" tem por objetivo repensar o movimento humano nas aulas de Educação Física a partir de um aprofundamento das discussões acerca dos papéis sexuais em nossa cultura. Tenta-se trazer para a disciplina mais uma possibilidade de se analisar o movimento humano sob um prisma diferente do biológico, o cultural.

Assim, propõem-se uma reformulação da metodologia e do conteúdo das aulas de Educação Física com objetivos co-educativos e não co-instrutivos.

O texto divide-se em três partes: papéis sexuais, relações de gênero e gênero na Educação Física.

1. OS PAPÉIS SEXUAIS

Muito complexos e controvertidos, são os comportamentos ditos masculinos e femininos encontrados em todas as sociedades humanas. As funções atribuídas para cada sexo diferenciam-se de etnia para etnia, de sociedade para sociedade, sendo que, nem sempre, homens e mulheres terão os mesmos comportamentos, atitudes e padrões como em nossa cultura ocidental. Margaret Mead (1935) realizou uma importante pesquisa sobre papéis sexuais entre três tribos da Nova Guiné, a saber: *Arapesh*, *Mundugumor* e *Tchambuli*, buscando comprovar que o temperamento e os papéis podiam ser determinados pela cultura e não pela natureza, o que a levou a um questionamento acerca dos dogmas sobre o assunto em nosso "mundo civilizado".

Mead encontrou uma situação de campo bastante favorecida para examinar suas hipóteses, uma diversidade cultural tamanha, num espaço territorial reduzido.

O que mais impressionou Mead foi o contraste de personalidade social entre os *Arapesh* e os *Mundugumor*, sendo que o primeiro povo apresentava um caráter dócil e maternal, de uma pacificidade muito grande. E o segundo povo caracterizava-se por traços viris e rudes de uma agressividade extremada. O mais interessante, segundo a autora, era que o comportamento social quanto a pacificidade e a agressividade, respectivamente para cada grupo, perpassavam todas as categorias tribais: homens, mulheres e crianças, em ambas as sociedades.

Outro fato que chamou a atenção da autora foi a inversão de papéis sexuais entre os *Tchambulis*, segundo os padrões da nossa cultura. Os homens se ocupavam de atividades como a confecção de instrumentos, vestimentas e maquiagem para as comemorações religiosas. Em contrapartida, as mulheres controlavam o cultivo, a pesca, o comércio, a criação dos filhos, enfim, as mais importantes funções sociais para a subsistência daquela sociedade.

Estas observações em outras culturas possibilitaram que Mead refutasse uma possível unidade psíquica universal com relação a uma personalidade masculina e feminina, sugerindo que os papéis sexuais seriam apenas fruto de uma construção social, apoiando-se a cultura em distinções artificiais para a criação de valores contrastantes entre homens e mulheres.

A produção acadêmica dessa antropóloga, que é parte da segunda geração de antropólogos culturais nos Estados Unidos, foi o alicerce fundamental de muitas transformações sociais que vieram a acontecer nesse país e no restante do mundo. A partir de tais evidências acerca da relatividade cultural humana, acadêmicos e grupos civis organizados começam a questionar os valores e as hierarquias da nossa cultura ocidental moderna em relação às minorias sociais.

Este período, entre as décadas de 40 e 50, é um momento de ascensão de movimentos sociais que tiveram por princípio defender a igualdade de direitos, por exemplo, entre homens e mulheres, e mais tarde entre

* Tema livre apresentado no IV Simpósio de Pesquisa em Educação Física — CED/UFSC.

** Mestrando em Antropologia Social.

homossexuais e heterossexuais. Se todos somos iguais, isto é, se temos todos as mesmas potencialidades e habilidades, as mesmas possibilidades de assimilar comportamentos que seriam totalmente apreendidos, então, por que manter uma hierarquia social?

Assim, por um bom tempo, até os dias atuais, falar da diferença significou adotar uma perspectiva relativista que significava entender padrões culturais que gerassem comportamentos e atitudes diferentes. Entretanto, essa perspectiva culturalista, ao radicalizar na relativização, colocou em risco a explicação da diferença por outros parâmetros que não fossem os culturais. Surge então, no meio acadêmico, uma restrição no discurso da diferença. Aqueles, por exemplo, que consideram as diferenças biológicas da espécie, passaram a ser politicamente incorretos, pois, este outro nível da diferença, sempre foi a justificativa para a reificação dos papéis sociais e sexuais.

Recentemente, uma maior quantidade de pesquisas acerca das diferenças não simbólicas entre homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais passaram a questionar, com maior veemência, a relatividade cultural extremada, defendida inicialmente por Mead e por muitos movimentos civis organizados em prol da igualdade social. Esses estudos, de forma geral, não contestam os ideais de igualdade social, mas sim, o argumento utilizado para tal. Talvez prefiram defender o direito a diferença em todos os níveis, por que não? Sendo que a diferença não justificaria uma hierarquia de "status", mas sim, diferentes potencialidades para os diferentes sexos e diferentes orientações sexuais.

Nesse sentido não se pode desprezar uma pesquisa comparativa realizada por White et alii (apud Werner, 1990) entre 185 sociedades, onde os autores notaram certas tendências gerais na divisão do trabalho. Uma delas consiste na atribuição universal das principais tarefas de guerra aos homens e o cuidado das crianças às mulheres. Ocupações estas, talvez justificadas biologicamente como a maior capacidade aeróbica e a maternidade, características inerentes ao homem e a mulher respectivamente. Outra possível interpretação para as observações de White et alii, seria uma explicação da sócio-biologia, que tenta explicar o interesse dos homens pela guerra e o das mulheres pela prole com objetivo de passar mais genes para o futuro.

Pode-se também considerar o pressuposto de que a função pode alterar ou mudar a forma, isto é, a atribuição universal destas tarefas no decorrer de tantas gerações por homens e mulheres, talvez tenha levado o organismo do homem e da mulher a uma adaptação de ordem filogenética, isto é, o evidenciamento de diferenças morfo-estruturais a partir de um processo adaptativo.

Muitas diferenças entre homens e mulheres como a postura, a personalidade, o vestuário, etc., podem resultar de definições artificiais criadas pela cultura. No entanto, não se pode negar, nestas sociedades, a organicidade humana masculina e feminina, como a força física e a maternidade, respectivamente, o que levanta a possibilidade destes atributos naturais em influenciar a definição de ocupações como a guerra e a criação de filhos.

2. AS RELAÇÕES DE GÊNERO

A criação do conceito de papéis sexuais foi de grande valia, mas de certa forma voltou a naturalizar os atributos do masculino e feminino ao estabelecer os "papéis sexuais" sempre ligados ao sexo biológico.

Nos meios acadêmicos o termo "gênero" é utilizado como uma palavra que indica a rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. O mundo acadêmico, a partir daí, adquiriu uma nova noção relacional de análise (Scott, 1990). Para Grossi (1990), o gênero constitui-se na identidade do corpo, referindo-se a origens eminentemente sociais, sendo por exemplo, a maternidade um ato biológico, mas o mito do amor materno uma construção social.

Estudos sobre o "gênero" tomaram impulso a partir dos movimentos feministas na década de 70, que tinham como objetivo maior conhecer as influências dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas distintas sociedades e épocas, numa tentativa de conhecer o funcionamento e o significado destes sistemas simbólicos na organização social, como também, "descolar" a noção de papel sexual do sexo biológico, colocando-os como constructos sociais. As feministas buscavam, com isto, subsídios mais sólidos para contrargumentar as explicações biológicas como maternidade e força muscular, usadas para justificar as diferenças dos papéis sexuais entre homens e mulheres em nossa sociedade complexa (Grossi, 1990).

Segundo Scott (1990), o termo "gênero" começou a ser usado como uma forma de enfatizar as "construções sociais" das diferenças entre homens e mulheres. O corpo sexuado biológico, seria assim, uma justificativa para as identidades subjetivas dos homens e das mulheres dentro de cada cultura. Assim, a partir desse suporte teórico, os estudiosos do "gênero" acreditam que se pode definitivamente desconectar as práticas sexuais (heterossexuais, homossexuais e bissexuais) do seu papel sexual (masculino, feminino e andrógono).

E é nesta perspectiva que se enquadra a denúncia presente neste ensaio, tendo-se a prévia compreensão de

que, quando for usada a categoria “gênero”, estar-se-á se tratando de construções simbólicas do feminino e do masculino em nossa sociedade, sem desconsiderar as diferenças biológicas típicas de uma espécie dimórfica — o “homo sapiens”.

3. O GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física tem passado por uma série de questionamentos quanto a metodologias, conteúdos e diretrizes filosóficas, em relação à sua especificidade, o movimento humano. Porém, tem-se falado muito pouco ou quase nada, sobre “educação” plena e irrestrita, isto é, educação não diferenciada para ambos os sexos.

Esta situação permanece inalterada devido a não conscientização do profissional da área, quanto a sua ação reificadora dos papéis de gênero, assumido ao longo de gerações e gerações. Isto é, a ação do professor de Educação Física, por mais progressista que seja, ainda não conseguiu se liberar da dicotomia criada culturalmente entre o masculino e o feminino, prosseguindo a atual ação pedagógica a limitar o pleno desenvolvimento motor dos indivíduos, norteadada pelos atributos aceitos socialmente para cada sexo.

Em nossa sociedade, encontramos uma discrepância entre homens e mulheres no tocante ao nível de coordenação motora, que é justificada pelo senso comum como uma “realidade natural”. Como se esta dita diferença justificasse uma hierarquia entre o feminino e o masculino.

No caso das atividades esportivas e da recreação, esta visão reproduz o processo de socialização e aprendizado dos valores, normas e atitudes de nossa cultura por parte das meninas. Tal processo caracteriza-se pela restrição a atividades mais “comportadas” do ponto de vista motor, onde, correr, saltar, trepar, cair, etc., são atributos permitidos apenas aos meninos, não podendo os indivíduos do sexo feminino desenvolver o seu potencial motor. Porém, os limites não existem só para as meninas. Todas as atividades relacionadas à dança, ritmo e harmonia são profundamente desencorajadas aos meninos, supondo-se que estas atividades, de alguma forma, possam afetar a identidade sexual do macho em formação.

A educação brasileira, assim como a educação do mundo ocidental, estimula, nos indivíduos do sexo mas-

culino, a conquista do mundo de uma forma bastante superficial e material, através da valorização de atos como: vencer competições, ser bom de bola, ser bom de briga, ser esperto, etc. Faz parte também do aprendizado da masculinidade diferenciar, desde muito cedo, os sentimentos permitidos aos homens, valorizando-se sobremaneira, no decorrer da formação dos meninos, as posturas masculinas vigentes, em detrimento e desvalorização dos sentimentos tidos como femininos. Logo, tem-se homens sem uma consciência de como se expressar, conduzir ou administrar seus desejos e afetos (Nolasco, 1990).

Uma boa evidência das crises de identidades que uma Educação Física reificadora de gêneros pode provocar em seus alunos, são as pesquisas com os hermafroditas. De forma geral, dependendo do tipo, os hermafroditas, são um bom exemplo da incongruência entre sexo biológico e sexo social, isto é, são pessoas que têm os dois sexos biológicos e não sabem como se auto-identificarem.

Os resultados de algumas pesquisas realizadas entre hermafroditas têm fornecido uma maior compreensão sobre a construção da identidade sexual¹, possibilitando desencorajar atitudes que venham a forçar ou impelir qualquer indivíduo a assumir precocemente os atributos do seu sexo. Estas pesquisas têm demonstrado que, quando a opção do sexo biológico é realizada levando-se em consideração apenas os aspectos morfológicos após ao nascimento, crises de identidade são constatadas, com maior frequência, a “posteriori”. O mesmo não acontece com tanta frequência quando esta opção é retardada até a adolescência, momento em que se pode detectar a identidade sexual predominante do hermafrodita e efetivar a opção sexual anatômica (Silva, 1987). Nesse sentido, não se recomenda uma enfadonha cobrança de nossas crianças, de posturas adequadas socialmente para cada gênero, o que permitirá que a potencialidade motora humana flua naturalmente sem as delimitações culturais dos papéis de gênero — papéis estes que se transformam ou são modificados de acordo com os interesses sociais.

Sugere-se então, que a Educação Física busque na sua especificidade — o movimento — ações que venham a desconstruir esta “naturalização extremada” dos papéis de gênero. Por exemplo, pode-se tentar propiciar nas suas sessões um clima de “communitas”², onde todos passariam a ser “um igual a todos” (mas com dife-

¹ Entende-se por identidade sexual uma matriz que organiza de forma congruente a identidade de gênero, a orientação sexual (sentido do desejo sexual) e a prática sexual (comportamento no sexo). Ver Cardoso, 1994 (Tese de mestrado).

² Sentimento de identidade vivida em grupo, onde se estabelece um afrouxamento das normas e valores sociais pelo apoio do grupo. O espírito de “communitas” constitui-se de um momento de convivência, que acaba formando “ethos” comuns, onde é possível refugiar-se da estratificação dos papéis sociais impostos pelo meio. Sentimento este que pode ser considerado quase universal (Turner, 1974).

rentes potencialidades e interesses individuais) pelo menos por alguns minutos, deixando de lado, por instantes, as suas identidades sociais de pai, mãe, estudante, trabalhador, homem e mulher, cobradas no dia-a-dia. Vivendo o seu movimento expressivo como um todo, sem limitações impostas pelo meio social, desenvolver-se-ia assim, toda a sua potencialidade motora.

Entretanto, estratégias como estas merecem maior discussão e esclarecimento, pois, quando não bem realizadas, podem vir a favorecer a concretização de um processo de "alienação" pelo movimento, e não libertador, como se evocou nesta denúncia.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Fernando L. *Orientação sexual em uma comunidade pesqueira*. Florianópolis : UFSC, 1994. (Dissertação de mestrado).
- CHADAROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, Michelle, LAMPHERE, Louise (orgs.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.
- GROSSI, Miriam P. et alii. *A trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre a mulher no Brasil*. Florianópolis : ABA, 1990. Mimeo.
- MEAD, Margareth. *Sexo e temperamento*. São Paulo : Perspectiva, 1988.
- MISCHEL, Walter. *Introduction to personality*. Stanford University, 1971.
- NOLASCO, Sócrates. A expressão das emoções e o desejo masculino: algumas considerações sobre a identidade masculina. In: BRANDÃO, Margarida (org.). *Teologia da ótica da mulher*. Rio de Janeiro : PUC/NEM, 1990.
- SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2):5-22, jul./dez., 1990.
- SILVA FILHO, A. Carlos Pacheco. *Perversões sexuais: um estudo psicanalítico*. São Paulo : EPU, 1987.
- TURNER, Victor W. *O processo ritual*. Petrópolis : Vozes, 1974.
- WERNER, Dennis. *Uma introdução às culturas humanas; comida, sexo, magia e outros assuntos antropológicos*. Petrópolis : Vozes, 1990.

O TRABALHO CORPORAL COMO INTEGRANTE DO PROCESSO DE RESGATE DA AUTO-ESTIMA EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Helena Altmann*

Patrícia Rodrigues de Borba Vieira**

Silvana Vilodre Goellner***

A violência contra a mulher tem sido, nos últimos tempos, temática de discussão e intervenção em diferentes instâncias da sociedade brasileira. Dentre os motivos apontados para a propagação destas discussões aparece, em primeiro lugar, o alto índice de atos violentos contra a mulher e a atitude de denúncia destes atos, o movimento feminista como impulsionador destas ações e a produção acadêmica referente às relações de gênero.

Esta situação fez com que, no âmbito das políticas públicas, surgissem espaços direcionados para o atendimento específico desta clientela, como por exemplo, os Conselhos Estaduais de Defesa dos Direitos da Mulher, os Conselhos da Condição Feminina, as Delegacias da Mulher, as Casas-Albergues, entre outros.

Em Porto Alegre, identificamos a Casa de Apoio Viva Maria — órgão ligado ao poder público municipal, sob gerenciamento da Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social — como uma instituição atuante nesta perspectiva, cuja criação efetivou-se em setembro de 1992.

Desde então, com a atuação de uma equipe multidisciplinar, esta instituição vem desenvolvendo seu trabalho centrado no atendimento psicológico, jurídico e social da mulher vítima de violência doméstica e sexual com riscos de vida, inclusive, abrigando aquelas usuárias cujas condições familiares impedem que se mantenha no local de moradia.¹

Aliado ao atendimento jurídico e social, a Casa realiza um atendimento terapêutico que “tem por objetivo principal resgatar a auto-estima e constituir referên-

cias subjetivas próprias e autônomas a cada uma das mulheres que encontram-se em situação de violência”.² Motivo pelo qual se faz imprescindível um trabalho corporal que proporcione uma recuperação, por parte destas mulheres, dos aspectos lúdicos e prazerosos que permeiam a relação que estabelecem com seu corpo. Corpo este, espancado, agredido, violentado. Este trabalho corporal pressupõe, também, o rompimento com a visão estereotipada e padronizada do corpo feminino cujas manifestações traduzem-se nos mitos da maternidade, feminilidade, passividade, docilidade, da beleza e da sedução.

Ainda no que diz respeito ao universo da violência contra a mulher é necessário ter a clareza que:

“geralmente o tema da violência vem associado à ocorrência de agressões físicas ou sexuais, resultando em lesões corporais e traumatismos psicológicos. Porém, na maior parte das vezes, estas agressões traduzem atitudes e comportamentos de caráter mais permanente que, mesmo despojados do ato agressivo, propriamente dito, estão profundamente impregnados de conteúdo violento. São pequenas mortes cotidianas que vão desde a educação, que tolhe o potencial de desenvolvimento intelectual a toda uma cultura da auto-depreciação”.³

Como coadjuvante da auto-depreciação aparece, não raras vezes, por parte das mulheres, uma insatisfação com seu padrão corporal que, por condicionamentos

* Aluna do curso de graduação em Educação Física — ESEF/UFRGS. Bolsista PET/CAPES.

** Aluna do curso de pós-graduação em Metodologia do Ensino da Educação Física — ESEF/UFRGS.

*** Professora do Departamento de Desportos — ESEF/UFRGS.

¹ Para se ter uma idéia da abrangência deste trabalho, citamos que, em um ano, a Casa de Apoio Viva Maria prestou atendimento a 200 mulheres e 439 crianças, abrigando nas suas dependências 88 mulheres e 200 crianças cujo agressor, em na maioria dos casos, foi identificado como familiar da vítima (companheiro, marido, pai, padrasto, cunhado, irmão e avô).

Atualmente sua estrutura permite abrigar 10 mulheres com os seus filhos menores, num período máximo de três meses.

² Casa de Apoio Viva Maria. Relatório de Atividades 1992-1993. p.4.

³ GOLDEMBERG, Paulete et alii. *Violência contra a mulher: uma questão de saúde.* p.123.

múltiplos, reforça a aceitação de atos violentos sobre sua pessoa, sejam eles explícitos ou não. Nesse sentido é que, a auto-estima, figura como um elemento fundamental no processo de recuperação das mulheres vitimizadas pela violência, em especial a violência doméstica e sexual.

Considerando o significado do trabalho efetuado pela Casa de Apoio Viva Maria — inédito no país — e entendendo o trabalho corporal como integrante do processo de elevação da auto-estima começamos, em janeiro deste ano, um trabalho que objetiva construir, junto com a equipe multidisciplinar e com as albergadas, uma proposta de trabalho corporal. Esta proposta, ao integrar-se ao atendimento terapêutico, procura resgatar valores, atitudes e julgamentos que possam auxiliar na superação da auto-depreciação e das conseqüências causadas pela violência.

Em função desta perspectiva, estamos atuando em três níveis:

1. Através de uma pesquisa junto à Casa e à Delegacia de Mulheres na tentativa de levantar dados acerca da situação de violência contra a mulher na cidade de Porto Alegre;
2. Junto à equipe multidisciplinar, visando conhecer o cotidiano da Casa Viva Maria, sua estrutura, organização e funcionamento. Para tanto, estamos participando das suas reuniões semanais e acompanhando alguns de seus encaminhamentos no tocante ao atendimento às mulheres albergadas;
3. Junto às albergadas através da construção do trabalho corporal, cujo início se deu através de uma reunião

diagnóstica onde buscamos detectar suas experiências anteriores e necessidades atuais. A partir de então, estamos desenvolvendo, semanalmente, atividades que envolvem uma vivência corporal coletiva — com aquelas que têm interesse em participar. Esta vivência é avaliada e redimensionada pelo próprio grupo a cada encontro, através de uma discussão sobre o trabalho realizado. Além desta avaliação, estamos coletando depoimentos individuais, mediante uma entrevista, onde buscamos identificar, na história de vida destas mulheres, como se estabelece sua relação com o corpo, a violência e a auto-estima.

Este trabalho, que se encontra na sua fase inicial, desenvolver-se-á no período mínimo de dois anos. Os dados coletados serão sistematizados no sentido de que possam servir de subsídios para outras discussões e intervenções no âmbito específico da violência contra o gênero feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASA DE APOIO VIVA MARIA. *Relatório 1992-1993*. Porto Alegre, 1993.
- GOLDEMBERG, Paulete et alii. *Violência contra a mulher: uma questão de saúde*. São Paulo : Cortez, 1990.
- OMS. *Informe final del primer seminario regional Latino Americano sobre salud y derechos reproductivos*. San Pablo, 1991 (mimeo).

ESTUDO DA INFLUÊNCIA DE PADRÕES FUNDAMENTAIS DE MOVIMENTO NA APRENDIZAGEM DE UMA HABILIDADE ESPECÍFICA EM CRIANÇAS COM 10, 11 E 12 ANOS DE IDADE

Arno Krug*

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira Neto.

UNITERMOS: Padrões fundamentais de movimento, cortada no Vólibol, avaliação quantitativa e qualitativa, nível inicial, programa e retenção.

Este estudo teve por finalidade verificar os efeitos, sobre o processo ensino/aprendizagem, da utilização de dois programas, um baseado e outro não, nos Padrões Fundamentais de Movimento, em crianças com 10, 11 e 12 anos de idade, na realidade escolar.

Como marco referencial teórico, utilizou-se o modelo proposto por D. L. Gallahue (1989), quanto ao desenvolvimento de habilidades motoras e, no ensino/aprendizagem o paradigma processo-produto, definido inicialmente por Dunkin & Biddle (1974).

A pesquisa foi realizada com alunos da Escola Estadual Dr. Gabriel Álvaro de Miranda, da cidade de Cruz Alta, RS, Brasil. A população-alvo foram alunos de 4ª, 5ª e 6ª séries, turmas 1 e 2, classes intactas e co-educacionais. Sorteou-se quais das séries constituiriam os GE1 e GE2, que, respectivamente, receberiam os tratamentos 1 ou 2; o GC pertenceu a outra Escola da mesma área. Os dois GE foram submetidos a um pré-teste, a um teste pós1 depois de 15 aulas, a um teste pós2 depois de 25 aulas e, trinta dias após, a um teste de retenção da habilidade-critério cortada no Vólibol, com controle das variáveis idade, aprendizagem anterior e simultânea, levantador, altura da rede e processo.

Os instrumentos usados para avaliação dos PFM foram extraídos da literatura e adaptados pelo autor; para avaliação da HC cortada no Vólibol, usaram-se o FOCOV e o TECOV de Krug (1982).

Aos dados coletados, foi aplicada a Análise de Variância e Covariância. Os dados indicaram que, para os Ss investigados, a idade cronológica não é um indicador confiável da prontidão. Os valores explicativos do nível inicial, nas análises quantitativa e qualitativa não correspondem um ao outro. Os tratamentos 1 e 2, provocaram melhorias bastante semelhantes, sendo que a retirada do tratamento baseado nos PFM provocou evolução negativa nos mesmos; e, no final, após o T2, ambos os programas pareceram levar aos mesmos resultados. Os grupos, quando retiradas as diferenças do nível inicial, não apresentaram diferenças significativas entre si, após 15 e 25 horas-aula. A retenção, após 30 dias de não prática, prejudicou mais o parâmetro qualitativo do que o quantitativo. A avaliação da HC cortada no Vólibol, no parâmetro quantitativo, não correspondeu a mesma do qualitativo. Desta forma, sugere-se que a teorização de Gallahue (1989) é aplicável ao processo ensino/aprendizagem de atividades motoras.

* Doutor em Ciências da Motricidade. Universidade Técnica de Lisboa — Faculdade de Motricidade Humana.

A COMUNICAÇÃO CORPORAL NA PRÉ-ESCOLA: Caminhos e Descaminhos*

Eline Tereza Rozante Porto

Orientador: Prof. Dr. Wagner Wey Moreira

O foco central deste estudo é desvelar e compreender se as mensagens corporais transmitidas pelos alunos da pré-escola, durante as atividades físicas, são percebidas e interpretadas pelo professor.

No processo desse conhecimento salientamos alguns pontos os quais nortearam o nosso trabalho: 1) mostramos quais são as nossas reflexões sobre o corpo, isto é, como vemos e sentimos nosso corpo no mundo chamado vida. Um corpo que é movimento, é expressão, é meio, é veículo de comunicação nos permitindo viver intensamente nossas relações de seres humanos. 2) Refletimos sobre o ser criança que se expressa corporalmente de maneira mais livre e espontânea que o ser adulto, bem como tentamos identificar como é a relação desse corpo com o ambiente que a cerca. 3) Sentimos a necessidade de compreender a situação que envolve a educação pré-escolar no Brasil, e como a Educação Física está engajada neste contexto.

Mantivemos contatos com quatro escolas da Rede Oficial de ensino, da cidade de Campinas, em classes de pré-escolares onde efetuamos a coleta dos dados, sob a técnica da observação descritiva. Para procedermos as análises e interpretações dos dados utilizamos a abordagem fenomenológica, desenvolvendo todas as fases do método, que compreende: as observações (na íntegra), as unidades de significado e a análise ideográfica de cada sujeito em particular; a análise e a matriz nomotética às

quais estão, intimamente, relacionadas às convergências e divergências encontradas entre os sujeitos pesquisados.

Neste momento, através dos resultados analisados, o fenômeno investigado revelou-nos grande convergência para alguns aspectos que envolvem, diretamente, a didática do professor interferindo no processo ensino-aprendizagem. São eles: 1) O corpo e sua fala; onde constatamos que as manifestações corporais das crianças são visíveis, bem como a não percepção das mesmas pelos sujeitos. 2) As relações intersubjetivas: percebemos que a criança é tratada como um "bonequinho" capaz de repetir, obedecer e se intimidar diante das mensagens transmitidas pelo professor. 3) O processo educativo e a ludicidade: esta relação deixa de existir devido as inquietações dos professores estarem voltadas à quantidade de jogos e brincadeiras que são desenvolvidos; desprezando os valores intrínsecos e extrínsecos que estes possuem no seu caráter educativo. 4) Os aspectos motivacionais nas atividades físicas: são visualizados em quase todos os momentos, possuindo características diferentes que vão ao encontro com cada situação vivenciada pelos alunos.

Num último momento pensamos e refletimos sobre todos os pontos desvelados durante o estudo que possibilitaram-nos a compreensão do fenômeno, procedendo uma síntese do nosso entendimento sobre ele.

* Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, São Paulo. Pesquisa subvencionada pela CAPES.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: um Estudo de Caso*

Solange Lacks

Orientadora: Ingrid Ditttrich Wiggers

O principal objetivo deste estudo é concretizar a investigação teórico-prático do cotidiano dos professores de Educação Física da Escola de 1º Grau Senador Leite Neto. Essa busca tem o intuito de contribuir, ampliar as possibilidades da prática pedagógica da Educação Física na escola pública. A metodologia caracteriza a pesquisa como sendo qualitativa do tipo de estudo de caso, segundo enfoque crítico-participativo com visão histórico-dialética. Como se trata de um estudo de caso, a pesquisa realizou-se somente em uma instituição pública, a Escola de 1º Grau Senador Leite Neto, da qual participaram professores de Educação Física, professores de outras áreas, membros da equipe técnica, direção, funcionários e alunos. O objetivo da participação de todos os segmentos da escola, foi conhecer as concepções que estes têm a respeito da Educação Física, pois indicam claramente a realidade objetiva da mesma na escola. A sustentação teórica da pesquisa concentrou-se na questão das relações do Estado Capitalista e a escola e na questão das concepções pedagógicas que têm orientado a prática da Educação Física. Esta base teórica contribuiu para revelar e discutir a realidade, ao se confrontar com

a realidade objetiva, captada pela observação e entrevista, principais procedimentos metodológicos da pesquisa. A partir das três categorias de análise — escola, visão de mundo e prática pedagógica constatou-se que a escola é uma instituição de reprodução e também da produção dos conhecimentos voltados aos interesses dominantes. Os professores de Educação Física e os demais profissionais da escola se caracterizam pela visão de mundo acrítica em relação à sociedade e à Educação Física. A prática pedagógica da Educação Física assume o estigma da inadequação de objetivos, métodos e conteúdos em relação à realidade e aos anseios das crianças e adolescentes. Apesar de tantas deficiências da escola pública, não podemos perder de vista as possíveis contradições. A prática pedagógica pode igualmente se tornar um poderoso instrumento de consciência política. Neste sentido, os educadores exercem um papel fundamental, pois não é suficiente conhecer novas teorias ou concepções pedagógicas, é preciso estar consciente de seu papel e comprometer-se coletivamente. Acreditamos no questionamento e na reflexão crítica.

* Dissertação de Mestrado em Educação Física. Santa Maria, 11 de março de 1993.

A PSEUDOCONCRETICIDADE DA ESPORTIVIZAÇÃO ESCOLAR OU... A EDUCAÇÃO FÍSICA FORA DE FORMA

Luiz Carlos Rigo

Orientador: Prof. Dr. Haimo H. Fensterseifer

O presente estudo caracteriza-se por enfatizar a reflexão, no âmbito específico da Educação Física de primeiro e segundo graus, das formas de concretização e das conseqüências produzidas pelos pressupostos e objetivos da política educacional implantada no Brasil, nos anos 60.

Para abordar a temática, utilizamos um enfoque metodológico crítico qualitativo apoiando-nos principalmente em bibliografias críticas da área de educação e da Educação Física. Além disso, lançamos mão de alguns dados documentais a título ilustrativo.

A partir disso, procuramos construir um referencial que fosse capaz de, por um lado, situar a Educação Física no contexto educacional e, por outro, preservar e destacar suas peculiaridades enquanto disciplina curricular.

Além das notas introdutórias, o estudo constitui-se de mais cinco capítulos. No primeiro capítulo tecemos alguns comentários gerais a respeito da conjuntura educacional do momento de elaboração da proposta foco deste estudo.

No segundo capítulo, com base na leitura, principalmente de Schultz, descrevemos alguns princípios básicos da Teoria do Capital Humano, suporte socioeconômico da Pedagogia Tecnicista. Ainda neste capítulo, subsidiando-nos prioritariamente em autores como Salm, Freitag, Frigotto, Arapiraca, Rossi, abordamos al-

gumas das principais críticas elaboradas sobre os princípios da Teoria do Capital Humano na educação. Também foram feitas considerações sobre as conseqüências reais para a escola pública, da aplicabilidade dos pressupostos teóricos e dos objetivos da política educacional posta em prática neste período.

A partir do terceiro capítulo, iniciamos o que podemos chamar de um segundo momento do estudo, onde as considerações voltam-se para as peculiaridades da Educação Física. Procuramos também investigar brevemente a realidade interna da Educação Física no momento da elaboração da política educacional, onde evidenciamos sua vinculação mais imediata ao esporte moderno e não ao trabalho, tendo como objetivos prioritários a aptidão física e a iniciação esportiva.

O quarto capítulo abarca algumas reflexões sobre a influência e conseqüências dos princípios da Teoria do Capital Humano manifestos na Educação Física esportivizada e sobre a pseudoconcretização de seus objetivos. No quinto e último capítulo, tecemos alguns comentários a respeito da possibilidade, dos perigos e da viabilidade da utilização do esporte moderno enquanto um conteúdo da Educação Física Escolar assim como apontamos para a necessidade da mesma buscar novos objetivos para referendar sua prática pedagógica.

QUANDO A DIFERENÇA É MITO: Análise da socialização específica para os sexos sob o ponto de vista do Esporte e da Educação Física*

Maria do Carmo Saraiva-Kunz

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri

Este estudo concentrou sua atenção na análise de condições empíricas da formação de conceitos estereotipados relacionados às diferenças entre os sexos, que aparecem no fenômeno esportivo e na Educação Física, pretendendo alguma clareza teórica para a possível superação de determinantes discriminadores entre os sexos, especialmente nos âmbitos mencionados.

O trabalho inicia pela colocação do problema da separação dos sexos nas aulas de Educação Física e das dificuldades de se promover uma prática conjunta de meninas e meninos nessas aulas. O que era uma preocupação voltada a uma prática conhecida e vivenciada na escola de 1º grau, evidenciou-se na vivência dos últimos dez anos com alunos de Graduação e no próprio desenvolver-se deste estudo: a "incompatibilidade" de comportamento social entre homens e mulheres, causada pelo estereótipo sexual. O condicionamento aos estereótipos leva à discriminação dos papéis sociais de homens e mulheres, que relega à mulher ao papel subordinado ao do homem na sociedade. O entendimento de que esse condicionamento principia na família, passa pela escola e se estende a todas as demais instâncias sociais, levou-me a abordar o processo de socialização como o processo de aquisição de valores, normas e/ou preconceitos que interferem no desenvolvimento do comportamento individual e social do ser humano.

No segundo capítulo, preocupei-me em contextualizar o desenvolvimento de estereótipos numa perspectiva histórico cultural, considerando o papel das projeções socioculturais da sociedade ocidental, como os mitos antigos e os modernos, que se estabeleceram na forma de valores e Cânones de comportamento, projetados pela

sociedade burguesa. Caracterizo, aí, então a família burguesa, a moderna sociedade industrial e o esporte, como contextos socializadores que mantêm os estereótipos sexuais e sociais, na nossa sociedade.

No terceiro capítulo, faço uma rápida abordagem das teorias explicativas do desenvolvimento do comportamento estereotipado, sob a óptica das modernas teorias sociológicas que têm sido buscadas pela pedagogia e sociologia do Esporte na atualidade. A seguir apresento a relação entre Esporte e Educação Física escolar, uma vez que esta é uma instância de socialização que consolida estereótipos e papéis sociais relativos às culturas de movimento. A compreensão do esporte — conteúdo principal da Educação Física escolar — como uma cultura de movimento que reforça a polaridade patriarcal dos sexos é encaminhada sob a luz de duas culturas diferenciadas, nas quais se dá a socialização corporal para os sexos em separado. Proponho, então, um redimensionamento psíquico das polaridades dos sexos, apoiado na Androginia, um conceito que abarca com as características psíquicas de ambos os sexos no mesmo indivíduo.

No quinto capítulo, a emancipação feminina e o resgate da sensibilidade vêm a ser pressupostos para o redimensionamento do comportamento humano numa perspectiva de transformação social. Esta também só pode acontecer calcada numa concepção de Educação e Educação Física transformadora, que implicam em aulas de Educação Física coeducativas, possibilitadoras da desconstrução do estereótipo sexual para aceitação de uma cultura de gênero.

* Dissertação de Mestrado em Educação — Linha de Teoria e Prática Pedagógica. UFSC — Santa Catarina.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA: Crenças e Mitos de um Grupo de Professores das Escolas Públicas*

Maria de Fátima Araújo Souza

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nilda Teves Ferreira

Este trabalho possibilitou algumas reflexões sobre a representação da educação física para um grupo de professores que optaram por esta profissão, no período compreendido entre 1974 e 1984 na cidade de Natal (RN). O estudo revelou a representação que a sociedade brasileira atribuía à educação física, a partir da ótica desses professores, considerando-se fatos da época compreendidos como elementos simbólicos do imaginário

social no referido período. Aproximando-se e entrevistando professores, estes, através de seus discursos, expressaram diversos sentidos que a educação física teve e tem para suas vidas. Esses sentidos correspondem a todo um processo de construção social, revelado nas diferentes posições sociais ocupadas pelo grupo, tais como: atletas; não-atletas; alunos de graduação e professores de educação física escolar.

* Dissertação do Mestrado. Rio de Janeiro : UGF, 08/02/1993.

NATAÇÃO MASTER: Resistindo à Velhice*

Leonéa Vitoria Santiago

Orientador: Prof^o Dr. Hugo Rodolfo Lovisolo

O presente trabalho situa-se na linha de pesquisa do Imaginário Social e as atividades Corporais, pertencentes ao Mestrado em Educação Física da Universidade Gama Filho. O que leva o nadador "master" à prática da natação competitiva foi indagação que tornou este estudo possível. Identificar e interpretar as representações da natação competitiva em suas relações múltiplas com a vida destes praticantes foi o objetivo do trabalho. Os bens simbólicos que tecem a imaginação do grupo de nadadores com idade acima de 55 anos, o mundo dos sentidos que conduz os indivíduos a este ritmo, foram dimensões da análise. O trabalho insere-se nos moldes

da observação participante, onde partimos de duas fontes: a observação cotidiana do grupo do Rio de Janeiro durante 16 meses e a coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas. As categorias de análise levantadas no discurso do grupo subsidiaram nossa investigação, onde concluímos que estes indivíduos afirmam-se rejeitando a condição que os coloca à margem das atividades de uma vida plena. Ainda identificamos um fenômeno de nascença, pois fazem uso do seu tempo de modo diferente dos demais indivíduos de mesma idade, assumindo novas atitudes e valores sociais.

* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro : UGF, 12/04/1993.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS DOS DIRIGENTES ESPORTIVOS*

Joaquim Antonio da Silva Amaral

Orientadora: Professora Doutora Helena Theodoro Lopes

Nesta dissertação de mestrado, propus-me fazer uma investigação empírica de natureza qualitativa a respeito da relação entre a formação administrativa e as perspectivas profissionais de dirigentes esportivos do Município do Rio de Janeiro. Meu objetivo foi fornecer subsídios para a reformulação do currículo das disciplinas de administração esportiva nas escolas de educação física. Desenvolvi o trabalho a partir de entrevistas gravadas com dezessete dirigentes esportivos. Neste texto caracterizo o perfil ideal do dirigente esportivo com base em literatura pertinente, proponho uma relação entre a função que os dirigentes desenvolvem e a importância que a ela atribuem, abordo as principais dificuldades encontradas pelos dirigentes esportivos em seus projetos, e resumo as entrevistas com informantes de elite, que finalmente comparo aos depoimentos dos demais informantes. A análise dos dados evidenciou que os dirigentes esportivos valorizam a importância de sua atuação, mas não estão adequadamente preparados, do ponto de vista técnico, para incumbência que lhes cabe. Suas

perspectivas profissionais são, por isso mesmo, limitadas e em geral crêem que os futuros administradores terão possibilidades de realizar um trabalho mais eficaz. Constatei, ainda, que os professores de educação física só participam na administração de entidades em que os cargos administrativos são necessariamente exercidos por profissionais da área, como escolas de educação física e centros esportivos universitários, ou quando são proprietários, como em academias de ginástica. As recomendações finais prendem-se à necessidade de aprofundamento do trabalho realizado, no sentido de repensar a formação administrativa dos dirigentes esportivos e de analisar os programas que constituem o currículo dos cursos de educação física, no que toca à formação dos dirigentes esportivos. Também recomendo a realização de novos estudos sobre a questão, com ampliação da amostra de dirigentes entrevistados e de sua distribuição geográfica, com vistas a avaliar o desempenho dos profissionais da área e propiciar respostas aos problemas da administração esportiva em âmbito nacional.

* Dissertação do Mestrado. Rio de Janeiro : UGF, 05/05/1993.

CRIANÇAS SAUDÁVEIS. PAIS NEURÓTICOS? A INTERVENÇÃO DOS ESPECIALISTAS ENTRE 1940 E 1960*

João Guilherme Rodrigues Mendonça

Orientador: Prof. Dr. Hugo Rodolfo Lovisolo (UGF)

A pesquisa descreve as intervenções dos especialistas, com destacada participação dos médicos, na construção da família e da saúde da criança entre 1940 e 1960 em revista do Brasil, especialmente em *Fon Fon*, *Cigarra*, *Vida Doméstica* e *Vamos Ler*. Em seus artigos, respostas a cartas e entrevistas os especialistas procuravam regularizar, controlar e normatizar as condutas dos pais no modo de criar, educar e garantir a saúde do filho. Chegou-se a essas revistas através do resultado de opinião obtidas por meio de entrevistas com mulheres, de mais de sessenta anos, sobre as preferências de leitura, especialmente em relação às revistas que abordavam os cuidados com as crianças. Juntamos a essas respostas as opiniões de um funcionário e pesquisador da Biblioteca Nacional sobre a existência, nos arquivos, de outras revistas que viessem complementar e ampliar a amostra para consulta. A partir dessas informações, delimitamos para início da pesquisa o ano de 1930, onde não encontramos nada até o ano de 1939. Os artigos que faziam algum tipo de referência sobre os cuidados e a rotina da

criança começaram a aparecer em 1940, chegando até nossos dias. Optamos por analisar os primeiros vinte anos de intervenção dos especialistas. Os especialistas desautorizam o saber da família e de todos aqueles que não se guiam pelos preceitos da ciência, impondo sua verdade sobre criança e pais ao mesmo tempo que criam um ambiente, no lar, cercado de dúvidas sobre o que fazer, quando fazer, como fazer e principalmente como ser pai e mãe no trato com o filho. Cabe aos pais, principalmente a mãe, seguir os variados modos de controle dos hábitos da criança, procurando não torná-la sem saúde ou fora dos parâmetros de normalidade. Os especialistas, falando da criança, dirigem e controlam os pais, existindo uma única verdade, a verdade científica, representada predominantemente pelo saber médico. O resultado de tão incisiva massificação de valores e idéias, é o favorecimento da insegurança dos pais diante do que acreditam ou acreditavam como certo no modo de educar e criar o filho, confundindo o antigo pelo novo, o leigo pelo científico, neurotizando toda relação familiar.

* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UGF, 04 de agosto de 1993.

QUALIDADE ESPORTIVA: Proposta de Transformação nas Relações das Federações Esportivas*

Marco Antonio Bechara

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Josué Votre

Nosso ensaio propõe a transformação nas relações do esporte, e em particular nas federações esportivas, por acreditar que a mudança do estilo de administração esportiva é possível. Tal transformação não é trabalho de reconstrução, nem de revisão. Exige uma estrutura inteiramente nova, em todos os seus níveis. A transformação deverá ocorrer a partir de um esforço direcionado nas organizações e um maior esforço na educação do homem, através da reforma íntima. Nossa proposta de qualidade esportiva, busca seus axiomas fundamentais nas relações da educação moral dos dirigentes esportivos e constrói e adapta seu corpo teórico utilizando-se dos conceitos da área de administração, em particular da área de marke-

ting. Ao nos utilizarmos do conhecimento da área de marketing, temos a intenção de enaltecer a necessidade da aplicação destes conhecimentos nas relações do esporte. Porém, consideramos que isto se deva dar com um forte agente educacional de controle, que na realidade se torna a essência de nosso estudo, e causa primária das relações e acontecimentos que visam o desenvolvimento esportivo, contribuindo para o progresso social e moral: A QUALIDADE ESPORTIVA. Esta produção científica de conhecimento tem por propósito ser uma tentativa preliminar para a criação de um paradigma para o esporte brasileiro, a fim de balizar o processo decisório dos dirigentes esportivos.

* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UGF, 12 de agosto de 1993.

COMPROMISSO: a Proteção do Eu Representação dos Professores de Educação Física*

Maristela David dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Hugo Rodolfo Lovisolo

O presente trabalho situa-se numa das vertentes da linha de pesquisa, denominada Imaginário Social sobre as Atividades Corporais, desenvolvida no Mestrado em Educação Física da Universidade Gama Filho, cujo objetivo foi identificar e interpretar a representação dos professores de educação física acerca do compromisso docente. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida a partir de depoimentos de 22 professores que lecionam na rede municipal de ensino público do Rio de Janeiro. Optamos pela entrevista semi-estruturada enquanto instrumento de coleta dos dados, que levantou (a) dados de caracterização da história de vida e profissional dos professores; (b) a opinião dos professores sobre a função da educação física e a contribuição docente no processo de educação dos alunos; (c) a razão pela opção profissional em educação física e pela atua-

ção no magistério público; (d) o nível motivacional em relação ao exercício do magistério público; e (e) a representação do compromisso enquanto professor de educação física. Os dados coletados permitiram concluir que os professores que participaram da presente pesquisa evidenciam um compromisso de natureza endógena, de caráter individual e subjetivo, que extrapola a especificidade pedagógica. Em relação a atividade docente, os professores enfatizam o tipo de compromisso psicológico, centrado nas relações afetivas estabelecidas com os alunos. Os argumentos e justificativas dos professores acerca da representação do compromisso sugerem a busca de uma conciliação dos conflitos gerados entre a demanda moral do eu e o sistema escolar perverso, visando à sobrevivência e ao equilíbrio psicológico.

* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UGF, 31 de agosto de 1993.

PUBLICAÇÃO DE NOVOS LIVROS

1. SOARES, Antônio Jorge G. *Futebol, Malandragem e Identidade*. Vitória : Editora: SPDC/UFES, 1994. 132p.

O futebol não é para o autor, nem o lugar fácil da alienação do povo, nem sua contrapartida, o lugar de aprendizado da justiça e do funcionamento das regras.

Para tanto, o futebol é um lugar ambíguo, paradoxal, no qual tanto a cultura organiza a reflexão sobre o social e promove a construção de identidades, individuais e coletivas, quanto se reordena a cultura. Assim, a categoria central da reordenação, e das hesitações que a mudança quase provoca, é a da malandragem.

Essa malandragem é uma outra chave, e talvez a principal. Categoria apreciada por aqueles que a representam como uma espécie de marca registrada positiva da identidade brasileira tornou-se, segundo o autor, numa faca de dois gumes, pois um deles agride os sentimentos anti-violência e favoráveis a moralização pública e privada da vida brasileira.

Um ponto alto do trabalho é quando nos mostra como atletas do futebol realizam consideráveis esforços para distinguir entre uma malandragem artística, e moralmente aceitável, de uma outra, que reforça a violência e a falta de conduta moral.

Assim, o campo de futebol reitera configurações de valores e impasses que estão presentes nos campos da política, da economia, da vida privada e das relações da intimidade.

2. GONÇALVES, Maria Augusta Salin. *Sentir, Pensar, Agir; Corporeidade e educação*. Campinas : Papirus, 1994.

A questão “para que se educa?”, fundamental em qualquer reflexão sobre Educação, só pode ser respondida com referência a valores. Toda a gama de conhecimentos necessários à Educação em geral, e à Educação Física em particular, só adquire sentido se visualizada a partir da concepção de homem, sociedade e de fins da Educação.

Desse modo, o nível científico em que se movimentam teorias e práticas educacionais da Educação Física encontra seu funcionamento no nível filosófico, onde buscamos respostas às questões:

- O que são o homem e a realidade social?
- Qual o sentido da corporalidade e do movimento na vida humana?

Dessa forma, neste trabalho, a autora, busca, através da reflexão filosófica, a compreensão do sentido da Educação Física como fenômeno educativo.

Ao conceber o homem como unidade corpóreo-espiritual, que, em sua práxis, cria o seu mundo, ao mesmo tempo em que este condiciona sua maneira de ser, a autora considera que a Educação Física pode tornar-se uma força transformadora, inserindo-se no projeto de emancipação e humanização do homem.

3. BERESFORD, Heron. *A Ética e a Moral Social Através do Esporte*. Rio de Janeiro : Editora Sprint, 1994.

Este livro tem por objetivo apresentar uma possibilidade de se exercitar a moral social do tipo consensual através do esporte, enquanto um importante meio de produção.

É realizada uma reflexão sobre a problemática da moralidade ou “imoralidade” pública brasileira e suas possíveis causas. É proposto como uma alternativa de solução para tal situação, que esse assunto seja tratado a partir da educação básica, e que neste contexto, o esporte seja visto como um meio de educação para a cidadania.

São apresentados os objetivos, os resultados esperados, os caminhos a serem percorridos, a estratégia de trabalho e as definições de ética, moral, moralidade, moral social do tipo consensual e também de educação.

Muito embora as idéias filosóficas desenvolvidas e sugeridas neste livro para serem exercitadas através do esporte, são elas também, pela natureza político e educacional de seus conteúdos, capazes de servirem como referência à qualquer proposta individual e social relacionada com o agir do ser humano.

4. SANTI, Silvino. *Educação Física: da alegria do lúdico a opressão do seu rendimento*. Porto Alegre : Editora EST/ESEF UFRGS, 1994.

Este livro persegue dois objetivos. O primeiro consiste em resgatar o brinquedo como uma manifestação especificamente humana que precisa ser preservada e cultivada. O segundo pretende ser uma voz denunciante da ideologia perversa, enraizada nas ciências e na técnica, que acabou reduzindo o homem a uma mera máquina de rendimento.

A vida humana transformou-se num manancial energético a ser investido em sistemas produtivos. A vida deixou de ter valor em si mesma para encontrá-lo nas obras realizadas. A violência do momento atual parece confirmar cada vez mais que a vida não tem valor. Em nome de um sistema de produção, gerador de uma economia concentradora, condena-se à morte, pela fome, milhões de seres humanos.

Os fantásticos e "encantadores" poderes das máquinas, desde os artefatos mortíferos da guerra até as artimanhas publicitárias dos meios de comunicação de massa, continuam produzindo e alardeando violências, cuja vítima maior é a vida: bombas que aniquilam a vida e preservam as construções; bombardeios cirúrgicos que extirpam vidas no interior de seus esconderijos; economias que somente fazem o balanço dos valores financeiros, jamais os da vida; programa de educação planejados como investimentos econômicos para produzir mão-de-obra, isto é, ferramentas de trabalho.

O espírito lúdico seria, na visão do trabalho, uma alternativa para voltar a cultivar a vida; pelo simples fato de que ela merece ser vivida, da mesma maneira como o brinquedo é uma atividade que se faz pelo simples desejo de querer brincar.

5. FERREIRA NETO, Amálio (org.). *ENSAIOS: Educação Física e Esporte*. Vitória : Editora CEFD/UFES, 1993. v.1.

Este livro está sendo lançado para lembrar os 62 anos de lançamento do primeiro livro de história da Educação Física escrito no Brasil, pelos professores do Curso de Educação Física do Espírito Santo: Carlos Marciano de Medeiros, Laurentino Lopes Bonorino e Antônio de Mendonça Molina.

O referido livro se constitui no texto básico da disciplina que lhe deu o nome durante muitos anos na educação física brasileira. Outra razão é renovar a idéia de realizar publicações coletivas pelo corpo docente do Centro de Educação Física e Desportos desta Universidade, de tal forma que estes livros possam refletir o estágio de discussão inerente a cada professor em particular, mas sobretudo tendo-se a expectativa que esta produção venha considerar articuladamente o âmbito da educação física e esporte com a realidade universitária e social brasileira, de modo a oferecer explicações e soluções para os problemas mais emergentes.

Neste exemplar discute-se aspectos relativos a Ideologia, Educação, Pedagogia, Educação Física, Esportes, Jogo, Ginástica, Lazer e Corpo, revelando o compromisso e responsabilidade social dos alunos, funcionários, ex-alunos e professores deste histórico Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo.

6. SILVA, Maurício Roberto da. *Iniciação à pesquisa científica em lazer no âmbito da disciplina Recreação*. Aracaju : UFS.

O presente trabalho é um relato sobre o processo de construção do Caderno "UNIVERSIDADE E SOCIEDADE" na graduação, cujo título principal resultou em INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA EM LAZER NO ÂMBITO DA DISCIPLINA RECREAÇÃO. O caderno foi editado pela Universidade Federal de Sergipe e o processo de construção do mesmo iniciou-se no semestre 93/1, objetivando superar os processos conservadores de avaliação e, desta forma, concebendo os estudantes como produtores de cultura e saber na perspectiva de um outro projeto de academia. Neste sentido a avaliação buscou superar as provas objetivas, as imitações e as repetições de teorias/práticas, buscando com isso a produção/veiculação do conhecimento produzido pelos estudantes sobre a orientação do professor da disciplina. Tal concepção de avaliação exigiu o esboço de um outro projeto de currículo da disciplina Recreação; cujos pressupostos baseiam-se na teoria do Currículo Ampliado (Varjal, 1993), e que se materializa na prática cotidiana em forma de pesquisa. A pesquisa então, substitui o conhecimento estéril e reproduzido, pela atitude de aprender pela elaboração própria, pela curiosidade, pela busca e pela aventura de produzir, significando assim condição de consciência crítica, enquanto componente básico para toda proposta emancipatória (Demo, 1990).

O caderno foi construído, então, na perspectiva de superar a ideologia do ódio e da indiferença à teoria e à filosofia inculcada no Curso de Educação Física da UFS, reforçando assim, a "Prática" senso — comum do jogo pelo jogo, e da bola pela bola, limitando assim a visão da bola, a visão de mundo. Os trabalhos publicados são apenas "ensaios" e "tentativas" no campo da investigação científica em Lazer/Recreação, e ao mesmo tempo sugerem uma outra perspectiva de graduação, ou seja, um ensino que sustente em sua prática pedagógica, a pesquisa e a extensão. O caderno pretende contribuir finalmente através de 06 linhas de pesquisa em Recreação e a reavaliação do trato com o conhecimento no espaço acadêmico, além de contribuir para a superação das concepções conservadoras e reducionistas do conhecimento Lazer/recreação subjacentes na maioria dos currículos de formação em Educação Física do Brasil.

Ao: Editor Chefe da Revista do Colégio Brasileiro
de Ciências do Esporte Prof. Elenor Kunz

De: Profª. Sara Quenzer Matthiesen

Em 22/03/94,

Considerando nosso artigo intitulado "UM ESTUDO SOBRE O VOLEIBOL: em Busca de Elementos para sua Compreensão", publicado na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Volume 15 — Número 2 — Janeiro/1994, vimos por meio desta solicitar a publicação da seguinte errata, se possível, no próximo número desta Revista:

1. Nome correto da autora: SARA QUENZER MATTHIESEN. Na publicação anterior o sobrenome estava errado: Mattlesen (p.194).

2. *Voleio* no lugar de volei, modificação que deve ser feita no 4º parágrafo da página 195. Frase correta: "Observando o movimento correto de voleio similar ao do Tênis (...)".
3. 1988 no lugar de 1986, no 5º parágrafo da página 197. Frase correta: "(...) Olimpíada de Los Angeles em 1988 (...)".

Sem mais para o momento, agradecemos sua atenção.

Profª. Sara Quenzer Matthiesen.

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

- 1 - A Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), órgão de divulgação do CBCE, de publicação quadrimestral, tem por finalidade publicar textos encaminhados ou solicitados, em suas diversas seções quais sejam:

Cartas do Leitor

- comentários dos leitores sobre o que foi publicado nas diferentes seções da Revista;
- cartas encaminhadas por outras instituições ou membros do CBCE contendo informações ou assuntos de interesse da comunidade.

Pontos de Vista

- pontos de vista emitidos de forma crítica e que digam respeito a temas ou problemas relevantes enfrentados na Educação Física na atualidade.

Resenhas

- resenhas críticas de livros, artigos, teses e dissertações.

Entrevistas e Debates

- entrevistas sobre temáticas relacionadas com a área, envolvendo especialistas no assunto tratado;
- transcrição de debates ocorridos em Mesas-Redondas, Fóruns de Debates, Palestras ou similares, por ocasião de Eventos Científicos, devidamente autorizados pelos participantes.

Relatos de Experiência

- publicações de experiências profissionais, desenvolvidas ou em andamento, que por suas propostas apontem perspectivas críticas na área.

Artigos

- relacionados à temática central da Revista, solicitados pelo Conselho Editorial;
- relacionados às temáticas da área e apresentados em forma de ensaios ou relatos de pesquisa, encaminhados pelos autores ao Conselho Editorial.

Resumos de Dissertações e Teses

- resumos de Dissertações e Teses que versem sobre Educação Física/Espportes e que tenham sido defendidos em Cursos de Mestrado ou Doutorado realizados no Brasil ou no exterior.

- 2 - Os textos encaminhados ao Conselho Editorial devem ser redigidos em português, não devendo ser apresentados simultaneamente a outro periódico.

- 3 - Os textos devem ser encaminhados para publicação em três (3) vias, datilografados em espaço duplo, no máximo em doze (12) laudas, e deverão conter:

- uma página de rosto onde conste: a) o título do trabalho em português e inglês; b) a seção a que se destina; c) nome do(s) autor(es); d) indicação em nota de rodapé da entidade científica ou instituição à qual os autores estão vinculados, seus endereços, bem como notificação, caso o trabalho tenha sido apresentado em reunião científica; indicar ainda o patrocinador e o número do processo, caso o trabalho tenha sido subvencionado;

- resumo em português acompanhado dos unitermos;

- resumo em inglês acompanhado dos unitermos em inglês;

- referências bibliográficas, numeradas consecutivamente e ordenadas alfabeticamente pelo(s) sobrenome(s) do(s) autor(es), obedecendo às normas da ABNT-NB-66. Solicita-se que o total de referências bibliográficas não ultrapasse a vinte (20);

Obs.: Comunicações pessoais e trabalhos em andamento não devem ser incluídos na lista de referências bibliográficas, mas citados em notas de rodapé.

- 4 - Os originais deverão ser endereçados à secretaria do CBCE. Recomenda-se que o autor retenha uma cópia.

- 5 - Os trabalhos serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial e, quando forem necessárias, alterações substanciais, os originais serão reencaminhados aos autores. As "leituras de provas" far-se-ão na própria Redação.

- 6 - As tabelas deverão obedecer às "normas de apresentação tabular", resolução nº 886, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatísticas, devendo ser datilografadas separadamente do texto.

- 7 - As referências às ilustrações deverão ser feitas em números arábicos e enumeradas em ordem de apresentação. Solicita-se que as ilustrações sejam em menor número possível. Para as ilustrações a traço, exigir-se-á de cada uma (sem legenda) uma fotocópia (não fotostática) de boa qualidade de duas vezes o tamanho original. Todos os pontos gráficos, linhas etc. deverão ser o mais simples possível e suficientemente fortes para reter clareza na redução. Um esquema horizontal ou quadrado é preferível ao vertical, pois um desenho vertical desperdiça mais espaço. Não devem ser usados os mesmos símbolos em duas curvas onde os pontos possam ser confundidos. Os símbolos x ou + devem ser evitados. Para diagramas dispersos, são preferidos símbolos inseridos. Uma lista de legendas para as ilustrações deverá ser apresentada em folha separada e ser passível de interpretação, sem referência ao texto.



Fone: (055) 332-6100 - Ramal 263